

2. PROPOSTA DA SGEB – SOCIEDADE GESTORA DE EQUIPAMENTOS DE BRAGA, S.A., POR TRANSMISSÃO GLOBAL DO PATRIMÓNIO (ATIVO E PASSIVO) PARA O MUNICÍPIO DE BRAGA E SUBSEQUENTE INTERNALIZAÇÃO DA SUA ATIVIDADE;

Submete à consideração do Executivo a proposta acima mencionada, que se anexa.



BRAGA
Município

*À ... do Excmo. Dr.
acabando imediato à 17-04-19
Ass. Municipal.*

PROPOSTA

Liquidação da SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A., por transmissão global do património (ativo e passivo) para o Município de Braga e subsequente internalização da sua atividade

Acordo de credores e acionistas

CONSIDERANDO QUE:

- 1) A SGEB é uma sociedade participada pelo Município de Braga cuja maioria do capital social pertence a sócios privados escolhidos por concurso público, no quadro de uma parceria público-privado institucional para a construção, financiamento e conservação de equipamentos de interesse municipal;
- 2) Após deliberação do Executivo Municipal será proposta à Assembleia Municipal a internalização desta empresa participada na esfera patrimonial do Município através da sua liquidação por transmissão global do respetivo património (ativo e passivo) para o Município;
- 3) Não se verificam os pressupostos legais da dissolução obrigatória ou da alienação obrigatória da participação social (minoritária) do Município de Braga na SGEB;
- 4) A dissolução e liquidação da SGEB por transmissão global dos ativos e passivos para o Município de Braga pode ter lugar a título **voluntário**, nos termos dos artigos 141, n.º 1, alínea b) e 148.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC);
- 5) A dissolução voluntária seguida de liquidação por transmissão global dos ativos e passivos da SGEB para o Município equivale a uma **internalização** para efeitos dos artigos 6.º, 65.º e 65.º-A do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAE),¹
- 6) As normas dos artigos 61.º, n.ºs 2 e 3, 62.º, n.ºs 5 a 14, 65.º e 65.º-A do RJAE devem ser aplicadas por **analogia** ou por **interpretação extensiva**, aos casos de dissolução voluntária de sociedades comerciais participadas pelos Municípios, devido à identidade do regime aplicável às “empresas locais” e às “empresas participadas”;
- 7) A circunstância de o legislador apenas prever expressamente a alienação obrigatória das participações locais (artigo 66.º do RJAE) não significa que as empresas participadas não possam ser objeto de dissolução e liquidação por internalização da respetiva atividade na entidade pública participante, como decorre do disposto no artigo 70.º, n.º 3, que equaciona a dissolução em alternativa à alienação obrigatória das participações, ou do disposto no artigo

¹ Aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

70.º, n.º 5, que manda aplicar tanto às “empresas locais” como às “empresas participadas”, embora com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 61.º a 66.º do RJAEI;

- 8) A identidade do regime aplicável às “empresas locais” e às “empresas participadas” conduz necessariamente à conclusão – por interpretação extensiva ou por analogia – de que as disposições dos artigos 65.º e 65.º-A do RJAEI também são aplicáveis, com as necessárias adaptações, às “empresas participadas”;
- 9) Nos termos do disposto no artigo 148.º do CSC, a liquidação da SGEB por transmissão global do seu ativo e passivo para o Município de Braga depende de **acordo escrito de todos os credores da sociedade** e do pagamento aos sócios privados;
- 10) Nos termos da alínea b) da cláusula III do acordo parassocial, a dissolução da sociedade carece da **unanimidade dos acionistas**;
- 11) Nos termos dos contratos de financiamento, a dissolução da sociedade carece de **acordo escrito dos bancos financiadores** (CGD e Novo Banco);
- 12) Em Assembleia Geral universal da SGEB, realizada em 18 de outubro de 2016 e tendo como ponto único da ordem de trabalhos “apreciar, discutir e deliberar sobre a dissolução da SGEB”, o MB apresentou uma proposta de dissolução da sociedade seguida de liquidação por transmissão global do património (ativo e passivo) a seu favor, acautelando-se o pagamento dos créditos dos acionistas privados (capital investido e suprimentos), nos termos do artigo 148.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC);
- 13) Esta proposta foi rejeitada pelos acionistas privados titulares da maioria do capital social por entenderem que a proposta apresentada é prejudicial aos seus interesses patrimoniais, quer devido à perda de receitas com o pagamento de rendas, quer devido à expectativa da execução das obras em falta e aos lucros das empreitadas e rendas a elas inerentes;
- 14) Em Assembleia Geral universal realizada em 30 de novembro de 2016 tendo, de novo, como ponto único da ordem de trabalhos “apreciar, discutir e deliberar sobre a dissolução da SGEB”, o MB apresentou nova proposta de dissolução e liquidação da sociedade, com base na antecipação dos capitais próprios da sociedade, calculados em 3.125.000€ de acordo com estudo realizado pela Ernst & Young, cabendo a cada acionista privado o valor de 797.000€, acrescido do reembolso dos suprimentos;
- 15) Esta proposta foi considerada insuficiente pelos acionistas privados que, no entanto, aceitaram abster-se na votação, desde que fosse constituído um Tribunal Arbitral, nos termos de cláusula compromissória constante do n.º VI.7 do Acordo Parassocial, tendo como objeto o apuramento do valor da indemnização devida aos acionistas privados pela dissolução antecipada da sociedade, devendo o “regulamento de arbitragem” ser aprovado pela Assembleia Geral;
- 16) Após as alterações ao “regulamento de arbitragem” propostas pelo MB, que os acionistas privados aceitaram, o Município de Braga votou favoravelmente a dissolução da sociedade, tendo a deliberação sido aprovada por unanimidade, embora com a abstenção dos acionistas

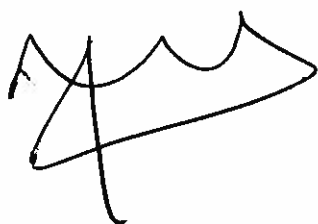
privados, que não é considerada para efeitos deliberativos, nos termos do n.º 1 do artigo 386.º do CSC;

- 17) O “regulamento de arbitragem” foi também aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis de todos os acionistas;
- 18) Nos termos do “regulamento de arbitragem” ficou excluído do respetivo objeto a deliberação de dissolução da sociedade;
- 19) Nos termos do n.º 1 do artigo 146.º do CSC a sociedade dissolvida entra imediatamente em liquidação;
- 20) Foram nomeados liquidatários os atuais administradores, tendo sido fixado o prazo de seis meses para a liquidação;
- 21) A deliberação de dissolução foi registada junto da conservatória do registo comercial de Braga em 12 de dezembro de 2016, através da AP. 26 de 30/11/2016;
- 22) Apesar do Município de Braga ter proposto que a liquidação da SGEB tivesse lugar mediante transmissão global do património (ativo e passivo) a seu favor, nos termos do artigo 148.º do CSC, tal deliberação não chegou a ser tomada na Assembleia Geral de 30 de novembro de 2016, uma vez que, nos termos dessa disposição legal, a mesma deve ser precedida de acordo escrito de todos os credores da sociedade;
- 23) Importa assegurar, no quadro do processo de liquidação da SGEB por internalização no Município de Braga, que os ativos e passivos possam ser transmitidos em novas condições para o Município;
- 24) Tais condições implicam a cessação das garantias reais constituídas sobre bens do ativo a favor dos bancos e dos empreiteiros, bem como um ajustamento das taxas de juro e demais condições financeiras dos passivos a assumir pelo Município, de forma a respeitar os pressupostos económico-financeiros da internalização;
- 25) Neste contexto, torna-se necessário obter o acordo dos credores e dos acionistas em momento prévio à deliberação da Assembleia Municipal de modo a assegurar a exequibilidade desta deliberação, bem como antes de todo o processo de liquidação por internalização ser enviado para fiscalização prévia do Tribunal de Contas;
- 26) A plena produção de efeitos de tal acordo de credores e acionistas deverá ficar sujeita a três condições suspensivas de verificação cumulativa, a saber: (i) a deliberação da Assembleia Municipal que aprove a liquidação e internalização da SGEB no património do Município; (ii) a concessão de visto prévio pelo Tribunal de Contas, de visto tácito ou de declaração de conformidade, ou a confirmação de que aquela deliberação não se encontra sujeita a fiscalização prévia, seja por não se inserir na tipicidade legal, seja por dispensa ou isenção; e (iii) a aprovação pela Assembleia Geral da SGEB da deliberação de liquidação por transmissão global do respetivo património a favor do Município de Braga;

- 27) Através do referido acordo de credores e acionistas se pretende preparar a revisão das condições financeiras do passivo bancário e das garantias em momento anterior à internalização, estabelecer as condições de reembolso dos suprimentos, das entradas e prestações suplementares de capital e de pagamento aos fornecedores, e garantir a aprovação pelos Acionistas da deliberação a tomar pela Assembleia Geral da SGEB relativa à sua liquidação por transmissão global do património a favor do Município de Braga, uma vez preenchidas aquelas condições suspensivas;
- 28) Nos termos do artigo 35.º, n.º 1, alínea a) e n.º 2, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL),² compete ao presidente da Câmara representar o Município e outorgar contratos em sua representação;
- 29) Nos termos dos artigos 61.º, n.º 2 e 65.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAL),³ aplicável por analogia ou por interpretação extensiva às empresas participadas e às parcerias público privado institucionais, compete à Assembleia Municipal de Braga aprovar a internalização da SGEB através da sua liquidação por transmissão global do respetivo património (ativo e passivo) para o Município;
- 30) Nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea oo) do RJAL e do artigo 62.º, n.º 1 do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE),⁴ compete à Câmara Municipal exercer a função acionista;

Em face do exposto e sem prejuízo das competências do presidente da Câmara para representar o Município e outorgar contratos em sua representação, proponho que a Câmara Municipal delibere:

Dar o seu acordo e mandar o Presidente da Câmara Municipal para celebrar, em nome do Município, o acordo de credores e acionistas cuja minuta constitui o **anexo 1** à presente proposta de deliberação.



² Retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro e pela Declaração de Retificação n.º 50-A/2013, de 11 de novembro, e alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

³ Aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

⁴ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

MINUTA

Liquidação da SGEB por transmissão global do património (ativo e passivo) para o Município de Braga

Acordo de Credores e Acionistas

Entre:

- (1) **MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça do Município, em Braga, representada por (...) na qualidade de (...) com poderes bastantes para o ato, adiante designado por “MB” ou 1.º Outorgante;
- (2) **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**, sociedade registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 500960046, com sede na Avenida João XXI, número 63, em Lisboa, com o capital social de Euro 5.900.000.000,00, representada por (...) na qualidade de (...) com poderes bastantes para o ato, adiante designada por “CGD” ou 2.º Outorgante;
- (3) **NOVO BANCO, S.A.**, sociedade registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 513204016, com sede na Avenida da Liberdade, número 195, em Lisboa, com o capital social de € 4.900.000.000,00, representada por (...) na qualidade de (...) com poderes bastantes para o ato, adiante designado por “NB” ou 3.º Outorgante;
- (4) **EUROPA AR-LINDO – SGPS S.A.**, sociedade registada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 507754620, com sede no Parque Industrial de Celeirós, Lugar da Talharinha - Vimieiro, em Braga, com o capital social de (...), representada por (...) na qualidade de (...) com poderes bastantes para o ato, adiante designado por “EAL” ou 4.º Outorgante;
- (5) **IRMÃOS BORGES – IMOBILIÁRIA S.A.**, sociedade registada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 503353086, com sede na Rua Conselheiro Lobato, 520, 2.º Dto., em Braga, com o capital social de (...), representada por (...) na qualidade de (...) com poderes bastantes para o ato, adiante designado por “IB” ou 5.º Outorgante;
- (6) **ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.**, sociedade registada na Conservatória do Registo Comercial de ... sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva ..., com sede ..., com o capital social de (...), representada por (...) na qualidade de (...) com poderes bastantes para o ato, adiante designado por “ABB” ou 6.º Outorgante;
- (7) **CONSTRUÇÕES EUROPA AR-LINDO, S.A.**, sociedade registada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 503335207, com sede no Parque Industrial de Celeirós, Lugar da Talharinha - Vimieiro, em Braga, com o capital social de (...), representada por (...) na qualidade de (...) com poderes bastantes para o ato, adiante designado por “CEAL” ou 7.º Outorgante;

(8) **ARLIZ.CO**, sociedade registada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva [●], com sede no Parque Industrial de Celeirós, Lugar da Talharinha - Vimieiro, em Braga, com o capital social de (...), representada por (...) na qualidade de (...) com poderes bastantes para o ato, adiante designado por “ARLIZ” ou 8.º Outorgante;

E

(9) **SGEB – SOCIEDADE GESTORA DE EQUIPAMENTOS DE BRAGA, S.A.**, sociedade registada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 508784921, com sede na Rua Manuel Almeida Passos, 48 a 52, em Braga, com o capital social de 150.000,00, representada por (...) na qualidade de (...) com poderes bastantes para o ato, adiante designado por “SGEB” ou 9.º Outorgante;

O NB e a CGD são designados em conjunto por “Bancos Credores”;

O MB, a IB e a EAL são designados em conjunto por “Acionistas”, sendo a EAL e a IB designados em conjunto por “Acionistas Privados”;

A ABB, CEAL e ARLIZ são designados em conjunto por “Fornecedores/Credores”;

Conjuntamente designados por “Partes”;

Considerando que:

- a) A SGEB (ora 9.º Outorgante) é uma sociedade anónima de capitais minoritariamente públicos, constituída em 11 de novembro de 2008 e participada em 49% pelo MB, cuja maioria do capital pertence aos 4.º e 5.º Outorgantes, sócios privados cuja participação social foi adquirida em 1 de junho de 2011, com o consentimento expresso do MB, aos acionistas escolhidos por concurso público, no quadro de uma parceria público-privado institucional para a construção, financiamento e conservação de equipamentos de interesse municipal;
- b) O **capital social** da SGEB se encontra atualmente repartido da seguinte forma:
 - MB, €73.500,00 (49%),
 - EAL, €38.250,00 (25,5%), e
 - IB, €38.250,00 (25,5%);
- c) Na data de constituição da SGEB foi celebrado entre todos os seus acionistas um **acordo parassocial** ao qual se vincularam os acionistas EAL e IB, respetivamente 4.º e 5.º Outorgantes;
- d) Nos termos da alínea b) da cláusula III do acordo parassocial, a dissolução da sociedade carece da **unanimidade dos votos dos acionistas**;

- e) Em Assembleia Geral universal da SGEB, realizada em 18 de outubro de 2016 e tendo como ponto único da ordem de trabalhos “*apreciar, discutir e deliberar sobre a dissolução da SGEB*”, o MB apresentou uma proposta de dissolução da sociedade seguida de liquidação por transmissão global do património (ativo e passivo) a seu favor, acautelando-se o pagamento dos créditos dos acionistas privados (capital investido e suprimentos), nos termos do artigo 148.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC);
- f) Esta proposta foi rejeitada pelos acionistas privados titulares da maioria do capital social por entenderem que a proposta apresentada era prejudicial aos seus interesses patrimoniais, quer devido à perda de receitas com o pagamento de rendas, quer devido à expectativa da execução das obras em falta e aos lucros das empreitadas e rendas a elas inerentes;
- g) Em Assembleia Geral universal realizada em 30 de novembro de 2016 tendo, de novo, como ponto único da ordem de trabalhos “*apreciar, discutir e deliberar sobre a dissolução da SGEB*”, o MB apresentou nova proposta de dissolução e liquidação da sociedade, com base na antecipação dos capitais próprios da sociedade, calculados em 3.125.000€ de acordo com estudo realizado pela Ernst & Young, cabendo a cada acionista privado o valor de 797.000€, acrescido do reembolso dos suprimentos;
- h) Esta proposta foi considerada insuficiente pelos acionistas privados que, no entanto, aceitaram abster-se na votação, desde que fosse constituído um Tribunal Arbitral, nos termos de cláusula compromissória constante do n.º VI.7 do Acordo Parassocial, tendo como objeto o apuramento do valor da indemnização devida aos acionistas privados pela dissolução antecipada da sociedade, devendo o “regulamento de arbitragem” ser aprovado pela Assembleia Geral;
- i) Após as alterações ao “regulamento de arbitragem” propostas pelo MB, que os acionistas privados aceitaram, o MB votou favoravelmente a dissolução da sociedade, tendo a deliberação sido aprovada por unanimidade, embora com a abstenção dos acionistas privados, que não é considerada para efeitos deliberativos, nos termos do n.º 1 do artigo 386.º do CSC;
- j) O “regulamento de arbitragem” foi também aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis de todos os acionistas;
- k) Nos termos do “regulamento de arbitragem” ficou excluído do respetivo objeto a deliberação de dissolução da sociedade;
- l) Nos termos do n.º 1 do artigo 146.º do CSC a sociedade dissolvida entra imediatamente em liquidação;
- m) Foram nomeados liquidatários os atuais administradores, tendo sido fixado o prazo de seis meses para a liquidação;
- n) A deliberação de dissolução foi registada junto da conservatória do registo comercial de Braga em 12 de dezembro de 2016, através da AP. 26 de 30/11/2016;

- o) Apesar de o MB ter proposto que a liquidação da SGEB tivesse lugar mediante transmissão global do património (ativo e passivo) a seu favor, nos termos do artigo 148.º do CSC, tal deliberação não chegou a ser tomada na Assembleia Geral de 30 de novembro de 2016, uma vez que, nos termos dessa disposição legal, a mesma deve ser precedida de acordo escrito de todos os credores da sociedade;
- p) Foram organizados os documentos de prestação de contas reportados à data da dissolução, cuja aprovação foi relegada para a reunião da Assembleia Geral que vier a definir os termos em que terá lugar a liquidação da sociedade;
- q) No exercício de 2014, os 4.º e 5.º Outorgantes realizaram **prestações suplementares de capital** a favor da SGEB no valor de €5.000,00 e de €5.000,00, respetivamente;
- r) No exercício de 2015, os 4.º e 5.º Outorgantes realizaram **prestações suplementares de capital** a favor da SGEB no valor de €50.000,00 e de €50.000,00, respetivamente;
- s) Os 4.º e 5.º Outorgantes são credores da 9.ª Outorgante pelas quantias de €262.127,47 e de €6.610.934,15 relativas a **Suprimentos** realizados e não reembolsados nos termos do Balanço de Abertura junto como **anexo 1**, elaborado à data da dissolução da sociedade (30 de novembro de 2016, doravante “Balanço de Abertura da Liquidação”);
- t) Os 6.º e 7.º Outorgantes são credores da 9.ª Outorgante pelas quantias de €4.085.660,84 e de €1.151.053,90, respetivamente, relativas a **Obras Fechadas**, nos termos do Balanço de Abertura da Liquidação;
- u) Em 1 de abril de 2011 a 2.ª Outorgante (CGD) concedeu à 9.ª Outorgante (SGEB) um financiamento no montante máximo de €22.000.000,00, do qual se encontra em dívida, nos termos do Balanço de Abertura da Liquidação, registada como **passivo não corrente**, a quantia de €17.852.516,86;
- v) Tal financiamento se encontra garantido por hipoteca sobre os direitos de superfície na titularidade da SGEB e sobre os edifícios e construções neles implantados ou a implantar, tendo sido entregue pela SGEB à CGD procuração irrevogável conferindo-lhe os poderes necessários para praticar, entre outros, todos os atos de constituição das hipotecas;
- w) Tal financiamento se encontra ainda garantido por (i) penhor financeiro das ações nominativas dos acionistas escolhidos por concurso público, que se manteve na esfera jurídica dos Acionistas Privados após transmissão de ações ocorrida em junho de 2011, incluindo uma promessa de penhor de primeiro grau sobre as novas ações e respetivos direitos patrimoniais, por (ii) penhor de direitos dos Acionistas Privados (acompanhados da entrega de procurações irrevogáveis pelos acionistas escolhidos por concurso público), por (iii) um penhor de créditos sobre o saldo disponível de todos os depósitos à ordem e a prazo na titularidade da SGEB, por (iv) um penhor de primeiro grau sobre todos os direitos da SGEB, incluindo um penhor de créditos sob a forma de cessão dos créditos existentes e futuros sobre o Município de Braga, emergentes do contrato de arrendamento celebrado em 31 de março de 2011, incluindo os montantes de eventuais indemnizações devidas pelo Município de Braga à

SGEB, tendo sido entregue pela SGEB à CGD procuração irrevogável conferindo-lhe os poderes necessários para vender ou por qualquer forma transmitir ou onerar, na qualidade de credor pignoratício, todos os direitos ou ativos na titularidade da SGEB;

- x) Em abril e setembro de 2013 foram contraídos pela SGEB dois financiamentos junto do Banco Espírito Santo, SA (BES) no valor de €7.500.000,00 cada, totalizando, €15.000.000,00;
- y) Por deliberação de 3 de agosto de 2014, o Conselho de Administração do Banco de Portugal decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, SA (BES), uma medida de resolução, nos termos da qual os créditos concedidos por esta instituição financeira à SGEB foram transferidos para o Novo Banco, SA (Novo Banco), ora 3.º Outorgante;
- z) Naqueles dois financiamentos intervieram os 4.º e 5.º Outorgantes, Acionistas Privados da SGEB, e os 6.º e 7.º Outorgantes, empreiteiros ABB e CEAL, Fornecedores/Credores da SGEB;
- aa) Os Acionistas Privados da SGEB, na qualidade titulares de créditos decorrentes de suprimentos, constituíram penhor de primeiro grau a favor do BES, agora Novo Banco, sobre 50% desses créditos no contrato de abril de 2013 e outro penhor de primeiro grau sobre os 50% remanescentes no contrato de setembro de 2013;
- bb) Os empreiteiros ABB e CEAL, aqui 6.º e 7.º Outorgantes, intervêm naqueles dois contratos de financiamento na medida em que são titulares dos créditos decorrentes das rendas pagas pelos contratos de arrendamento celebrados entre o Município de Braga e a SGEB, respeitantes a obras de que foram fornecedores, créditos esses que lhes foram cedidos pela SGEB através de contratos de pagamento e prestação de garantias, onde foi igualmente prevista a constituição de uma hipoteca a favor dos referidos empreiteiros sobre os direitos de superfície, edifícios e construções realizados, na titularidade da SGEB;
- cc) Em garantia dos referidos financiamentos concedidos pelo BES, agora Novo Banco, aqui 3.º Outorgante, a SGEB constituiu penhores financeiros de primeiro e segundo grau sobre a conta D/O mantida junto do BES, agora Novo Banco;
- dd) Em garantia dos mesmos financiamentos, os empreiteiros ABB e CEAL constituíram penhor de primeiro grau a favor do BES, agora Novo Banco, sobre a totalidade dos seus créditos emergentes das rendas pagas pelo Município de Braga e que lhes foram cedidos pela SGEB no âmbito dos referidos contratos de pagamento e prestação de garantias, incluindo a promessa de penhor dos créditos futuros que lhes venham a ser cedidos pela SGEB na sequência de contratos de arrendamento a celebrar com o Município de Braga, no âmbito de obras em curso ou a iniciar futuramente (Espinho, Morreira, Vimieiro e Vilaça);
- ee) Foram emitidas livranças em branco pela SGEB para garantia daqueles dois financiamentos concedidos pelo BES, agora Novo Banco, as quais foram avalizadas pelos 4.º e 5.º Outorgantes, acionistas privados da SGEB, e pelos 6.º e 7.º Outorgantes, empreiteiros ABB e CEAL;

- ff) Nos termos do Balanço de Abertura da Liquidação, encontra-se em dívida ao 3.º Outorgante a quantia de €6.817.453,55 respeitante àqueles dois financiamentos, registada como **passivo não corrente** e discriminada conforme consta do quadro seguinte:

BES 1 (0 770 055 900)	3.970.207,17
BES 2 (0 770 066 538)	2.847.246,38

- gg) Em março de 2014 foi contraído um terceiro financiamento bancário junto do BES, agora Novo Banco, no valor de €8.100.000,00, encontrando-se em dívida ao 3.º Outorgante a quantia de €6.783.000,00, registada como **passivo não corrente**, nos termos do Balanço de Abertura da Liquidação;
- hh) Este financiamento se destinou ao reembolso antecipado dos suprimentos constituídos pela acionista EAL, no valor de €6.000.973,27, pelo que, na sua contratação, participou apenas o empreiteiro CEAL, mas não participou o acionista IB, nem o empreiteiro ABB;
- ii) Em garantia deste terceiro financiamento concedido pelo BES, agora Novo Banco, a SGEB constituiu penhor financeiro de terceiro grau sobre a conta D/O mantida junto daquela instituição de crédito;
- jj) Em garantia do mesmo financiamento, o empreiteiro CEAL constituiu penhor de segundo grau a favor do BES, agora Novo Banco, sobre a totalidade dos créditos emergentes das rendas pagas pelo Município de Braga e que lhe foram cedidos pela SGEB no âmbito da celebração de contratos de pagamento e prestação de garantias, incluindo promessa de penhor dos créditos futuros resultantes de contratos de arrendamento a celebrar com o Município de Braga, no âmbito de obras em curso ou a iniciar futuramente (Espinho e Vimieiro);
- kk) Ainda em garantia do mesmo financiamento, o acionista EAL constituiu penhor de terceiro grau a favor do BES sobre 100% dos créditos de suprimentos que tenha prestado à SGEB;
- ll) No âmbito deste terceiro financiamento foram emitidas livranças em branco pela SGEB para garantia dos financiamentos concedidos pelo BES, agora Novo Banco, as quais foram avalizadas pelo acionista EAL, e pelo empreiteiro CEAL;
- mm) Nos termos do Balanço de Abertura da Liquidação, o **passivo não corrente** da SGEB apresenta a seguinte composição à data da dissolução (30 de novembro de 2016):

PASSIVO NÃO CORRENTE	43.562.746,77
Financiam. Bancos	31.452.970,41
CGD	17.852.516,86
BES 1 (0 770 055 900)	3.970.207,17
BES 2 (0 770 066 538)	2.847.246,38

BES 3 (0 770 062 485)	6.783.000,00
Financiamento Privados	12.109.776,36
Suprimentos	6.873.061,62
IB, SA	6.610.934,15
SGPS, SA	262.127,47
Obras Fechadas	5.236.714,74
ABB SA	4.085.660,84
CEAL, SA	1.151.053,90

- nn) Nos termos do Balanço de Abertura da Liquidação, os 6.º e 8.º Outorgantes são credores da SGEb pelas quantias de €221.524,14 e de €213.508,56, registadas como **passivo corrente**;

PASSIVO CORRENTE	
Fornecedores Conservação	435.032,70
ABB	221.524,14
Arliz.co	213.508,56

- oo) Nos termos do Balanço de Abertura da Liquidação, o **passivo corrente** da SGEb envolve ainda responsabilidades face aos 2.º e 3.º Outorgantes no valor de €52.491,10 e de €156.771,07, respetivamente, conforme se encontra discriminado no quadro seguinte:

PASSIVO CORRENTE	
Financiam. Bancos	209.262,17
CGD	52.491,10
BES 1 (0 770 055 900)	92.060,93
BES 2 (0 770 066 538)	64.710,14

- pp) Nos termos do Balanço de Abertura da Liquidação, o **passivo corrente** da SGEb envolve ainda responsabilidades por juros relativos a suprimentos, obras fechadas e obras em curso, de que são credores os 4.º, 5.º, 6.º e 7.º Outorgantes, conforme consta do quadro seguinte:

Privados - Juros	2.128.747,19
Juros Suprimentos	1.392.526,03
IB, SA	1.260.159,93
SGPS, SA	132.366,10
Juros Obras Fechadas	635.757,32
ABB SA	620.279,97
CEAL, SA	15.477,35
Juros Obras Curso	100.463,84
ABB SA	72.275,99
CEAL, SA	28.187,85

- qq) O passivo total da SGEB (corrente e não corrente) à data da deliberação de dissolução (30 de novembro de 2016) ascende a €48.684.618,85 conforme é sintetizado no quadro seguinte:

Moeda: € 000	30Nov16
Caixa Geral de Depósitos	17.905
BES I	4.062
BES II	2.911
BES III	6.783
Novo Banco	13.756
Suprimentos	6.611
Juros Suprimentos	1.260
Irmãos Borges, S.A.	7.871
Suprimentos	262
Juros Suprimentos	132
Europa Ar Lindo S.G.P.S., S.A.	394
Fornecedores	221
Obras fechadas	4.085
Juros Obras Fechadas	620
Juros Obras em Curso	72
Alexandre Barbosa Borges, S.A.	5.008
Fornecedores	-
Obras Fechadas	1.151
Juros Obras Fechadas	15
Juros Obras em Curso	28
Construções Europa Ar-Lindo, S.A.	1.194
Arliz.co	213
CMB - Fornecedores Investimento	302
CMB - Diferimentos	1.710
Câmara Municipal de Braga	1.926
Estado e outros entes públicos	182
Outros	235
Passivo total	48.684

- rr) Nos termos do disposto no artigo 148.º do CSC, a liquidação da SGEB por transmissão global do seu ativo e passivo para o Município de Braga depende de **acordo escrito de todos os credores da sociedade** e do pagamento aos sócios privados;
- ss) Nos termos dos contratos de financiamento celebrados, a dissolução da sociedade carece ainda de **acordo escrito dos bancos financiadores** (CGD e BES, agora Novo Banco);
- tt) Importa assegurar, no quadro do processo de liquidação, que os passivos bancários da SGEB possam ser transmitidos em novas condições para o MB;
- uu) Tais condições implicam a cessação das garantias reais constituídas sobre bens do ativo a favor dos bancos e dos empreiteiros, bem como um ajustamento das taxas de juro e demais condições financeiras dos passivos a assumir pelo Município, de forma a respeitar os **pressupostos económico-financeiros da internalização**, tal como se

encontram definidos no estudo elaborado pela Ernst & Young que constitui o **anexo 2** ao presente Acordo de Credores e Acionistas, dele fazendo parte integrante;

- vv) Se torna necessário obter o acordo dos credores e dos acionistas em momento prévio à deliberação da Assembleia Municipal de modo a assegurar a exequibilidade desta deliberação, bem como antes de todo o processo de liquidação por internalização ser enviado para fiscalização prévia do Tribunal de Contas;
- ww) A plena produção de efeitos de tal acordo deverá ficar sujeita a três condições suspensivas de verificação cumulativa, a saber: (i) a deliberação da Assembleia Municipal que aprove a liquidação e internalização da SGEB no património do Município; (ii) a concessão de visto prévio pelo Tribunal de Contas, de visto tácito ou de declaração de conformidade, ou a confirmação de que aquela deliberação não se encontra sujeita a fiscalização prévia, seja por não se inserir na tipicidade legal, seja por dispensa ou isenção; e (iii) a aprovação pela Assembleia Geral da SGEB da deliberação de liquidação por transmissão global do respetivo património a favor do Município de Braga;
- xx) Através do presente acordo de credores e acionistas se pretende preparar a revisão das condições financeiras do passivo bancário e das garantias em momento anterior à internalização, estabelecer as condições de reembolso dos suprimentos, das entradas e prestações suplementares de capital e de pagamento aos Fornecedores/Credores, e garantir a aprovação pelos Acionistas da deliberação a tomar pela Assembleia Geral da SGEB relativa à sua liquidação por transmissão global do património a favor do Município de Braga, uma vez preenchidas aquelas condições suspensivas;
- yy) Nos termos do artigo 35.º, n.º 1, alínea a) e n.º 2, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL),¹ compete ao presidente da Câmara representar o Município e outorgar contratos em sua representação;
- zz) Nos termos dos artigos 61.º, n.º 2 e 65.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEL),² aplicável por analogia ou por interpretação extensiva às empresas participadas e às parcerias público privado institucionais, compete à Assembleia Municipal de Braga aprovar a internalização da SGEB através da sua liquidação por transmissão global do respetivo património (ativo e passivo) para o Município;

¹ Retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro e pela Declaração de Retificação n.º 50-A/2013, de 11 de novembro, e alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

² Aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

- aaa) Nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea oo) do RJAL e do artigo 62.º, n.º 1 do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE),³ compete à Câmara Municipal exercer a função acionista;

É celebrado o presente Acordo de Credores e Acionistas que regula o processo de internalização da SGEB através da sua liquidação por transmissão global do respetivo património para o Município de Braga:

1. Definições e interpretação

No presente contrato os termos e expressões a seguir indicados têm o significado que adiante lhes é atribuído, salvo quando o contrário resultar claramente do texto ou do contexto em que tenha lugar a sua utilização:

- a) “Balanço de Abertura da Liquidação”: balanço elaborado à data da dissolução (30 de novembro de 2016), fazendo parte dos documentos de prestação de contas a que se refere o n.º 1 do artigo 149.º do Código das Sociedades Comerciais, que constitui o **anexo 1** ao presente Acordo de Credores e Acionistas, dele fazendo parte integrante;
- b) “Balanço de Fecho da Liquidação”: balanço elaborado à data da deliberação da Assembleia Geral da SGEB que determine a respetiva liquidação por transmissão global de todo o património (ativo e passivo) para o Município de Braga e aprovado por esta deliberação;
- c) “Créditos Bancários”: os créditos na titularidade da CGB e do NB;
- d) “Créditos dos Fornecedores/Credores”: o conjunto dos créditos na titularidade da ABB, da CEAL e da ARLIZ, quer estejam classificados como passivo corrente ou não corrente no Balanço de Abertura e no Balanço de Fecho da Liquidação;
- e) “Passivo Corrente”: as responsabilidades classificadas como correntes no Balanço de Abertura e no Balanço de Fecho da Liquidação;
- f) “Passivo Não Corrente”: as responsabilidades classificadas como não correntes no Balanço de Abertura e no Balanço de Fecho da Liquidação;
- g) “Plano de liquidação”: termos em que terá lugar a liquidação, que constitui o **anexo 3** ao presente Acordo de Credores e Acionistas, dele fazendo parte integrante;
- h) “Pressupostos económico-financeiros da internalização”: poupanças no valor aproximado de 74,5 milhões de euros geradas pela cessação do pagamento de rendas à SGEB em virtude da sua internalização no Município de Braga através da respetiva liquidação por transmissão global do seu património para o Município de Braga e da revisão das condições financeiras do passivo bancário, nos termos do estudo elaborado pela Ernst & Young que constitui o **anexo 2** ao presente Acordo de Credores e Acionistas, dele fazendo parte integrante;
- i) “Obras Fechadas”: os créditos na titularidade da ABB e da CEAL classificados como passivo não corrente no Balanço de Abertura e no Balanço de Fecho da Liquidação;

³ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

- j) “Suprimentos dos Acionistas Privados”: os suprimentos realizados pela IB e pela EAL tal como se encontram identificados no Balanço de Abertura e no Balanço de Fecho da Liquidação.

2. Objetivos comuns

O presente acordo visa:

- a) Dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código das Sociedades Comerciais, consubstanciando o acordo dos “Bancos Credores” e dos “Fornecedores/Credores” quanto à liquidação da SGEB por transmissão global do respetivo património, ativo e passivo, a favor do Município de Braga;
- b) Assegurar o acordo dos “Acionistas” quanto à aprovação da deliberação a tomar pela Assembleia Geral da SGEB relativa à liquidação por transmissão global do património a favor do Município de Braga;
- c) Preparar a revisão das condições financeiras do passivo bancário e das garantias constituídas a favor dos “Bancos Credores” em momento anterior à internalização, de modo a assegurar o respeito pelo disposto alínea a) do n.º 7 do artigo 49.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL),⁴ na parte em que impede a constituição de garantias reais pelos Municípios, e de modo a concretizar os “Pressupostos económico-financeiros da internalização”;
- d) Estabelecer as condições de reembolso dos suprimentos, das entradas e das prestações suplementares de capital dos “Acionistas Privados”;
- e) Estabelecer as condições de pagamento aos “Fornecedores/Credores”;
- f) Determinar os demais termos em que terá lugar a liquidação, através da aprovação do “Plano de Liquidação”.

3. Produção de efeitos

1. A produção de efeitos das cláusulas 7.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª e 11.ª do presente Acordo de Credores e Acionistas fica sujeita ao preenchimento das seguintes condições suspensivas de verificação cumulativa:

- a) Deliberação da Assembleia Municipal de Braga que aprove a internalização da SGEB através da sua liquidação por transmissão global do respetivo património para o Município de Braga;
- b) Concessão de visto prévio pelo Tribunal de Contas, de visto tácito ou de declaração de conformidade, ou a confirmação de que a deliberação referida na alínea anterior não se encontra sujeita a fiscalização prévia, seja por não se inserir na tipicidade legal, seja por dispensa ou isenção de fiscalização prévia e
- c) Aprovação pela Assembleia Geral da SGEB da deliberação de liquidação por transmissão global do respetivo património a favor do Município de Braga.

⁴ Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, 1 de novembro, e alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

4. Financiamentos concedidos pela CGD e NB

1. Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 148.º do Código das Sociedades Comerciais, os Bancos Credores dão o seu acordo e por esta via manifestam o seu consentimento expresse quanto à liquidação da SGEB por transmissão global seu património, incluindo o ativo e o passivo, para o Município de Braga.

2. Nos termos e para os efeitos previstos nos contratos de financiamento para os casos de dissolução (cláusulas 18.ª/2/b e 19.ª/a do contrato de financiamento celebrado com a CGD e das cláusulas 17.ª/1/f), 18.ª/a dos contratos de financiamento celebrados com o NB) os Bancos Credores dão a sua autorização e consentimento expresse quanto à aprovação das deliberações de dissolução e liquidação da SGEB, nos termos previstos no presente acordo e documentos anexos, que dele fazem parte integrante.

5. Financiamentos dos Acionistas e dos Fornecedores/Credores

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 148.º do Código das Sociedades Comerciais, os Acionistas Privados e os Fornecedores/Credores dão o seu acordo e por esta via manifestam o seu consentimento expresse quanto à liquidação da SGEB por transmissão global seu património, incluindo o ativo e o passivo, para o MB.

6. Procedimento de liquidação da SGEB

1. No prazo de 10 dias após a verificação da condição suspensiva a que se refere a alínea b) da cláusula 3.ª, os Acionistas comprometem-se a reunir em assembleia geral universal nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo em vista deliberar quanto à liquidação da SGEB por transmissão global do respetivo património, ativo e passivo, para o MB e subsequente internalização da atividade da empresa no MB.

2. Os Acionistas comprometem-se igualmente a aprovar na referida assembleia geral universal a deliberação de liquidação da SGEB por transmissão global do respetivo património, ativo e passivo, para o MB e subsequente internalização da atividade da empresa no MB, de acordo com os termos constantes do “Plano de liquidação” anexo ao presente acordo e que dele faz parte integrante.

3. A SGEB, nos termos da deliberação de liquidação, obriga-se, através dos liquidatários:

- a. A transmitir ao MB a titularidade do ativo corrente e não corrente identificado no “Balanço de Fecho da Liquidação”, tal como depósitos bancários, à ordem e a prazo, edifícios e outras construções, equipamento básico e administrativo;
- b. A promover, quando tal se mostre necessário, a extinção dos direitos de superfície e outros que eventualmente existam, constituídos pelo MB a favor da SGEB, bem como a cessação antecipada de todos os contratos de arrendamento celebrados entre a SGEB e o Município de Braga.

4. Fica desde já convencionado que a deliberação de liquidação a que se refere a presente cláusula, autorizará os liquidatários da SGEB a alienar o património da sociedade a favor do

Município de Braga, praticando, na qualidade de representantes da sociedade em liquidação todos os atos e formalidades necessárias à transmissão dos ativos para o Município, incluindo os relativos à extinção e cancelamento dos direitos de superfície constituídos a favor da SGEB (documentos escritos, escrituras públicas, comunicações ou notificações requeridas, *etc.*) conferindo-lhes os poderes necessários para o efeito.

5. A transmissão global dos ativos e passivos da sociedade para o Município de Braga terá lugar nos termos previstos na deliberação a que se refere a alínea b) da cláusula 2.^a e a presente cláusula, e nos termos consignados nas cláusulas 11.^a e 12.^a do presente Acordo.

6. O MB e a SGEB obrigam-se a celebrar, após a deliberação de liquidação, acordo de cedência de interesse público relativo ao único trabalhador a exercer funções na SGEB, prevendo a possibilidade de esse trabalhador se poder candidatar aos procedimentos concursais que vierem a ser abertos pelo MB, nos termos dos n.ºs 6 a 13 do artigo 62.º do RJAEI.

7. Cessão de créditos

1. Uma vez verificadas as condições suspensivas estipuladas na cláusula 3.^a do presente Acordo, o NB obriga-se a ceder à CGD a totalidade dos créditos emergentes dos empréstimos por si concedidos à SGEB e identificados no Balanço de Fecho da Liquidação, pelo preço correspondente ao respetivo valor nominal à data da cessão.

2. A cessão é feita sem recurso, limitando-se o NB a garantir a existência e a exigibilidade dos créditos cedidos, não garantindo a solvência do devedor nem dos garantes, e não sendo responsável pelo pagamento dos créditos cedidos em caso de não pagamento pela SGEB ou pelo Município de Braga.

3. A CGD obriga-se a aceitar a cessão nos termos consignados nos números anteriores, transmitindo-se para a sua esfera jurídica todas as garantias constituídas pelos 4.º e 5.º Outorgantes, Acionistas Privados da SGEB e pelos 6.º e 7.º Outorgantes, empreiteiros ABB e CEAL, incluindo as livranças em branco emitidas pela SGEB avalizadas pelos 4.º e 5.º Outorgantes, acionistas privados da SGEB, e pelos 6.º e 7.º Outorgantes, empreiteiros ABB e CEAL, as quais cessam nos termos consignados na alínea b) do n.º 2 e no n.º 3 da cláusula 12.^a do presente Acordo.

4. A SGEB aceita a cessão a que se referem os números anteriores, prescindido da notificação a que se refere o artigo 583.º do Código Civil.

5. Os 4.º e 5.º Outorgantes, Acionistas Privados da SGEB e os 6.º e 7.º Outorgantes, empreiteiros ABB e CEAL, aceitam igualmente a cessão enquanto garantes do pagamento dos créditos cedidos e reconhecem e aceitam a transmissão para o cessionário de todas as garantias por si prestadas, incluindo avals cambiários, garantias essa que cessam nos termos consignados na alínea b) do n.º 2 e no n.º 3 da cláusula 12.^a do presente Acordo.

8. Financiamento intercalar (*bridge loan*)

1. Após a celebração do contrato de cessão de créditos e garantias a que se refere a cláusula anterior, a CGD obriga-se a conceder à SGEB um financiamento intercalar destinado ao pagamento das “Obras Fechadas” e dos “Suprimentos dos Acionistas Privados”, bem como do “Passivo Corrente”, excluindo o passivo corrente bancário, até ao valor de € 47.000.000,00 [quarenta e sete milhões de euros].

2. O valor a que se refere o número anterior incluirá o somatório das seguintes rubricas constantes do Balanço de Abertura da Liquidação, atualizado em função dos valores apurados no Balanço de Fecho da Liquidação:

PASSIVO NÃO CORRENTE	
Financiamento Privados (1)	12.109.776,36
Suprimentos	6.873.061,62
IB, SA	6.610.934,15
SGPS, SA	262.127,47
Obras Fechadas	5.236.714,74
ABB SA	4.085.660,84
CEAL, SA	1.151.053,90
PASSIVO CORRENTE	
Fornecedores Conservação (2)	435.032,70
ABB	221.524,14
Arliz.co	213.508,56
Privados – Juros (3)	2.128.747,19
Juros Suprimentos	1.392.526,03
IB, SA	1.260.159,93
SGPS, SA	132.366,10
Juros Obras Fechadas	635.757,32
ABB SA	620.279,97
CEAL, SA	15.477,35
Juros Obras Curso	100.463,84
ABB SA	72.275,99
CEAL, SA	28.187,85
Total (1) + (2) + (3)	14.673.556,25

2. O financiamento intercalar a que se refere o número anterior será concretizado no prazo máximo de 10 dias após a aprovação da deliberação de liquidação a que se refere a alínea b) da cláusula 2.^a e a cláusula 6.^a, mediante aditamento aos contratos de empréstimo já existentes, com vista ao reforço dos créditos concedidos ao seu abrigo, sendo sujeito ao mesmo regime e condições definidas nesses contratos (incluindo formas de amortização e garantias).

3. Fica desde já convencionado que a deliberação de liquidação a que se refere alínea b) da cláusula 2.^a e a cláusula 6.^a, autorizará os liquidatários da SGEB a celebrar o aditamento ao contrato referido no número anterior conferindo-lhes os poderes necessários para o efeito.

9. Pagamentos a fornecedores e reembolso de suprimentos

1. Os “Suprimentos dos Acionistas Privados” são pagos durante a fase de liquidação da SGEB mediante mobilização de parte do financiamento intercalar previsto na cláusula anterior, depois de inteiramente satisfeitos os “Créditos dos Fornecedores/Credores”, os quais são igualmente pagos mediante a mobiliação do mesmo financiamento.

2. Os Bancos Credores dão o seu acordo e por esta via manifestam o seu consentimento expresso quanto ao pagamento dos “Créditos dos Fornecedores/Credores” e quanto ao reembolso dos “Suprimentos dos Acionistas Privados”, antes de estarem satisfeitos os “Créditos Bancários”.

10. Participações de capital e prestações suplementares

1. A SGEB obriga-se a reembolsar, ao valor nominal, as participações de capital do MB e dos Acionistas Privados e as prestações suplementares de capital realizadas por estes últimos.

2. Os Acionistas Privados dão o seu acordo e por esta via manifestam o seu consentimento expresso quanto ao reembolso das suas participações e prestações suplementares de capital ao valor nominal.

3. O MB dá igualmente o seu acordo e por esta via manifesta o seu consentimento expresso quanto ao reembolso da sua participação de capital pelo valor nominal.

11. Transmissão global de ativos e passivos para o MB

1. Uma vez concretizado o financiamento intercalar a que se refere a cláusula 8.^a e pagos pela SGEB os créditos a que o mesmo se destina, cessam antecipadamente todos os contratos de arrendamento celebrados entre a SGEB e o Município de Braga e são transmitidos para o Município de Braga todos os ativos e passivos da SGEB, procedendo-se aos respetivos registos contabilísticos na esfera do Município.

2. Competirá aos liquidatários, na qualidade de representantes da sociedade em liquidação e nos termos da deliberação a que se refere a alínea b) da cláusula 2.^a e a cláusula 6.^a, a prática de todos os atos e formalidades necessárias à cessação antecipada dos contratos de arrendamento e à transmissão dos ativos e passivos para o Município, incluindo os atos e formalidades relativos à extinção e cancelamento dos direitos de superfície constituídos a favor da SGEB (documentos escritos, escrituras públicas, comunicações ou notificações requeridas, *etc.*).

12. Novas condições financeiras posteriores à liquidação da SGEB

1. Após o registo contabilístico dos passivos da SGEB como responsabilidades do Município de Braga e sua notificação à CGD, esta obriga-se a proceder à revisão dos termos e

condições dos financiamentos anteriormente concedidos à SGEB enquanto financiamentos integrados no passivo do MB, de acordo com os seguintes princípios:

- a) Os empréstimos bancários existentes e registados no Balanço de Fecho da Liquidação como passivo não corrente e corrente, bem como o financiamento intercalar a que se refere a cláusula 8.^a, são transmitidos para o Município de Braga nas mesmas condições de prazo e amortização em que vigoravam na SGEB, mas com revisão da taxa de juro a praticar, que passará a corresponder à Euribor a 12 meses acrescida de um *spread* de 1,75%;
- b) As garantias a praticar são as correntes no financiamento pela CGD aos Municípios, podendo esta recorrer, designadamente, ao mecanismo previsto no artigo 39.º do RFAL, sendo extintas quaisquer hipotecas que tenham sido constituídas sobre os ativos transmitidos ao Município, bem como todas as cessões de créditos e demais garantias pessoais assumidas pela SGEB, pelos Acionistas Privados e pelos Fornecedores.

3. Com a transmissão para o MB dos empréstimos a que se refere a alínea a) do número 2 da presente cláusula, a CGD obriga-se a emitir a documentação necessária ao distrato das hipotecas e à cessação das demais garantias a que refere a alínea b) do número 2 da presente cláusula.

13. Registos e formalidades

O presente Acordo e a deliberação de liquidação a que se refere a alínea b) da cláusula 2.^a e a cláusula 6.^a, são considerados pelas Partes título bastante para a realização pelos liquidatários de todos os registos (contabilísticos e outros) e demais formalidades necessárias à transmissão global dos ativos e passivos da SGEB para o MB.

14. Declarações e garantias

As Partes declaram e garantem reciprocamente que a celebração do presente Acordo, nos termos e condições aqui previstos, foi precedida de todos os atos e formalidades exigíveis por disposições legais, regulamentares, estatutárias ou contratuais aplicáveis e que todos os atos em que se consubstancia a sua execução, ou que para tanto sejam necessários, estão devidamente aprovados ou autorizados pelos respetivos órgãos e por terceiros e/ou outras entidades públicas, se e quando tal for ou fosse legalmente exigido.

15. Efeitos sobre o acordo parassocial

O presente acordo prevalece e derroga, em caso de conflito, as disposições do acordo parassocial, ao qual se vincularam os Acionistas Privados da SGEB.

16. Comunicações

1. Para efeitos do presente Acordo todas as comunicações, notificações, instruções escritas ou declarações efetuadas entre as Partes, devem ser efetuadas por escrito, mediante protocolo ou correio registado com aviso de receção, com exceção da correspondência relativa a assuntos correntes, que poderá ser feita por e-mail, e dirigidas aos destinatários e endereços seguintes:

- (a) MB: (...);
- (b) CGD: (...);
- (c) NB: (...);
- (d) IB: (...);
- (e) EAL: (...);
- (f) ABB: (...);
- (g) CEAL: (...);
- (h) ARLIZ: (...);
- (i) SGEB: (...).

2. As notificações, comunicações, instruções escritas ou declarações presumem-se realizadas no dia:

- a) Do seu envio, no caso de e-mail;
- b) Da sua entrega na morada do destinatário, no caso de protocolo;
- c) Da sua entrega ou tentativa de entrega, no caso de correio registado com aviso de receção.

3. Qualquer das Partes pode alterar o seu endereço ou destinatário designado mediante notificação prévia às demais Partes, com efeitos a partir do 10.º (décimo) dia seguinte à expedição da referida notificação, correndo pela Parte o risco de manutenção de moradas atualizadas, bem como a obrigação de receção da correspondência.

17. Direito aplicável e resolução de litígios

1. O presente contrato é celebrado de acordo com a lei portuguesa e todos os litígios emergentes da sua interpretação, aplicação, validade ou cumprimento ou relacionados com a sua execução, serão definitivamente resolvidos por arbitragem de acordo com o Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (Centro de Arbitragem Comercial), por um ou mais árbitro(s) nomeado(s) nos termos do Regulamento.

2. A arbitragem terá lugar em Braga.

3. A língua da arbitragem será o Português.

ANEXOS

Anexo 1
(Balção de Abertura da Liquidação)

Anexo 2
(Estudo elaborado pela Ernst & Young)

Anexo 3
(Plano de liquidação da SGEB)

BALANÇO de GESTÃO

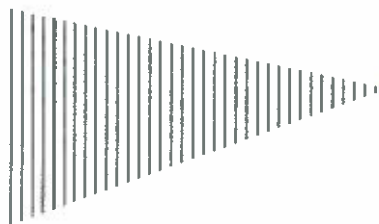
2015	Descrição	2016			
		1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
49 061 358.94	ACTIVO	48 821 917.55	48 256 660.84	48 603 343.27	48 483 860.88
46 904 279.28	ACTIVO NÃO CORRENTE	46 412 537.97	45 920 778.44	45 941 777.15	46 010 792.05
44 785 190.53	Activos fixos tangíveis	44 315 907.78	43 848 906.77	43 840 328.68	43 932 060.78
52 905 965.10	Activos Fixos Tangíveis	52 916 295.42	52 926 607.52	53 419 050.91	54 021 674.71
52 181 735.10	Edifícios e outras construções	52 181 735.10	52 181 735.10	52 663 858.95	53 949 793.79
1 063.91	Equipamento Básico	1 063.91	1 063.91	1 063.91	1 063.91
11 869.80	Equipamento administrativo	11 869.80	11 869.80	11 869.80	11 869.80
711 276.29	Em curso	721 606.61	731 918.71	742 238.25	58 927.21
8 120 774.57	Depreciações Acumuladas	8 600 387.66	9 080 000.75	9 578 721.23	10 089 613.95
8 108 193.29	Edifícios e construções	8 587 740.80	9 067 288.31	9 565 943.21	10 076 770.37
711.48	Equipamento Básico	777.06	842.84	908.22	973.78
11 869.80	Equipam. administrativo	11 869.80	11 869.80	11 869.80	11 869.80
2 119 088.75	Activos fixos intangíveis	2 096 030.21	2 074 171.87	2 101 447.47	2 078 751.29
2 540 131.61	Direitos superiores	2 540 131.61	2 540 131.61	2 590 123.74	2 590 123.74
421 042.86	Depreciações Acum. Dir. Sup.	443 501.40	465 959.94	488 676.27	511 392.48
2 157 079.66	ACTIVO CORRENTE	2 409 379.58	2 345 882.40	2 661 566.12	3 473 068.83
557 369.25	Clientes - CMB	678 507.99	799 646.73	920 785.47	1 041 924.21
13 254.31	Estado e outros entes públicos	11 511.66	17 752.44	20 370.44	27 337.07
3 027.71	O contas receber	0.00	0.00	0.00	0.00
	Gastos a Reconhecer				0.00
383 428.39	Depósitos bancários	519 359.93	328 483.23	520 410.21	1 203 807.35
1 200 000.00	Depósitos prazo	1 200 000.00	1 200 000.00	1 200 000.00	1 200 000.00
49 061 358.94	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	48 821 917.55	48 256 660.84	48 603 343.27	49 483 860.88
23 295.41	CAPITAL PRÓPRIO	15 800.14	26 807.21	97 519.87	86 218.58
150 000.00	Capital	150 000.00	150 000.00	150 000.00	150 000.00
110 000.00	Prestações Ações/ónias Cap.	110 000.00	110 000.00	110 000.00	110 000.00
22 339.84	Reservas legais	22 339.84	22 339.84	22 339.84	22 339.84
-280 222.79	Resultados transferidos	-259 044.43	-259 044.43	-259 044.43	-259 044.43
21 178.36	Resultado líquido do exercício	-7 695.27	3 311.80	74 224.46	42 921.17
49 038 063.53	PASSIVO	48 806 317.41	48 240 053.63	48 505 823.40	49 417 644.10
41 710 487.73	PASSIVO NÃO CORRENTE	41 710 487.73	41 710 487.73	42 807 611.58	41 362 352.73
31 137 970.41	Financiari. Bancos	31 137 970.41	31 137 970.41	31 452 970.41	30 320 216.27
17 852 516.86	CGD	17 852 516.86	17 852 516.86	17 852 516.86	15 856 665.46
3 970 207.17	BES 1 (0 770 055 900)	3 970 207.17	3 970 207.17	3 970 207.17	2 864 365.82
2 847 246.38	BES 2 (0 770 066 538)	2 847 246.38	2 847 246.38	2 847 246.38	3 816 179.19
6 468 000.00	BES 3 (0 770 062 485)	6 468 000.00	6 468 000.00	6 783 000.00	6 783 000.00
10 572 517.32	Financiamento Privado	10 572 517.32	10 572 517.32	11 044 641.17	11 042 142.46
6 873 061.62	Suprimentos	6 873 061.62	6 873 061.62	6 873 061.62	6 873 061.62
6 610 934.15	IB SA	6 610 934.15	6 610 934.15	6 610 934.15	6 610 934.15
262 127.47	SGPS SA	262 127.47	262 127.47	262 127.47	262 127.47
3 899 455.70	Obras Fechadas	3 899 455.70	3 899 455.70	4 181 570.55	4 189 088.84
3 548 656.99	ABB SA	3 548 656.99	3 548 656.99	4 030 780.84	3 585 680.84
150 798.71	CEAL SA	150 798.71	150 798.71	150 798.71	483 420.00
7 327 575.89	PASSIVO CORRENTE	7 095 820.80	6 529 565.90	5 998 211.82	6 955 291.37
2 719 538.31	Financiari. Bancos	2 845 580.81	1 362 513.68	673 285.55	3 508 006.78
900 232.86	CGD	574 356.13	443 315.79	210 096.84	969 176.36
1 042 783.71	BES 1 (0 770 055 900)	788 851.36	530 937.03	268 978.28	1 108 753.23
776 521.74	BES 2 (0 770 066 538)	582 391.30	388 260.87	194 130.43	1 431 067.19
	BES 3 (0 770 062 485)	0.00	0.00	0.00	0.00
556 002.66	Fornecedores c/ corrente	556 002.66	556 002.66	556 002.66	0.00
54 880.00	ABB	54 880.00	54 880.00	54 880.00	0.00
501 122.66	CEAL	501 122.66	501 122.66	501 122.66	0.00
59 778.00	Fornecedores Conservação	149 445.00	241 572.00	361 353.16	505 621.15
31 488.00	ABB	78 720.00	128 412.00	188 406.64	243 680.31
28 280.00	Artiz.co	70 725.00	113 160.00	172 948.52	261 941.14
177 381.10	Estado e outros entes públicos	177 575.70	177 134.70	201 136.83	174 471.59
7 028.28	Estado Especialização IRC	0.00	234.02	5 244.96	3 041.49
2 174 745.02	Outras contas a pagar	2 534 105.06	2 559 006.40	2 490 939.41	2 152 831.13
280 338.00	Fornecedores Investimento	280 338.00	280 338.00	302 438.00	302 438.00
280 338.00	CMB	280 338.00	280 338.00	302 438.00	302 438.00
173 437.29	Especialização	268 645.80	343 177.01	107 615.77	180 980.69
7 015.41	Pessoal	7 892.34	8 769.27	9 646.20	7 015.45
61 911.08	IMI	77 859.56	73 130.74	72 130.11	68 764.68
104 510.80	BES 3ª	182 893.90	251 277.00	25 839.46	105 200.56
100 491.16	Juros	175 859.53	251 227.90	24 845.63	101 154.38
4 019.64	Imposto Selo	7 034.37	10 048.10	993.83	4 046.18
	Outros (Seguros + Out.)	1 000.00	0.00	0.00	0.00
1 720 963.73	Privados - Juros	1 922 339.84	1 873 709.96	2 080 685.84	1 669 412.44
936 004.36	Juros Suprimentos	1 060 510.27	1 185 016.18	1 309 522.09	901 661.90
821 660.99	IB SA	941 251.61	1 080 842.23	1 180 432.85	900 023.47
114 343.37	SGPS SA	119 258.66	124 173.95	129 089.24	1 638.43
515 996.04	Juros Obras Fechadas	582 817.44	506 424.37	679 051.35	667 286.70
473 313.82	ABB SA	537 411.43	601 509.04	571 412.23	844 879.05
42 682.22	CEAL SA	45 406.01	4 915.33	7 639.12	22 401.65
268 969.33	Juros Obras Curso	279 012.13	82 269.40	92 312.20	100 463.84
168 971.79	ABB SA	169 963.05	70 954.31	71 945.57	72 275.99
99 987.54	CEAL SA	109 049.08	11 315.09	20 366.63	28 187.85
	Outras contas - Adiantamentos CMB	61 781.44	61 781.44	0.00	0.00
1 633 102.43	Determ. / Rend. Reconh. / CMB	1 633 102.43	1 633 102.43	1 710 329.23	1 710 329.23

**Município de Braga | Internalização da SGEB |
Fundamentação Económico-Financeira**

13 de abril de 2017

Reliance Restricted

Draft



Miguel Farinha

Partner

Transaction Advisory Services

T +351 217 912 087

M +351 937 912 717

F +351 217 949 332

E Miguel.Farinha@pt.ey.com

António Oliveira

Executive Director

Transaction Advisory Services

T +351 211 596 101

M +351 962 103 124

F +351 217 949 332

E Antonio.Oliveira@pt.ey.com

Carlos Lobo

Partner

TAX

T +351 217 912 146

M +351 937 912 146

F +351 217 949 332

E Carlos.Lobo@pt.ey.com

Gonçalo Ponte

Senior Manager

Transaction Advisory Services

T +351 217 912 081

M +351 937 912 081

F +351 217 949 332

E Goncalo.Ponte@pt.ey.com



**Building a better
working world**



Ernst & Young, S.A.
Avenida da República, 90 – 3º
1649-24 Lisboa
Portugal

Reliance Restricted

13 de abril de 2017

Município de Braga

À atenção do Exmo. Sr. Dr. Presidente da Câmara Municipal de Braga

Praça Municipal
4704-514 Braga
Portugal

Exmos. Senhores,

De acordo com as vossas instruções, realizámos o trabalho previsto na carta de contratação pública de 13 de julho de 2015, relacionado com a proposta de prestação de serviços profissionais de consultoria financeira no âmbito da dissolução SGEB/Plano de liquidação. A Carta de Compromisso inclui informação que deverá ser lida para uma compreensão adequada do nosso trabalho e relatório.

Âmbito e natureza do nosso trabalho

O âmbito e natureza do nosso trabalho, incluindo a base e as limitações, encontram-se detalhados na carta de contratação pública.

O nosso trabalho foi concluído a 15 de dezembro de 2015 tendo sido posteriormente atualizado a 13 de abril de 2017.

Propósito do nosso relatório e restrições ao seu uso

O presente relatório foi preparado sob instruções específicas da Câmara Municipal de Braga (doravante "CMB" ou o "Cliente"), nos termos do âmbito acordado na nossa Carta de Compromisso, pelo que não deverá servir de suporte para qualquer outro propósito ou finalidade para além dos previstos.

Não aceitamos qualquer responsabilidade ou obrigação perante qualquer pessoa que não o nosso cliente, ou qualquer entidade relativamente à qual não tenhamos aceite uma *duty of care* por escrito relativamente a este relatório e, consequentemente, se pessoas não autorizadas decidirem confiar de qualquer forma no conteúdo deste relatório, fá-lo-ão por sua responsabilidade.

Com os melhores cumprimentos,

Ernst & Young S.A.

Contents

1. Sumário de resultados	4
2. Caracterização da sociedade	7
1. Contexto de atuação	8
2. Património imobiliário	9
3. Enquadramento da opção de internalização	10
3. Caracterização económico-financeira da SGEB	12
4. Demonstração de resultados	13
5. Situação patrimonial	16
6. Financiamentos obtidos	18
4. Execução orçamental da CMB	19
7. Execução orçamental	20
5. Processo de internalização	25
8. Processo de internalização da SGEB	26
9. Execução orçamental	30
6. Cronograma de implementação	34
10. Cronograma de implementação	35
Anexos	36
11. Anexo 1 – Património Imobiliário	37
12. Anexo 2 - Abreviaturas	38

1. Sumário de resultados

Estima-se que o impacto do processo de internalização sobre o Município de Braga ascenda a aproximadamente €74,5m até 2042

Introdução e contexto

A Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A. (SGEB) - sociedade comercial de capitais minoritariamente públicos - foi criada pelo Município de Braga para a construção, financiamento e conservação de equipamentos considerados de manifesto interesse municipal. Nos termos do concurso público respeitante à constituição da SGEB, esta tem direito a receber rendas pagas pelo município, que servirão para pagar o investimento e respetivos juros.

A parceria público-privada com a SGEB revelou-se particularmente onerosa para o Município, acarretando um custo anual de €6,6m, o qual, nos termos atualmente definidos por via contratual, ainda se prolongará por mais 25 anos. Note-se que a estes valores acrescem os custos de manutenção dos equipamentos e a sua eventual renovação, os quais não foram transferidos para o parceiro privado e permanecem na esfera de responsabilidade financeira da Autarquia.

Sendo de reconhecido interesse público a prossecução da atividade da SGEB - no que respeita à promoção de infraestruturas vocacionadas para o exercício de atividades de interesse municipal - e face aos respetivos custos, não poderia deixar de ser reequacionada pelo Município a racionalidade económica e financeira subjacente aos moldes atuais da sua atuação.

Neste contexto, impôs-se a definição de um modelo de gestão menos oneroso para o Município, no sentido de afastar a tendência atual para uma maior e progressiva deterioração financeira. Em conformidade, entendeu o Município de Braga proceder à internalização da atividade da SGEB, nos termos do disposto no artigo 65.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAL)¹ ("A atividade das empresas locais pode ser objeto de internalização nos serviços das respetivas entidades públicas participantes"), aplicável às empresas participadas nos termos do artigo 71.º do mesmo diploma, por analogia ou por interpretação extensiva.

Principais impactos

Tal como já aconteceu em 2016, a atividade da sociedade em 2017 irá refletir essencialmente as rendas recebidas pela Câmara Municipal e o serviço da dívida financeira subjacente aos financiamentos obtidos.

Os financiamentos obtidos pela SGEB incluem (i) empréstimos bancários negociados junto da CGD e do BES, bem como (ii) suprimentos dos respetivos acionistas. O total de financiamento ascende a €40,7m a Dez16A, seguindo posteriormente uma tendência decrescente. Relativamente às rendas a receber pela SGEB, ao longo do período em análise, o valor das mesmas apresenta uma tendência crescente, até estabilizar nos €5,4m (a que acresce IVA à taxa legal) a partir de 2018.

No plano societário, a SGEB será objeto de dissolução, promovendo-se a liquidação por transmissão global do ativo e passivo para o Município de Braga, acautelando-se o devido acordo dos credores da sociedade e o pagamento aos sócios privados, em cumprimento do disposto no artigo 148.º do Código das Sociedades Comerciais.

No decorrer processo de liquidação o Município receberá os ativos da sociedade e assumirá as dívidas da SGEB perante terceiros, devendo ainda reembolsar os suprimentos efetuados pelos sócios privados e pagar o valor das respetivas participações de capital. O valor total em dívida (excluindo o saldo credor do próprio Município) ascende a €45,0m, sendo grande parte deste valor respeitante a dívidas a instituições bancárias. O Município assumirá, assim, a totalidade dos valores em dívida aos bancos depois de pagos os suprimentos e o valor das participações de capital dos sócios privados. O impacto deste endividamento bancário resultante da internalização do passivo da SGEB deve ser considerado nos orçamentos anuais do Município, bem como no plano da verificação do cumprimento do limite de dívida bruta, nos termos legalmente definidos.

Nestes termos, salienta-se o facto de a cessação do pagamento de rendas à SGEB pela utilização dos equipamentos decorrente da internalização, acompanhada de uma reestruturação dos passivos bancários, apresentar poupanças significativas para o Município.

Desta forma e prosseguindo o processo de internalização da atividade da SGEB no Município de Braga, torna-se imperativo analisar qual o efeito deste processo nos orçamentos municipais futuros. Relativamente ao limite de endividamento, é possível dizer-se que, mesmo após a internalização do passivo da SGEB (€45,0m) o Município de Braga, a 31 de dezembro de 2016, deverá cumprir o limite fixado no n.º 1 do art.º 52, do Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL)², apresentando uma margem disponível de aproximadamente €16,7m face ao limite.

Limite de Endividamento (incluindo passivo da SGEB)

Moeda: € 000	FY13A	FY14A	FY15A	FY16A
Total da Receita Corrente	76.704	71.237	74.030	-
Média receita corrente líquida últimos 3 exercícios	-	-	73.990	-
(1) Limite de dívida total 2016 (1,5ª média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos)				110.986
(2) Dívida Total excluindo não orçamentais, exceções Lei n.º 73/2013 e FAM				49.272
(3) Passivo SGEB				44.974
(4) Dívida Total Município + Passivo SGEB (2) + (3)				94.246
(5) Margem Disponível (1) - (4)				16.740

¹ Aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e alterado pelas Leis n.ºs 53/2014, de 25 de agosto, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016, de 28 de dezembro.

² Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, 132/2015, de 4 de setembro, 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016, de 28 de dezembro.

Estima-se que o impacto do processo de internalização sobre o Município de Braga ascenda a aproximadamente €74,5m até 2042

Fonte: CMB e Análise EY

Na medida em que o processo de internalização ocorra no início de 2017, conforme previsto, o efeito inicial deste processo apenas deverá ser medido através do processo orçamental referente a 2017.

O impacto da internalização ao nível das receitas orçamentais é relativamente diminuto, traduzindo-se apenas numa redução dos impostos diretos (IMI e Derrama Municipal) arrecadados em 2017 pelo Município de Braga, no valor de aproximadamente €73k em FY17B.

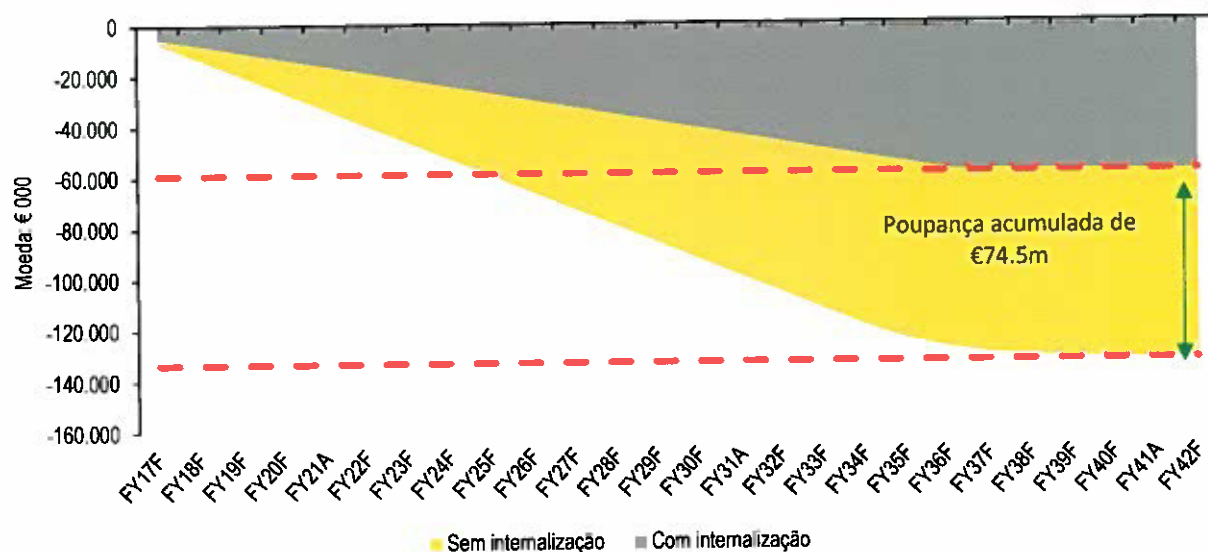
No entanto, existe um impacto considerável ao nível das despesas do município, na medida em que a internalização da atividade da SGEB permitirá uma redução da despesa corrente de €5,5m em 2017, passando de €64,4m para €59m, devido à cessação do pagamento das rendas à SGEB e à redução dos juros suportados com custos de financiamento daquela parceria. Relativamente ao saldo global, a internalização levará a um aumento de €3,6m totalizando €9,6m em FY17B.

Apesar da melhoria do saldo global, os passivos financeiros aumentam de forma a suportar a operação e o custo de internalização da SGEB, aumentando o total das despesas de capital.

O impacto do processo de internalização sobre o Município de Braga é superior a €3,8m anuais até FY34F, sendo a única exceção o período FY17B, visto que incorpora o valor a pagar pelas participações de capital dos sócios privados. Este resultado advém do fato de as rendas estabelecidas contratualmente serem mais do que suficientes para cobrir todos os gastos da SGEB, pelo que a diferença constitui um ganho potencial para o Município de aproximadamente €74,5m (cf. p. 33).

Cash-flow acumulado suportado pela CMB

Fonte: CMB e Análise EY



É neste âmbito que se insere a apresentação do presente documento, o qual tem como objetivo avaliar os efeitos económico-financeiros, bem como as implicações e limitações regulatórias que decorrem da opção de internalização da empresa municipal nas contas do Município de Braga.

2. Caracterização da sociedade

1. Contexto de atuação
2. Património imobiliário
3. Enquadramento da opção de internalização

Constituída em 2008, a SGEB, tem como objetivo promover a construção e conservação de infraestruturas no concelho de Braga

Criação da SGEB

Com base em proposta do executivo municipal datada de 13 de Setembro de 2007, por deliberação da Assembleia Municipal de Braga de 21 de setembro de 2007, foi aprovada a constituição de uma parceria público-privada institucional, sob a forma de sociedade anónima de capitais minoritariamente públicos, tendo em vista a construção, financiamento e conservação de um vasto conjunto de equipamentos considerados de manifesto interesse municipal (complexos desportivos, pavilhões gimnodesportivos, centro cívico e edifício multifunções).

Para tanto, em 22 de janeiro de 2008 foi lançado um concurso público internacional que daria origem à escolha dos parceiros privados que, em conjunto com o Município de Braga, procederam à criação da Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A. (doravante "SGEB") em 11 de novembro de 2008.

A SGEB dá corpo a uma parceria público-privada institucional, sendo detida em 49% pelo Município de Braga.

Participação acionista

Participação acionista (%)	Estrutura acionista inicial	Estrutura acionista a Dez16A
Município de Braga	49.0%	49.0%
Europa Ar-Lindo, SGPS, S.A.	- %	25.5%
Imãos Borges, S.A.	- %	25.5%
Construções Europa Ar-Lindo, S.A.	20.4%	- %
Arlindo Correia & Filhos, S.A.	20.4%	- %
Europa Ar-Lindo - Parques, S.A.	5.1%	- %
Europa Ar-Lindo - Imobiliária, S.A.	5.1%	- %

Source: Informação de Gestão

Objetivos e âmbito de atuação da SGEB

A SGEB foi criada com o objetivo promover a construção, financiamento e conservação de infraestruturas de interesse para o Concelho. De entre as referidas obras, encontram-se incluídos o Parque Urbano do Monte Picoto, a segunda fase do Complexo de Piscinas Olímpicas do Parque Urbano de Braga/Norte, o Pavilhão Multiusos do Parque Urbano de Braga/Norte, o Auditório e Sede de Junta de Sequeira, o Salão Polivalente de São Vicente, os Pavilhões gimnodesportivos de Dume, Ferreiros, Frossos, Lamações, Mereim São Paio, Vilaça, Este São Pedro, Figueiredo e Tebosa, os recintos desportivos de Gualtar e Sobreposta, bem como os pavimentos sintéticos e balneares de recintos desportivos de 36 freguesias.

Para efeitos da execução do objeto social da SGEB, o Município de Braga disponibilizaria o direito de superfície referente a um conjunto de terrenos e equipamentos, sobre os quais se procedeu à construção ou reabilitação de equipamentos sociais, desportivos ou de lazer, de utilização coletiva.

Os equipamentos seriam posteriormente utilizados pelo Município, para satisfação das necessidades dos utentes, mediante o pagamento de rendas à SGEB. Neste sentido, seria celebrado a 31 de março de 2011 um contrato de arrendamento entre a SGEB e o Município de Braga, referente ao conjunto de equipamentos entretanto construídos ou reabilitados, por um período de 25 anos, abrangendo este contrato, também, os equipamentos futuros que venham sendo concluídos.

A partir do momento em que a SGEB passou a ser detentora dos direitos de superfície sobre os terrenos, a construção das infraestruturas teve início de acordo com os seguintes termos contratualizados entre as partes:

- A SGEB procedeu à contratação de financiamento junto de entidades bancárias, com o objetivo de fazer face aos encargos de construção das infraestruturas;
- Os parceiros (acionistas) privados procederam ao desenvolvimento das atividades de construção, sendo que a propriedade dos equipamentos construídos pertence à SGEB;
- Após a conclusão dos trabalhos de construção, é celebrado um contrato de locação entre o Município de Braga e a SGEB, no qual é estabelecida uma renda (assim como as condições associadas à mesma), que o Município terá de pagar à SGEB durante um período de 25 anos;
- Findo o período de 25 anos, cessam os direitos da SGEB sobre as infraestruturas, sendo que a propriedade e direitos associados às mesmas transmitidos da SGEB para o Município de Braga, passando este a deter a propriedade exclusiva dos ativos.

Impacto na dívida do Município

Os resultados de uma auditoria realizada em 2013, demonstram que o Município tinha passivos de €140m, sendo que se encontra desorçamentado um montante de €103m, respeitante às rendas que o Município vai ter que pagar até o fim do contrato com a SGEB. Esse montante não foi considerado nas demonstrações financeiras do Município.

A 31 de Dezembro de 2016, a SGEB terá construída a totalidade do seu património imobiliário, num montante global de €54m

Caracterização do património imobiliário da SGEB

O âmbito de atuação definido para a SGEB passa pela construção, manutenção e promoção de infraestruturas de interesse para o Concelho de Braga. Em resultado do âmbito de atuação definido, a SGEB detém atualmente um total de 44 infraestruturas, a maioria das quais foram construídas no período compreendido entre 2011 e 2014. Na tabela que se segue, apresenta-se o detalhe dos projetos desenvolvidos pela SGEB, agrupados por tipologia:

Portfólio imobiliário da SGEB agregado por tipologia

Moeda: € 000	#	Renda anual	Gastos construção (A)	Direitos de superfície (B)	Custo Total (A + B)	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Complexo desportivo	40	3.756	36.641	2.254	38.896	n.a.	n.a.
Pavilhão gimnodesportivo	9	1.264	13.365	178	13.543	n.a.	n.a.
Centro cívico	1	159	1.707	16	1.723	n.a.	n.a.
Edifício multifunções	1	209	2.236	7	2.244	n.a.	n.a.
Total	51	5.389	53.950	2.455	56.405	(12.203)	41.746

Fonte: Informação de Gestão

Para além das 47 infraestruturas mencionadas, encontrava-se incluída no projeto de parceria a construção de 5 infraestruturas adicionais, sendo que, de acordo com o que nos foi transmitido, a construção das mesmas foi suspensa, não se prevendo que as mesmas venham a ser edificadas no futuro.

Manutenção das instalações desportivas

As instalações desportivas implicam gastos de manutenção (instalações de apoio, equipamentos de suporte, limpeza, higienização e controlo da qualidade) que devem ser realizados de forma regular. Desta forma, ao investimento inicial efetuado na construção das infraestruturas desportivas acrescem os gastos relativos aos planos de manutenção dos equipamentos. No entanto e ao abrigo do contrato estabelecido entre a SGEB e a CMB, o Município é responsável por suportar os gastos de todas as manutenções necessárias, garantindo a conservação do conjunto de equipamentos.

De acordo com o plano de manutenção a 25 anos dos espaços desportivos fornecido pela Gestão, encontra-se projetado um investimento total de aproximadamente €1m por complexo desportivo ao longo do seu período de vida útil. Estes gastos encontram-se detalhados no quadro seguinte.

Investimentos de manutenção estimados ao longo da vida útil de cada complexo desportivo

Moeda: € 000	Y1	Y2	Y3	Y4	Y5	Y6	Y7	Y8	Y9	Y10	Y11	Y12	Y13	Y14	Y15	Y16	Y17	Y18	Y19	Y20	Y21	Y22	Y23	Y24	Y25
Relvados sintéticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	254	-	-	-	-	-	-	-	-	-	310	-	-	-	-	-
Recargas de enchimento	-	-	-	15	-	-	-	17	-	-	-	18	-	-	-	19	-	-	-	21	-	-	-	23	-
Apoio Técnico 24h	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3
Sistema Aquecimento Água	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros	1	2	3	2	19	4	1	2	3	24	1	11	1	2	37	2	1	5	1	29	4	3	1	15	28
Plano de CAPEX	3	4	5	20	22	6	4	21	6	281	4	33	4	5	41	25	5	8	5	363	7	6	5	41	32

Fonte: Informação de Gestão

Os gastos com relvados sintéticos constituem o maior encargo (renovações de 10 em 10 anos por um valor de aproximadamente €250k). De salientar ainda os gastos com recargas de enchimento que rondam um encargo de €15k de 4 em 4 anos. Os restantes custos de manutenção contemplam gastos com materiais desportivos (redes, bolas etc.), equipamento sanitário, sistema de aquecimento de água, entre outros.

Atendendo ao racional económico e aspetos financeiros da operação, a internalização afigura-se como a opção mais vantajosa para o Município

Méritos da opção de internalização

Enquadramento normativo

Para efeitos de enquadramento e justificação da opção pela internalização da atividade da SGEB no Município de Braga, cabe recordar os objetivos subjacentes ao atual quadro jurídico. Referimo-nos concretamente à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (doravante igualmente designada por "RJAEL"), no qual foram estabelecidos novos princípios orientadores da atuação das empresas locais.

Na base do referido diploma legal, residiram objetivos de estrita racionalidade financeira, os quais decorrem designadamente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2011, de 22 de Setembro, bem como do "Documento Verde da Reforma da Administração Local", com base nas considerações constantes do "Livro Branco do Sector Empresarial Local" no sentido de extinção / internalização ou de fusão de empresas locais, e eliminação de participações locais (participações sociais detidas pelos municípios), enquanto eixo estruturante da reforma da administração local autárquica.

Neste contexto, procedeu o Município de Braga à respetiva análise de viabilidade económica e financeira no que respeita à participação social na SGEB, apresentando nesta sede a respetiva informação de relevo.

Racional económico da operação

Sendo de reconhecido interesse público o prosseguimento da atividade da SGEB, pela promoção de infraestruturas vocacionadas para o exercício de atividades de interesse municipal, não poderia deixar de ser equacionada pelo Município, a racionalidade económica e financeira subjacente à sua manutenção.

Em conformidade, entendeu o Município promover a respetiva internalização da atividade da SGEB, nos termos do disposto no artigo 65.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - "A atividade das empresas locais pode ser objeto de internalização nos serviços das respetivas entidades públicas participantes", aplicável às empresas participadas nos termos do artigo 71.º do mesmo diploma, por analogia ou por interpretação extensiva.

Para efeitos da presente opção de internalização, considera o Município que se a constituição de empresas locais ou a aquisição de participações locais deve ser fundamentada na melhor prossecução do interesse público e na prova quanto ao benefício decorrente de uma gestão subtraída à gestão direta do Município (artigo 6º n.º 1 do RJAEL), cabe analisar, por contraponto, a sustentabilidade da atividade desenvolvida pela respetiva unidade empresarial (no caso, a SGEB).

Dito de outro modo, numa ótica de salvaguarda do interesse público municipal, apenas fará sentido manter unidades empresariais financeira e economicamente sustentáveis e que não onerem de modo excessivo as finanças municipais. Neste sentido, considera-se que face às poupanças inerentes à internalização deixou de se justificar, numa ótica de interesse público municipal, a manutenção da parceria público-privada institucional consubstanciada na constituição da SGEB.

Na verdade, para além de uma leitura de índole meramente formal, unicamente baseada na qualificação jurídica das relações contratuais em questão, deve observar-se que residuiu desde sempre na esfera do Município a posição de "verdadeiro proprietário". Deste modo, pretende o mesmo antecipar a reversão das infraestruturas desportivas, pondo termo à sua situação de arrendatário, mediante a internalização da atividade da SGEB. Consequentemente, deixará de existir qualquer pagamento das rendas associadas aos imóveis construídos pela SGEB, pela inexistência de qualquer contrapartida contratual a ser remunerada. As referidas rendas, saliente-se, constituem a principal fonte de receita daquela sociedade.

Em conclusão, vem o Município de Braga submeter a devida consideração, a efetiva demonstração quanto ao benefício financeiro e económico decorrente da presente opção de internalização, apresentando para o efeito, os respetivos cenários (atual e pós internalização).

Numa análise quanto à conformidade sobre os termos em que atualmente assenta a participação local em apreço, para com o respetivo regime jurídico, acresce ainda a exigência constante do n.º 1 do artigo 70.º do RJAEL, nos termos do qual "(...) as sociedades comerciais participadas já existentes, ficam obrigadas a adequar os seus estatutos em conformidade com a presente lei, no prazo de seis meses após a sua entrada em vigor". Impunha-se assim a adaptação dos Estatutos da SGEB ao novo quadro legal, o que não se verificou.

Considerando que o RJAEL entrou em vigor no dia 1 de setembro de 2012, o referido prazo terminou no dia 1 de fevereiro de 2013, sem que a SGEB tenha promovido a respetiva adaptação estatutária. Nestes termos, a dissolução da SGEB pode ter base a sua legal nos n.ºs 2 e 5 do artigo 70.º do RJAEL, estabelecendo-se a devida remissão para o disposto nos artigos 61.º a 66.º, incluindo a Internalização da atividade (artigos 65.º e 65.º-A).

A não adaptação dos estatutos verifica-se desde logo ao nível da própria identificação da estrutura acionista. Com efeito, a constituição da SGEB em 2008, contou com o número mínimo de acionistas necessários ao tipo de sociedade anónima (cinco), encontrando-se o capital social de €150.000 repartido da seguinte forma: (i) Município (€73.500); Construções Europa Ar-Lindo, S.G.P.S., S.A. (€30.600), Arlindo Correia & Filhos, S.A. (€30.600); Europa Ar-Lindo - Parques, S.A. (€7.650), Europa Ar-Lindo II - Imobiliária, S.A. (€7.650).

A identidade dos acionistas privados viria a alterar-se em 1 de junho de 2011 por virtude da transmissão das ações de que eram titulares os acionistas originários acima identificados, os quais venderam as mesmas às sociedades Europa Ar-Lindo - S.G.P.S., S.A., e Irmãos Borges - Imobiliária, S.A., tendo ambas passado a deter ações no valor nominal de €38.250 cada uma.

Em consequência dessas duas transações, os acionistas privados ficaram reduzidos a dois tendo a sociedade atualmente apenas três acionistas, incluindo o Município, cuja participação acionista minoritária permaneceu inalterada. Assim, o capital social atual acha-se repartido da seguinte forma: Município (€73.500) - (49%); Europa Ar-Lindo - S.G.P.S., S.A. (€38.250) - (25,5%); e - Irmãos Borges - Imobiliária, S.A., (€38.250) - (25,5%).

Atendendo ao racional económico e aspetos financeiros da operação, a internalização afigura-se como a opção mais vantajosa para o Município

Em face do acima exposto e para efeitos de cumprimento do regime jurídico estabelecido, designadamente pelo artigo 65.º do RJAEL oportunamente referido, em articulação com o artigo 70.º, n.º 1 do mesmo diploma, a deliberação de dissolução de empresa local com internalização da sua atividade segue os termos previstos no n.º 12 do artigo 62.º do RJAEL, devendo incluir os seguintes elementos:

- a) Definição das atividades a integrar ou a internalizar;
- b) Listagem dos postos de trabalho indispensáveis para a prossecução das atividades a integrar ou a internalizar, identificando a carreira e as áreas funcional, habilitacional e geográfica, quando necessárias;
- c) Previsão das disponibilidades orçamentais necessárias, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que “Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas”.

Entende-se que esta norma é aplicável por analogia mesmo que se conclua que a dissolução da SGEB não se enquadra nos casos de dissolução obrigatória previstos no n.º 1 do artigo 70.º do RJAEL, assentando apenas numa opção voluntária do Município e dos acionistas privados

Com efeito, a dissolução e liquidação por transmissão global dos ativos e passivos da SGEB para o Município tanto pode ter lugar a título voluntário, nos termos dos artigos 141, n.º 1, alínea b) e 148.º do CSC, como por imposição legal, nos termos dos n.ºs 1, 2, 5 e 6 do artigo 70.º do RJAEL.

A dissolução voluntária seguida de liquidação por transmissão global dos ativos e passivos da SGEB para o Município equivale a uma internalização para efeitos dos artigos 6.º e 65.º do RJAEL pelo que a norma do n.º 12 do artigo 62.º do RJAEL é aplicável por analogia.

3. Caracterização económico-financeira da SGEB

- 1. Demonstração de resultados**
- 2. Situação patrimonial**
- 3. Financiamentos obtidos**

A partir de FY17B, a atividade da SGEB irá refletir essencialmente as rendas recebidas da CMB e o serviço da dívida financeira subjacente

Demonstração de resultados SGEB

Moeda: € 000	FY13A	FY14A	FY15A	FY16A	2m17A	L10m17B	FY17B	FY18F	FY19F	FY20F	FY21F
Prestação de serviços	4.503	4.833	4.886	5.040	845	4.465	5.310	5.389	5.389	5.389	5.389
Trabalhos para a própria entidade	3.066	1.544	42	1.116	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(2.888)	(1.492)	(171)	(1.525)	(83)	(339)	(421)	(67)	(68)	(70)	(71)
Gastos com o pessoal	(102)	(98)	(59)	(51)	(10)	(41)	(51)	(52)	(52)	(53)	(54)
Outros rendimentos e ganhos	9	9	16	0	-	-	-	-	-	-	-
Outros gastos e perdas	(98)	(125)	(133)	(78)	(12)	(59)	(70)	(70)	(70)	(70)	(70)
EBITDA	4.491	4.671	4.580	4.502	741	4.026	4.767	5.200	5.198	5.196	5.194
Depreciações e amortizações	(1.839)	(1.986)	(2.009)	(2.059)	(352)	(1.871)	(2.223)	(2.259)	(2.259)	(2.259)	(2.259)
EBIT	2.652	2.685	2.571	2.443	389	2.155	2.544	2.941	2.939	2.937	2.935
Juros e rendimentos similares obtidos	5	5	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(2.836)	(2.790)	(2.546)	(2.397)	(400)	(1.911)	(2.311)	(2.124)	(1.933)	(1.755)	(1.662)
EBT	(179)	(101)	28	46	(11)	244	233	817	1.006	1.182	1.273
IRC	-	-	(7)	(3)	-	(29)	(29)	(184)	(226)	(266)	(286)
Resultado líquido do exercício	(179)	(101)	21	43	(11)	215	204	633	780	916	987

Sources: Informação de gestão

Sumário de resultados

A demonstração de resultados histórica e previsional da SGEB apresentada acima para o período compreendido entre FY13A e FY21F foi construída com base na seguinte informação:

- Os resultados referentes ao período compreendido entre FY13A e FY16A correspondem a informação estatutária, nomeadamente a que consta dos Relatórios e Contas da entidade;
- Os resultados do período 2m17A foram facultados pela Gestão, correspondendo a informação contabilística não auditada (com referência a fevereiro de 2017). De acordo com a Gestão, esta informação mantém consistência na aplicação das políticas contabilísticas por que se regem as contas auditadas da sociedade para os períodos anteriores;
- Os resultados estimados para o período L10m17B e FY17B correspondem aos valores orçamentados pela Gestão para os respetivos períodos;
- Os resultados apresentados para os exercícios posteriores a FY17B foram estimados através da aplicação de pressupostos de crescimento devidamente discutidos com a Gestão.

A análise dos resultados históricos da sociedade, assim como os pressupostos inerentes aos resultados estimados são apresentados nos pontos seguintes.

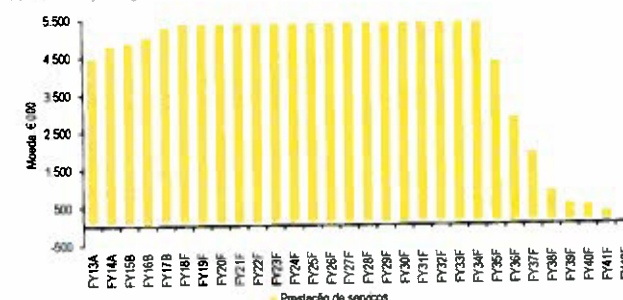
Prestação de serviços

- No seguimento do que foi salientado anteriormente, o Município de Braga constituiu a favor da SGEB o direito de superfície sobre um conjunto de terrenos e edifícios, objeto de construção e/ou reabilitação de equipamentos sociais, desportivos e de lazer. Estes equipamentos são posteriormente arrendados pelo Município para disponibilização à utilização por parte dos municípios.
- A 31 de Março de 2011 foi celebrado um contrato de arrendamento entre a SGEB e a CMB, abrangendo esse mesmo conjunto de equipamentos, o qual tem a duração de 25 anos. Dessa forma, os valores reportados na rubrica de prestação de serviços correspondem integralmente aos

proveitos relacionados com as rendas. De notar que estas rendas se encontram contratualizadas entre a SGEB e o Município de Braga e mantêm-se constantes ao longo do período explícito.

Prestação de serviços

Fonte: Informação de gestão



Ao longo do período em análise o valor desta rubrica apresenta uma tendência crescente, até estabilizar nos €5,4m a partir de FY18F (valor a que acresce IVA à taxa legal). Esta situação deve-se ao facto de os equipamentos construídos em Espinho, Vimeiro e Morreira terem apenas entrarem em atividade durante o ano de FY17B.

Em sentido contrário estima-se um decréscimo progressivo do montante de rendas a receber a partir de FY35F, período a partir do qual os primeiros espaços cumprem os 25 anos estipulados nos respetivos contratos. O detalhe dos valores das rendas de cada espaço consta do anexo 1 do presente documento.

Trabalhos para a própria entidade

- Os trabalhos para a própria entidade respeitam aos gastos incorridos pela SGEB no âmbito das construções efetuadas nos diferentes espaços. A contrapartida destes montantes (essencialmente respeitantes a subcontratos) consiste numa capitalização na rubrica de ativos fixos tangíveis (com alocação ao ativo respetivo).

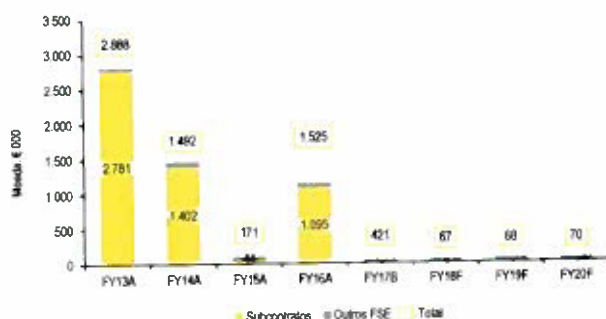
A partir de FY17B, a atividade da SGEB irá refletir essencialmente as rendas recebidas da CMB e o serviço da dívida financeira subjacente

Fornecimentos e serviços externos

- Os fornecimentos e serviços externos apresentam uma tendência decrescente ao longo do período histórico (com a exceção do período FY16A), sendo que esta situação se deve ao decréscimo verificado nos gastos com subcontratos, os quais respeitam à subcontratação dos serviços para efetuar as obras nos novos espaços (recorde-se que estes gastos são alvo de capitalização através de 'Trabalhos para a própria empresa'). Como é possível verificar no gráfico abaixo apresentado, excluindo os subcontratos, as restantes rubricas apresentam montantes reduzidos.

Fornecimentos e serviços externos

Fonte: Informação de gestão



- Em FY17B foram registados na rubrica de FSE's gastos com a conservação e reparação dos complexos desportivos suportados pela SGEB que não serão considerados para o período previsional uma vez que será um encargo da responsabilidade da CMB.
- A partir de FY18F, os gastos incluídos nesta rubrica correspondem essencialmente à renda do edifício onde opera a SGEB, seguros e custos com serviços especializados, como TOC, ROC e serviços legais. De notar que para a estimativa destes gastos no futuro, foi assumida uma evolução em linha com a taxa de inflação esperada para Portugal (fonte: *Economic Outlook FMI*).

Gastos com o pessoal

- A SGEB tem apenas um colaborador nos quadros da sociedade, o qual tem a seu cargo funções administrativas (esta estrutura mantém-se ao longo do período previsional). Para a estimativa destes gastos a partir de FY17B, foi assumida uma evolução em linha com a taxa de inflação esperada para Portugal, o que corresponde a um aumento real de 0% dos gastos com o Pessoal.

Outros gastos e perdas

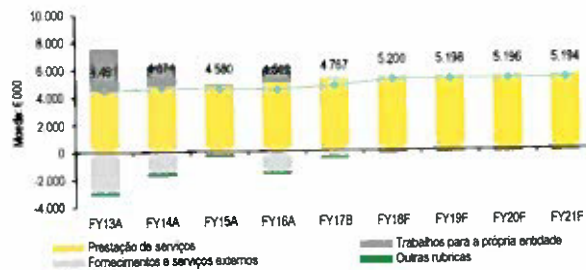
- Os outros gastos e perdas correspondem essencialmente a custos referentes ao IMI.

EBITDA

- Em resultado dos pontos referidos, estima-se que o EBITDA da SGEB sofra um aumento significativo entre FY16A e FY17B (em cerca de 6,0%), sendo que esta variação coincide com o período em que se verifica que a entidade passa a receber rendas da totalidade dos espaços.
- A partir de FY17B o EBITDA mantém-se relativamente constante, sofrendo pequenos decréscimos de acordo com a inflação esperada em cada período, visto que enquanto as rendas se mantêm fixas, a generalidade dos gastos da operação evolui em linha com a taxa de inflação esperada.

EBITDA

Fonte: Informação de gestão

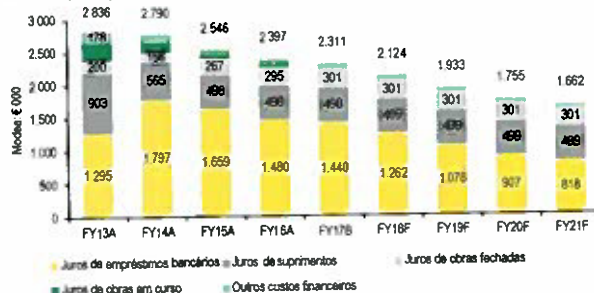


Resultado financeiro

- O resultado financeiro é essencialmente composto por juros suportados resultantes dos empréstimos obtidos, sendo que estes são repartidos de acordo com o gráfico infra.

Juros e gastos similares suportados

Fonte: Informação de gestão



- A generalidade dos gastos financeiros resulta do pagamento de juros sobre os empréstimos bancários obtidos. O valor dos empréstimos bancários a Dez17B, ascende aos €30,6m, sendo que €16,9m dizem respeito ao financiamento junto da CGD e €13,8m do empréstimo contraído junto do Novo Banco.

- O detalhe das condições dos financiamentos bancários obtidos encontra-se em detalhe na tabela seguinte:

Condições dos empréstimos bancários existentes

Moeda: € 000	Valor	Índice	Spread	Data contrato	Maturidade
--------------	-------	--------	--------	---------------	------------

A partir de FY17B, a atividade da SGEB irá refletir essencialmente as rendas recebidas da CMB e o serviço da dívida financeira subjacente

CGD	22.000	Euribor 6M	3.875%	01-04-2011	19 anos
BES I	7.500	Euribor 1M	6.0%	27-03-2013	7 anos
BES II	7.500	Euribor 1M	6.0%	25-09-2013	7 anos
BES III	8.100	Euribor 12M	4.5%	17-03-2014	14 anos
BES IV	2.400	Euribor 1M	6.0%	01-01-2017	6 anos

Fonte: Informação de gestão

- ▶ A Dez17B, a taxa de juros implícita nos suprimentos era de 7,2%, sendo essa a taxa assumida até FY42F, altura em que se estima que os suprimentos se encontrarão integralmente amortizados.
- ▶ Estima-se que o total do montante dos juros de empréstimos bancários em FY17B ascenda a €1,4m, sendo que €641k dizem respeito ao empréstimo junto da CGD e €800k dizem respeito aos quatro financiamentos obtidos com o Novo Banco.
- ▶ Relativamente aos juros de suprimentos obtidos, a estimativa da gestão é que sejam pagos durante FY17B, cerca de €478k aos acionistas Irmãos Borges, SA e €20k à Europa Ar Lindo S.G.P.S., SA.
- ▶ Os juros com obras fechadas segundo a estimativa da Gestão ascenderão aos €301k em Dez17B.
- ▶ Os outros custos financeiros dizem respeito a comissões e impostos a pagar sobre os empréstimos bancários e totalizam os 71k em Dez17B.

CGD	641
BES I	211
BES II	152
BES III	309
BES IV	128
Juros de empréstimos bancários	1,440
Irmãos Borges, SA	478
Europa Ar Lindo SGPS, SA	20
Juros de suprimentos	498
Alexandre Barbosa Borges SA	266
Construções Europa Ar-Lindo SA	35
Juros de obras fechadas	301
Juros de obras em curso	.
Comissões	11
Impostos	60
Outros custos financeiros	71
Juros e gastos similares suportados	2.311

Fonte: Informação de gestão

Juros e gastos similares suportados

Moeda: € 000

Dez17B

O capital próprio da SGEB segue uma acentuada tendência crescente a partir de Dez15B, resultado da constante acumulação de resultados positivos

Balço SGBE

Moeda: € 000	Dez13A	Dez14A	Dez15A	Dez16A	Fev17A	Dez17B	Dez18F	Dez19F	Dez20F	Dez21F
Ativos fixos tangíveis	47.083	46.731	44.785	43.932	43.595	41.805	39.585	37.423	35.261	33.100
Ativos intangíveis	2.197	2.183	2.119	2.079	2.064	1.982	1.750	1.652	1.555	1.457
Ativo não corrente	49.280	48.914	46.904	46.011	45.659	43.787	41.335	39.075	36.816	34.557
Cientes	-	73	557	1.042	1.123	1.123	1.123	1.123	1.123	1.123
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	26	3	13	27	27	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-
Diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	1.352	1.565	1.583	2.404	2.383	1.766	1.463	1.154	1.800	3.052
Ativo corrente	1.378	1.642	2.157	3.473	3.533	2.888	2.586	2.276	2.923	4.175
Ativo total	50.658	50.556	49.061	49.484	49.192	46.676	43.920	41.352	39.739	38.732
Financiamentos obtidos	44.835	43.048	40.731	40.702	40.125	37.498	34.202	30.809	28.378	26.301
Fornecedores	1.798	556	616	506	592	592	592	592	592	592
Estado e outros entes públicos	182	190	184	178	183	208	174	191	93	176
Outras contas a pagar	2.277	5.127	5.874	6.322	6.526	6.290	6.280	6.280	6.280	6.280
Diferimentos	1.563	1.633	1.633	1.710	1.710	1.816	1.770	1.796	1.796	1.796
Passivo total	50.655	50.554	49.038	49.418	49.136	46.405	43.017	39.668	37.139	35.146
Capital social	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150
Outros instrumentos de capital próprio	10	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Reservas legais	22	22	22	22	22	22	30	30	30	30
Resultados transitados	-	(179)	(280)	(259)	(216)	(216)	(19)	614	1.393	2.310
Resultado líquido do exercício	(179)	(101)	21	43	(11)	204	633	780	916	987
Total capital próprio	3	2	23	66	56	271	904	1.683	2.600	3.586

Fonte: Informação de gestão

Análise da situação patrimonial

A tabela acima apresenta a situação patrimonial da SGEB ao longo do período de análise. Os valores atuais estão de acordo com os Relatórios e Contas da entidade, enquanto os valores orçamentados foram facultados pela gestão. Finalmente, de referir que a partir de Dez18F os valores apresentados resultam de pressupostos EY devidamente discutidos com a gestão. De acordo com análise efetuada salientamos os seguintes pontos:

A situação patrimonial histórica e previsional da SGEB apresentada acima para o período compreendido entre Dez13A e Dez21F foi construída com base na seguinte informação:

- Os balanços respeitantes ao período compreendido entre Dez13A e Dez16A correspondem a informação estatutária, nomeadamente a que consta dos Relatórios e Contas da entidade;
- O balanço a Fev17A foi facultado pela Gestão, correspondendo a informação contabilística não auditada. De acordo com a Gestão, esta informação mantém consistência na aplicação das políticas contabilísticas por que se regem as contas auditadas da sociedade para os períodos anteriores;
- O balanço estimado a Dez17B corresponde aos valores orçamentados pela Gestão para o respetivo período. De acordo com a Gestão, esta informação mantém consistência na aplicação das políticas contabilísticas por que se regem as contas auditadas da sociedade para os períodos anteriores;
- Os balanços apresentados para os exercícios posteriores a Dez17B foram estimados através da aplicação de

pressupostos de crescimento devidamente discutidos com a Gestão.

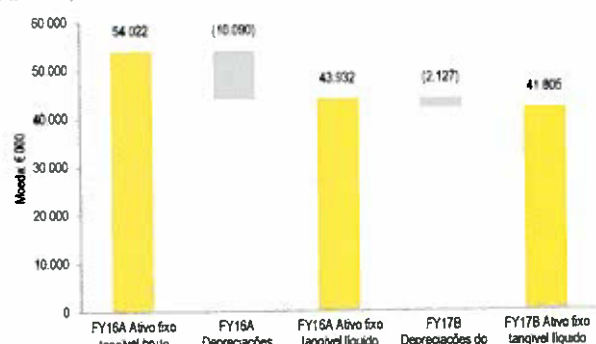
A análise dos resultados históricos da sociedade, assim como os pressupostos inerentes aos resultados estimados são apresentados nos pontos seguintes.

Ativo não corrente

- Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e são apresentados pelo respetivo valor líquido, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas (a taxa de depreciação utilizada corresponde a 25 anos de vida útil, em linha com a legislação fiscal em vigor).

Ativos fixos tangíveis

Fonte: Informação de Gestão



- O ativo fixo tangível totaliza a Dez16A, €43,9m e diz respeito ao total das obras efetuadas. Para FY17B as depreciações relativamente aos complexos desportivos na Morreira, Vimieiro e Espinho farão parte do plano de

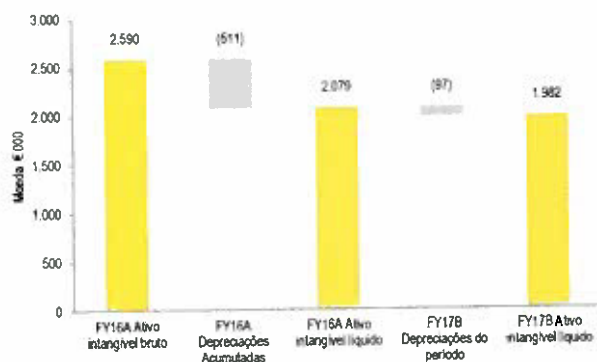
O capital próprio da SGEB segue uma acentuada tendência crescente a partir de Dez15B, resultado da constante acumulação de resultados positivos

amortizações uma vez que a conclusão das duas obras está prevista para o final de FY17B.

- ▶ Note-se que para manter os ativos em operação, estima-se uma necessidade de investimento de aproximadamente €1m por complexo desportivo até ao final da sua vida útil, sendo que de acordo com o que nos foi transmitido esse encargo será integralmente suportado pelo Município de Braga. Nesse sentido, uma vez que tal investimento não representará um encargo para a SGEB, optou-se por não incorporar o seu efeito nas projeções apresentadas.
- ▶ Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição e são deduzidas as amortizações. As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta e conforme o período de vida útil estimado.

Ativo intangível

Fonte: Informação de Gestão



- ▶ O ativo fixo intangível totaliza em Dez16A, €2,1m e diz respeito aos direitos de superfície referentes ao conjunto de terrenos e equipamentos, sobre os quais se procedeu à construção ou reabilitação de equipamentos sociais, desportivos ou de lazer, de utilização coletiva.

Ativo corrente

- ▶ O saldo da rubrica de clientes ascende a €1,1m a Fev17A, respeitando integralmente a um montante a receber do Município de Braga.
- ▶ A Dez17B, as disponibilidades da SGEB ascendem a um montante global de €1,8m, respeitando a um total de €0,6m de depósitos à ordem e um montante de €1,2m de depósitos a prazo.

Passivo

- ▶ O total do passivo da SGEB, segundo estimativas da Gestão, ascenderá a €46,4m a Dez17B.
- ▶ As dívidas reportadas devem-se essencialmente a dívidas com empréstimos bancários, obtidos juntos da CGD e Novo Banco, dívidas de suprimentos aos acionistas, dívidas de médio e longo prazo a fornecedores devido às obras efetuadas e ainda dívidas ao Município por diferimentos de rendas.
- ▶ No que respeita ao remanescente, existem ainda montantes de juros a pagar, acréscimo de gastos com IMI

e fornecedores de investimentos referentes ao Município de Braga.

- ▶ Apresenta-se o detalhe dos valores projetados pela SGEB para o passivo a Fev17A e Dez17B, agrupados por entidade:

Passivo total

Moeda: € 000	Fev17A	Dez17B
Caixa Geral de Depósitos	17.667	16.857
BES I	3.793	2.864
BES II	2.718	2.071
BES III	6.783	7.088
BES IV	2.291	1.745
Novo Banco	15.585	13.768
Suprimentos	6.611	6.611
Juros Suprimentos	980	980
Imãos Borges, SA	7.591	7.591
Suprimentos	262	262
Juros Suprimentos	5	5
Europa Ar Lindo SGPS, SA	267	267
Fornecedores	277	277
Obras fechadas	3.686	3.686
Juros Obras Fechadas	689	689
Juros Obras em Curso	72	72
Alexandre Barbosa Borges SA	4.724	4.724
Obras Fechadas	483	483
Juros Obras Fechadas	28	28
Juros Obras em Curso	28	28
Construções Europa Ar-Lindo SA	540	540
Fornecedores	315	315
Arlz.co	315	315
CMB - Fornecedores Investimento	302	125
CMB - Diferimentos	1.710	1.816
Câmara Municipal de Braga	2.013	1.941
Estado e outros entes públicos	263	278
Outros	172	124
Passivo total	49.136	46.405

Fonte: Informação de gestão

- ▶ O valor total em dívida em Fev17A de suprimentos e juros de suprimentos a pagar aos acionistas ascende a um total de €7,9m, divididos entre um saldo a pagar de €7,6m com a Imãos Borges, S.A., e €267k a pagar à Europa Ar Lindo, S.G.P.S., S.A.
- ▶ Relativamente às dívidas com fornecedores, estas correspondem a montantes incorridos no âmbito das obras de construção efetuadas e da conservação e totalizam em Fev17A €592k.
- ▶ O total em dívida para com a Alexandre Barbosa Borges, S.A. ascende aos €4,7m, sendo que €3,7m respeitam ao pagamento de obras efetuadas.
- ▶ O valor em dívida para com a Europa Ar-Lindo, S.A. totaliza cerca de €540k, sendo que €483k dizem respeito ao valor a pagar por obras efetuadas, €28k a juros de obras em curso e €22k a juros de obras em curso.

O montante total de financiamento ascende a €40,1m a Fev17A, sendo que não são expetáveis quaisquer outras necessidades no período explícito

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos pela SGEB incluem empréstimos bancários negociados junto da CGD e do BES e suprimentos dos acionistas. O total de financiamento ascende a €40,1m a Fev17A, seguindo posteriormente uma tendência decrescente durante o período explícito, tal como apresentado na tabela abaixo.

Mapa de financiamentos obtidos

Moeda: € 000	Dez13A	Dez14A	Dez15A	Dez16A	Fev17A	Dez17B	Dez18F	Dez19F	Dez20F	Dez21F
CGD	20.450	19.627	18.753	17.826	17.667	16.857	15.851	14.808	13.726	12.603
BES I	6.903	5.990	5.013	3.973	3.793	2.864	1.686	434	-	-
BES II	5.000	4.400	3.624	2.847	2.718	2.071	1.294	518	-	-
BES III	-	6.148	6.468	6.783	6.783	7.088	7.406	7.739	7.779	6.825
BES IV	-	-	-	2.400	2.291	1.745	1.091	436	-	-
Empréstimos bancários	32.353	36.165	33.858	33.829	33.252	30.625	27.329	23.936	21.505	19.428
Europa Ar Lindo, SGPS, SA	6.268	267	262	262	262	262	262	262	262	262
Irmãos Borges, SA	6.214	6.616	6.611	6.611	6.611	6.611	6.611	6.611	6.611	6.611
Suprimentos	12.482	6.883	6.873	6.873	6.873	6.873	6.873	6.873	6.873	6.873
Financiamentos obtidos	44.835	43.048	40.731	40.702	40.125	37.498	34.202	30.809	28.378	26.301

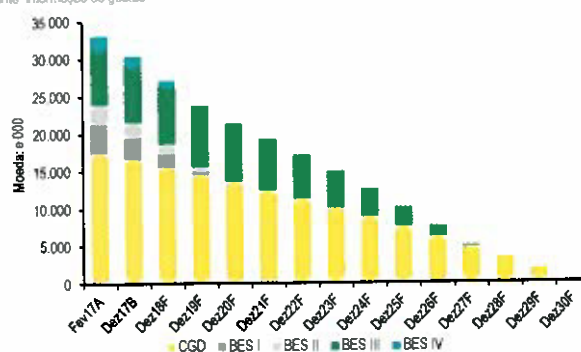
Fonte: informação de gestão

Empréstimos bancários

- ▶ O valor dos empréstimos bancários a Fev17A ascende a €33,3m, sendo composto por €17,7m contralidos junto da CGD e €15,6m junto do Novo Banco (denominado de BES na altura de contratação dos financiamentos).
- ▶ De salientar o empréstimo junto da CGD, o qual embora apresente um montante superior aos outros, bem como uma maturidade mais extensa, foi contratualizado com um *spread* significativamente inferior.
- ▶ No gráfico à direita podemos observar a calendarização de amortização dos empréstimos em questão. Nota para o facto de os empréstimos BES I, BES II e BES IV serem totalmente amortizados em Dez20F, enquanto os empréstimos da CGD e BES III só amortizam em Dez31F e Dez28F, respetivamente. Salientamos que a amortização destes empréstimos resulta do mapa de serviço da dívida facultado pela gestão.

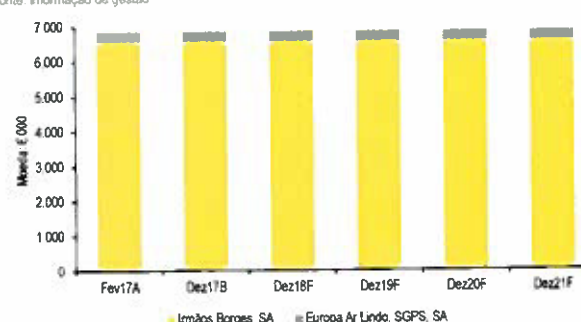
Amortização dos empréstimos bancários

Fonte: Informação de gestão



Amortização dos suprimentos

Fonte: Informação de gestão



Suprimentos

- ▶ O valor dos suprimentos a Fev17A ascende a €6,9m, o qual é repartido entre Europa Ar Lindo, S.G.P.S., S.A. (€262k) e a Irmãos Borges, S.A. (€6,6m).
- ▶ No seguimento das informações recebidas, não existe qualquer calendarização para amortização destes empréstimos de acionistas.

4. Execução orçamental da CMB

- 1. Execução orçamental**
- 2. Sumário de resultados**
- 3. Situação patrimonial**

O saldo corrente em FY15A situou-se nos €11,8m, um decréscimo de 11,9% face a FY14A. No que respeita ao saldo global, este situou-se nos €7,2m

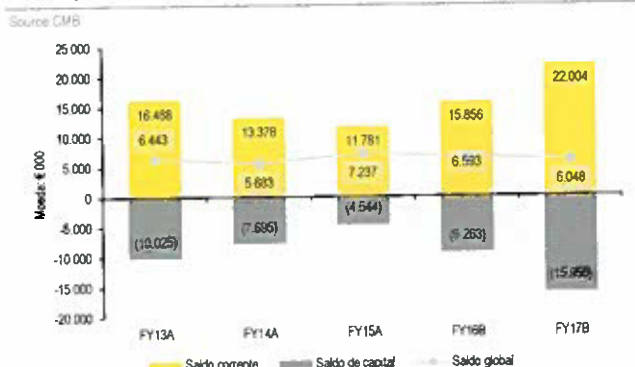
Execução orçamental da CMB

De forma a permitir um melhor entendimento dos impactos provenientes da internalização da SGEb nas contas previsionais da Câmara Municipal de Braga, importa realizar uma análise concisa da execução orçamental do Município de Braga, a qual irá ser suportada no saldo global (constituído pelo saldo corrente e saldo de capital).

O saldo global em FY15A situou-se nos €7,2m, apresentando um acréscimo de 27,3% face ao resultado em FY14A. De notar que este montante tende a resultar de um excesso de receitas correntes face às despesas correntes.

No que respeita ao período previsional, de acordo com os orçamentos realizados para FY16B e FY17B, o saldo global é estimado e situa-se em €6,6m e €6,0m respetivamente.

Saldo global

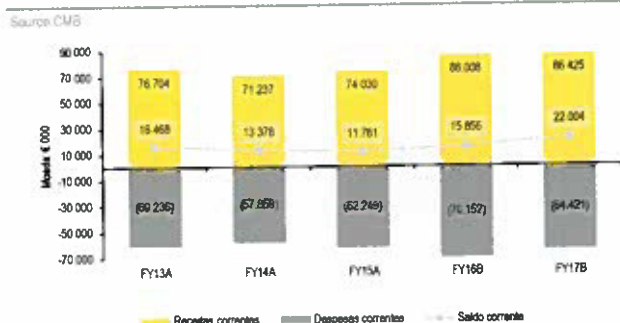


Saldo corrente

O saldo corrente apresenta a diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes do Município ao longo de cada período orçamental. Este situou-se nos €11,8m em FY15A, representando um decréscimo de 11,9% face a FY14A (€-1,6m).

No que respeita aos valores projetados para FY16B e FY17B, a CMB estima que o saldo corrente ascenda a €15,9m (+34,6% face a FY15A) e a €22,0m (+38,8% face a FY16B), respetivamente.

Saldo corrente



Receitas correntes

Em termos gerais, as receitas correntes correspondem a cerca de 85% das receitas totais, sendo que são essencialmente compostas por impostos diretos e transferências correntes, tal como indicado na tabela abaixo apresentada:

Receitas correntes

Moeda: € 000	FY13A	FY14A	FY15A	FY16B	FY17B
Impostos diretos	34.736	34.527	36.412	41.250	41.116
Impostos indiretos	1.369	1.198	1.402	1.962	1.923
Taxas, multas	1.267	1.367	1.159	1.982	1.553
Rendimentos de propriedades	6.843	2.712	3.883	7.507	7.870
Transferências correntes	30.830	29.778	29.247	30.970	31.391
Bens e serviços correntes	1.403	1.335	1.262	1.859	1.862
Outras receitas correntes	255	320	666	479	711
Total de receitas correntes	76.704	71.237	74.030	86.008	86.425

Fonte: CMB

Da análise realizada sobre as receitas correntes do Município de Braga, destacam-se os seguintes pontos:

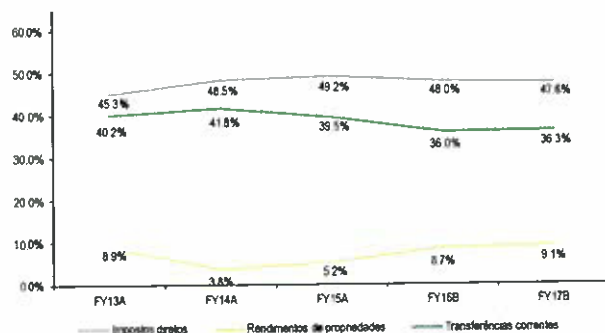
- Os impostos diretos são maioritariamente constituídos pelo IMI (aproximadamente 60%), traduzindo-se num montante de 22,0m em FY15A e €24,3m em FY16B. Os restantes impostos diretos de maior impacto são o imposto único de circulação, o imposto municipal sobre as transmissões e a derrama, os quais ascendem respetivamente a €4,3m, €6,1m e €4,0m em FY15A. Os valores projetados para o imposto único de circulação rondam os €5,0m em FY16B e €4,4m em FY17B. Também para FY16B e FY17B a derrama ascende a €5,1m, enquanto que o imposto municipal sobre as transmissões ascende a €6,9m e €8,0m respetivamente.
- No que respeita aos rendimentos de propriedades, observa-se um acréscimo significativo entre FY14A e FY15A, em cerca de €1,2m, essencialmente devido a um aumento nos dividendos e lucros de participações obtidos. Em relação aos valores orçamentados, é expectável que estes aumentem €3,6m em FY16B, o que resultará também de um aumento dos dividendos e lucros de participações obtidos. Relativamente a FY17B o valor deverá manter-se relativamente semelhante a FY16B, cerca de €7,9m.
- As transferências correntes correspondem integralmente a transferências da Administração Central, salvo outros montantes de impacto imaterial. Esta rubrica é estimada para se manter relativamente constante entre os valores históricos e os valores projetados para FY16B e FY17B.

O saldo corrente em FY15A situou-se nos €11,8m, um decréscimo de 11,9% face a FY14A. No que respeita ao saldo global, este situou-se nos €7,2m

No gráfico abaixo apresenta-se a evolução do impacto de cada categoria no total de receitas correntes, ao longo do período analisado.

Breakdown das principais rubricas de receitas correntes

Fonte: CMB



Despesas correntes

O total de despesas correntes ascendeu a €62,3m em FY15A, representando cerca 72,9% do total. Estas são essencialmente compostas pelos gastos com pessoal, aquisição de bens e serviços e transferências correntes, tal como representado na tabela abaixo:

Despesas correntes

Moeda: € 000	FY13A	FY14A	FY15A	FY16B	FY17B
Pessoal	25.187	24.503	23.724	27.435	27.192
Aquisição de bens e serviços	16.679	17.076	18.816	19.599	15.887
Juros e outros encargos	687	470	338	290	154
Transferências correntes	13.532	13.407	16.633	20.122	19.202
Subsídios	1.803	643	597	600	500
Outras despesas correntes	2.348	1.759	2.140	2.107	1.486
Total de despesas correntes	60.236	57.859	62.249	70.152	64.421

Fonte: CMB

Da análise efetuada resultou a identificação dos seguintes pontos:

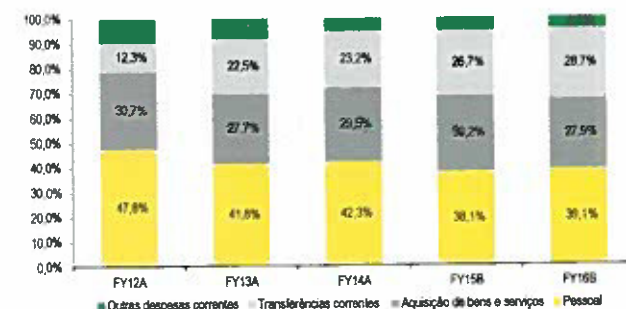
- Os gastos com pessoal são a principal rubrica de despesa corrente da CMB. Em FY15A totalizaram cerca de €23,7m, o que representou um decréscimo de 3,2% face a FY14A. No entanto para FY16B é projetado um considerável aumento nesta rubrica, em €3,7m, estando posteriormente projetado um ligeiro decréscimo em FY17B para os €27,2m.
- O montante referente à aquisição de bens e serviços ascendeu aos €18,8m em FY15A, o que representou um acréscimo de 10,2% face a FY14A. Para os períodos projetados, os valores ascendem aos €19,6m em FY16B e €15,9m em FY17B.
- Em FY15A a rubrica das transferências correntes ascende a €16,6m, o que representou um acréscimo de 24,1% face a FY14A. Para FY16B e FY17B os valores projetados para esta rubrica são €20,1m e €19,2m respetivamente.
- Entre FY14A e FY15A o acréscimo verificado nas despesas correntes (€4,4m) resulta maioritariamente do aumento das

transferências correntes. Ao mesmo tempo, a rubrica de aquisição de bens e serviços teve um acréscimo de €1,7m.

O gráfico abaixo destaca a evolução do peso relativo de cada rubrica no total das despesas correntes, entre FY13A e FY17B:

Breakdown das despesas correntes

Fonte: CMB



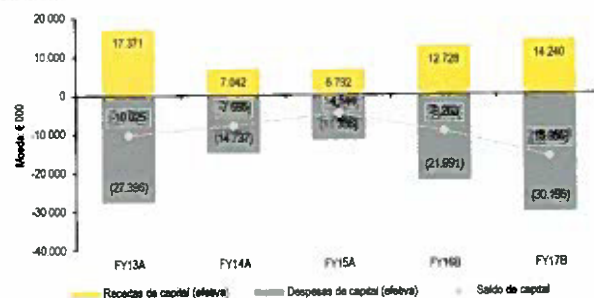
Saldo de capital

O saldo de capital corresponde à diferença entre a receita de capital (efetiva) e a despesa de capital (efetiva). De salientar que nem todas as receitas e despesas de capital entram na contabilização deste saldo sendo que, de acordo com o Relatório de Gestão de 2015 da CMB, as receitas e despesas relativas a ativos e passivos financeiros não se encontram incluídas (essencialmente emissão e amortização de dívida).

O saldo de capital ascendeu a €-4,5m em FY15A, um acréscimo de €3,2m face ao verificado no período anterior. No que respeita aos valores projetados para FY16B e FY17B, o saldo de capital estimado é de €-9,3m e €-16,0m, respetivamente.

Saldo de capital

Fonte: CMB



Receita de capital (efetiva)

As receitas efetivas de capital são essencialmente constituídas por transferências de capital da Administração Central. Em FY15A, estas ascenderam a €3,5m, um decréscimo de 50,1% face a FY14A. Para os períodos projetados espera-se que estas aumentem cerca de €9,1m e €1,6m em FY16B e FY17B respetivamente, devido ao aumento significativo dos valores das transferências da administração central.

O saldo corrente em FY15A situou-se nos €11,8m, um decréscimo de 11,9% face a FY14A. No que respeita ao saldo global, este situou-se nos €7,2m

Receitas efetivas de capital

Moeda: € 000	FY13A	FY14A	FY15A	FY16B	FY17B
Bens de investimento	315	106	45	125	56
Administração Central	17.056	6.936	3.466	12.603	14.184
Total	17.371	7.042	3.512	12.728	14.240

Fonte: CMB

De acordo com a nossa análise destacamos os seguintes pontos:

- ▶ As transferências da Administração Central recuaram 10,1m entre FY13A e FY14A. De acordo com o relatório de gestão de 2014, esta situação resultou da não execução de diferentes candidaturas submetidas ao QREN, devido à ausência de candidaturas abertas.
- ▶ Em FY15A transferências da Administração Central diminuíram cerca de 50%, para um total de €3,5m, dos quais €2,5m correspondem à comparticipação FEDER de projetos cofinanciados no âmbito do QREN.
- ▶ Para FY16B e FY17B o valor projetado para as transferências de capital da administração central é de €12,6m e €14,2m respetivamente.

Despesa de capital (efetiva)

As despesas de capital efetivas ascenderam a €11,3m em FY15A, um decréscimo de 23,1% face a FY14A, sendo que são repartidas da seguinte forma:

Despesas de capital

Moeda: € 000	FY13A	FY14A	FY15A	FY16B	FY17B
Aquisição de bens e capital	21.541	12.863	7.883	15.941	22.596
Transferências de capital	5.855	1.874	3.453	6.050	7.600
Total	27.396	14.737	11.336	21.991	30.196

Fonte: CMB

Da análise realizada destacam-se os seguintes pontos:

- ▶ As despesas com aquisições de bens e capital decresceram cerca de €5,0m entre FY14A e FY15A. Para os períodos projetados prevê-se um acréscimo de €8,1m e €6,7m para FY16B e FY17B respetivamente.
- ▶ As transferências de capital cresceram cerca de €1,6m entre FY14A e FY15A. Para os períodos projetados prevê-se um aumento do montante das transferências de capital de €2,6m e €1,6m para FY16B e FY17B, totalizando os €6,1m e €7,6m respetivamente.

Outros itens de receita e despesa

Para além das rubricas apresentadas existem ainda outros itens ligados à execução orçamental, os quais não entram para a contabilização do saldo global.

Nas tabelas abaixo apresentam-se as receitas e despesas ocorridas entre FY13A e FY17B no âmbito da execução orçamental da CMB, com especial destaque para as que não se encontram incluídas no saldo global da CMB:

Receitas totais

Moeda: € 000	FY13A	FY14A	FY15A	FY16B	FY17B
Receitas correntes	76.704	71.237	74.030	86.008	86.425
Receitas de capital	17.371	7.042	3.512	12.728	14.240
Receitas globais	94.075	78.279	77.542	98.736	100.665
Alienação de partes sociais	114	-	65	114	632
Empréstimos (CP)	5.000	8.000	5.000	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	-	3
Reposições não abatidas	114	3	3.038	-	5
Saldo da gerência anterior	-	1.097	-	-	-
Receitas totais	99.302	87.379	85.645	98.850	101.305

Fonte: CMB

Do lado das receitas destacam-se os montantes recebidos de empréstimos de curto-prazo, os quais ascenderam a €5,0m em FY15A. Destaque ainda para as reposições não abatidas nos pagamentos, no montante de €3,0m.

Para os períodos projetados não são esperadas receitas adicionais significativas.

Despesas totais

Moeda: € 000	FY13A	FY14A	FY15A	FY16B	FY17B
Despesas correntes	60.236	57.859	62.249	70.152	64.421
Despesas de capital	27.396	14.737	11.336	21.991	30.196
Despesas globais	87.632	72.596	73.585	92.144	94.617
Ativos financeiros	-	100	556	556	348
Empréstimos CP	5.000	8.000	5.000	-	-
Empréstimos MLP	6.489	6.441	6.288	6.150	6.340
Passivos financeiros	11.489	14.441	11.288	6.150	6.340
Despesas totais	99.120	87.137	85.430	98.850	101.305

Fonte: CMB

No que respeita à despesa, entre os itens que não constituem o saldo global destaque para os valores relativos a passivos financeiros, particularmente, empréstimos de curto-prazo (€5,0m em FY15A) e empréstimos de médio e longo-prazo (€6,3m em FY15A). Para FY16B prevê-se um corte nos passivos financeiros (devido à eliminação dos empréstimos de curto prazo). As restantes despesas adicionais manter-se-ão relativamente em linha com os valores de FY15A.

A CMB apresentou resultados consolidados de €13,6m em FY15A, o que representa um decréscimo de 3,6% em relação a FY14A

Sumário de resultados

A tabela infra apresenta a demonstração de resultados consolidada da CMB entre FY13A e FY15A. Não foram calculados quaisquer valores previsionais para os anos seguintes, na medida em que os impactos estimados do processo de internalização da SGEB serão calculados tendo por base o Orçamento de 2016 da Câmara Municipal de Braga. No entanto, importa salientar alguns aspetos importantes da situação financeira da CMB em FY15A.

Demonstração de resultados

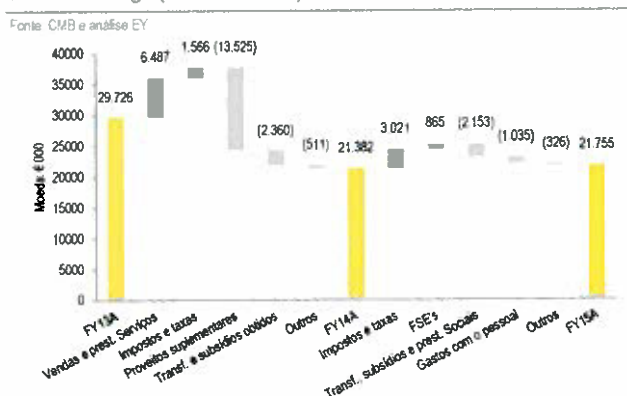
Moeda: € 000	FY13A	FY14A	FY15A
Vendas e prestações de serviços	1.505	7.992	8.255
Impostos e taxas	37.713	39.278	42.299
Transferências e subsídios obtidos	33.171	30.811	30.279
Trabalhos para a própria entidade	-	791	866
Proveitos suplementares	13.526	1	-
Fornecimentos e serviços externos	(15.998)	(17.485)	(19.638)
Gastos com o pessoal	(26.046)	(24.523)	(23.657)
Transf., subsídios e prest. sociais concedidas	(14.139)	(15.067)	(16.102)
Outros custos e perdas operacionais	(7)	(417)	(547)
EBITDA	29.726	21.382	21.755
Amortizações do exercício	(8.056)	(8.150)	(8.395)
Provisões do exercício	-	(601)	-
EBIT	21.670	12.631	13.360
Proveitos financeiros	4.350	2.319	2.921
Gastos financeiros	(687)	(1.204)	(1.041)
EBT	25.333	13.746	15.240
Proveitos e ganhos extraordinários	1.083	1.483	4.400
Gastos e perdas extraordinários	(5.640)	(1.165)	(6.082)
Resultado líquido do exercício	20.775	14.064	13.558

Fonte: CMB

assumem-se como a rubrica com maior peso na estrutura de custos da Câmara, ascendendo a €23,7m em FY15A.

- ▶ As transferências, subsídios e prestações sociais concedidas incidem sobre empresas municipais e intermunicipais (€6,0m em FY13A e €6,6m em FY14A) e sobre as freguesias do concelho (€3,3m em FY13A e €4,7m em FY14A).

EBITDA Bridge (FY13A-FY15A)



O EBITDA tem vindo a decrescer sistematicamente ao longo do período analisado, sendo que da análise efetuada destacamos os seguintes pontos:

- ▶ As vendas e prestação de serviços a FY14A são essencialmente constituídas por bens concedidos ao município (€3,2m) e rendas de concessões pagas pela EDP (€2,7m). De notar que ambas as rubricas tinham valor nulo em FY13A, explicando assim a diferença existente entre os dois períodos.
- ▶ A rubrica de impostos e taxas é essencialmente composta por impostos diretos, os quais representam mais de 85% do total, com especial relevância para o IMI.
- ▶ As transferências obtidas resultam essencialmente de transferências de fundos da administração pública, tal como já tinha sido referenciado anteriormente.
- ▶ Em FY13A, o montante de proveitos suplementares era maioritariamente resultante de bens concedidos ao município. Em FY14A essa situação não ocorreu, explicando assim a redução observada.
- ▶ Entre FY13A e FY15A os custos com FSE aumentaram em cerca de 11% ao ano, atingindo os €19,6m em FY15A.
- ▶ À semelhança do que foi analisado na subsecção "Execução orçamental da CMB", os gastos com pessoal

Os fundos próprios da CMB ascenderam a €489,5m em Dez15A, traduzindo-se num aumento de 6,7% face a Dez14A

Análise da situação patrimonial da CMB

A tabela infra apresenta a situação patrimonial consolidada da CMB entre FY13A e FY15A. Não foram calculados quaisquer valores previsionais para os anos seguintes, na medida em que os impactos estimados do processo de internalização serão calculados tendo por base o Orçamento de 2016 da Câmara Municipal de Braga. No entanto, importa salientar alguns aspetos importantes da situação financeira da CMB em FY15A.

O gráfico abaixo apresentado sumariza a evolução da situação patrimonial consolidada da CMB entre Dez13A e Dez15A.

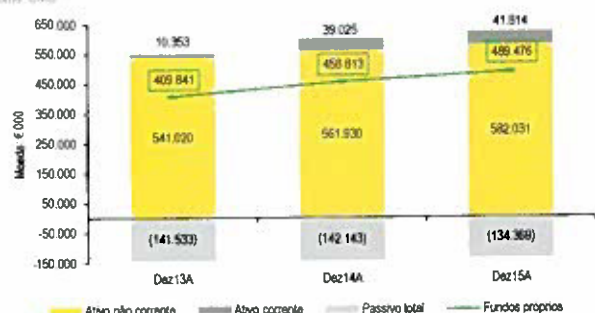
Situação patrimonial da CMB

Moeda: € 000	Dez13A	Dez14A	Dez15A
Ativo tangível	499.713	507.559	527.760
Investimentos financeiros (partes de capital)	41.307	50.476	50.375
Obrigações e títulos de participação	-	3.895	3.895
Ativo não corrente	541.020	561.930	582.031
Inventários	-	245	501
Devedores	431	1.096	1.211
Dívidas a terceiros	-	-	1.731
Estado e outros entes públicos	-	-	-
Outros devedores	2.332	3.594	2.228
Acréscimos e diferimentos	3.873	31.354	33.262
Caixa e equivalentes	3.717	2.736	2.880
Ativo corrente	10.353	39.025	41.814
Ativo total	551.374	600.955	623.845
Dívidas a instituições de crédito	54.184	47.744	41.455
Provisões para riscos e encargos	-	601	601
Fornecedores	2.319	3.800	2.500
Contas a pagar a clientes, contribuintes e utentes	4.225	3.757	2.691
Estado e outros entes públicos	810	756	660
Outros credores	14.332	13.971	11.616
Acréscimos e diferimentos	65.662	71.513	74.844
Passivo total	141.533	142.143	134.369
Património	190.139	190.135	189.385
Ajustamentos de partes de capital em empresas	-	8.907	8.524
Reservas legais	5.777	6.816	7.519
Outras reservas	7.734	7.844	25.881
Resultados transitados	185.416	231.046	244.610
Resultado líquido do exercício	20.775	14.064	13.558
Fundos próprios	409.841	458.813	489.476

Fonte: CMB

Breakdown da situação patrimonial da CMB

Fonte: CMB



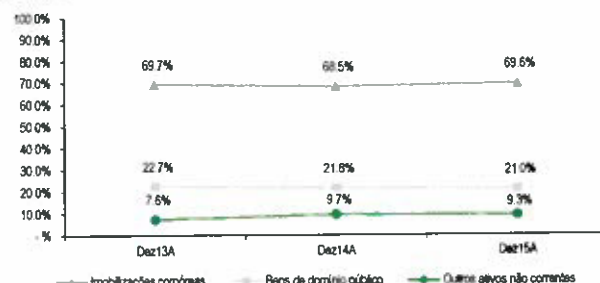
Da análise realizada salientam-se os seguintes pontos:

Ativo não corrente

- ▶ O ativo não corrente corresponde a 93,3% do ativo total da CMB a Dez15A (93,5% em Dez14A), sendo essencialmente constituído por ativo tangível. Destacam-se os bens de domínio público (€122,4m a Dez15A) e as imobilizações corpóreas (€405,3m a Dez15A).
- ▶ No que respeita aos investimentos financeiros, destaque para a participação detida na Agere (51%), no montante de €36,8m, e na BragaHabit (100%), no montante de €11,0m, ambos a Dez15A.

Evolução das principais rubricas de ativo não corrente

Fonte: CMB



Ativo corrente

- ▶ O ativo corrente sofreu um aumento entre Dez14A e Dez15A, passando de €39,0m para €41,8m. Esta variação resulta essencialmente do aumento verificado nos acréscimos de proveitos, que passaram de €29,3m para €31,2m e do aumento das dívidas a terceiros que passaram de um saldo nulo a €1,7m. Impedindo um aumento mais expressivo do ativo corrente a rubrica de outros devedores passou de €3,6m para €2,2m.
- ▶ Os acréscimos de proveitos são maioritariamente constituídos por juros a receber, participações a receber (QREN) e impostos a receber.

Passivo

- ▶ O montante de dívidas a instituições de crédito foi reduzido em €6,3m entre Dez14A e Dez15A. Esta redução diz essencialmente respeito a empréstimos relacionados com a construção do Novo Estádio de Braga e com o Parque Urbano Norte.
- ▶ Do montante de outros credores em Dez15A (11,6m), €10,6m dizem respeito a credores de médio e longo prazo. A Dez14A este montante é de €8,8m.
- ▶ Dos €74,8m reportados como acréscimos e diferimentos a Dez15A, €70,0m dizem respeito a proveitos diferidos. Destacamos o montante referente ao QREN (€41,3m) e à requalificação das escolas públicas (€12,7m).

5. Processo de internalização

- 1. Processo de internalização da SGEB**
- 2. Execução orçamental**

A CMB pretende dissolver a SGEB de forma a proceder à internalização da sua atividade nos serviços municipais

Processo de internalização da SGEB

No âmbito da reorganização da CMB, bem como das entidades pertencentes ao universo empresarial municipal conforme explicado no ponto 2.3 do presente relatório, entendeu o Município de Braga proceder à dissolução e subsequente internalização da atividade da SGEB, nos termos do disposto nos artigos 62.º, n.º 12 e 65.º do RJAE, aplicável às empresas participadas nos termos do artigo 71.º do mesmo diploma, ou por analogia.

Para efeitos da presente opção de internalização, considera o Município que a constituição de empresas locais ou a aquisição de participações locais deve ser fundamentada na melhor prossecução do interesse público e na prova quanto ao benefício decorrente de uma gestão subtraída à gestão direta do Município (artigo 6º n.º 1 do RJAE).

Neste sentido, considera-se que face às poupanças inerentes à internalização deixou de se justificar, numa ótica de interesse público municipal, a manutenção da parceria público-privada institucional consubstanciada na constituição da SGEB.

A SGEB é uma empresa participada pelo Município, pelo que a sua dissolução tanto poderá ter por base os números 1, 2, 5 e 6 do artigo 70.º do RJAE (dissolução por imposição legal) como os artigos 141, n.º 1, alínea b) e 148.º do CSC (dissolução voluntária).

Mesmo no cenário da dissolução por imposição legal, a liquidação por internalização no Município não poderá deixar de observar as regras do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Valor das participações dos acionistas

Nos termos do artigo 148.º do CSC, no caso de a liquidação ter lugar por transmissão global dos ativos e passivos da sociedade para um dos sócios (no caso o Município de Braga) os outros sócios têm direito a receber o valor das suas participações em dinheiro.

Acordo dos credores

Por outro lado, a transmissão tem que merecer o acordo de todos os credores, incluindo os acionistas que efetuaram suprimentos à sociedade.

Dívidas a terceiros

O registo das responsabilidades da SGEB perante terceiros encontra-se descrito no quadro seguinte:

Detalhe de dívida a entidades terceiras – SGEB

Moeda: € 000	Dez15A	Dez16A
Financiamentos bancos	33.858	33.829
Financiamentos privados	10.573	11.042
Juros	1.825	1.775
Fornecedores	616	506
Estado	233	219
Pessoal	7	7
Câmara Municipal de Braga	1.356	971
Outros	(3)	-
Dívida bruta	48.464	48.348
Caixa	(1.583)	(2.404)
Dívida líquida	46.881	45.945
Câmara Municipal de Braga	(1.356)	(971)
Dívida líquida (internalização)	45.525	44.974

Fonte: Informação de Gestão e Análise FY

- ▶ O valor dos financiamentos bancários obtidos a 31 de dezembro de 2016 ascende aos €33,8m, correspondendo a uma dívida à Caixa Geral de Depósitos de €17,8m e com o Novo Banco (anteriormente Banco Espírito Santo) de €16m.
- ▶ O valor das dívidas de financiamentos privados respeita integralmente a compromissos assumidos pelas obras efetuadas e suprimentos recebidos dos acionistas privados, ascendendo a €11,0m.
- ▶ O valor líquido em dívida à Câmara Municipal de Braga totaliza €1m, sendo maioritariamente constituído por diferimentos de rendas equivalentes a um período de quatro meses.

Financiamentos bancários

No âmbito do processo de internalização, a Câmara Municipal de Braga pretende proceder à liquidação de todas as dívidas em aberto perante terceiros.

Conforme descrito no Capítulo 3 do presente documento, o valor total das responsabilidades da SGEB deverá ser assumido pelo Município de Braga no decorrer do processo de internalização. Em Dez16A este valor ascende a €44,9m, sendo que grande parte deste valor diz respeito a dívidas para com as instituições bancárias.

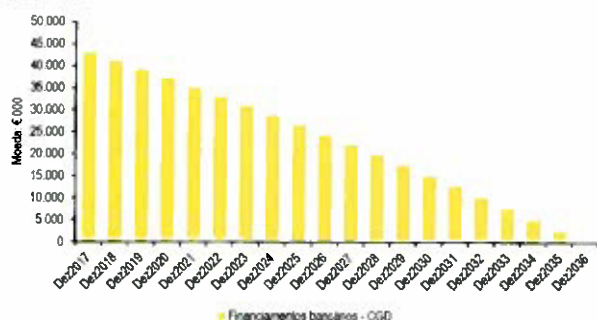
O impacto deste endividamento deve ser considerado nos orçamentos anuais do Município, bem como na verificação da (eventual) ultrapassagem do limite da dívida.

A CMB pretende dissolver a SGEB de forma a proceder à internalização da sua atividade nos serviços municipais

O gráfico seguinte ilustra o total do valor em dívida pela CMB às instituições bancárias até ao final do período de amortização (empréstimo a 20 anos). Os valores apresentados de seguida foram calculados considerando as condições de financiamento indicadas pela CMB: *spread* de 1,75% e isenção do valor do imposto de selo. Estas condições contratualizadas entre o município e a CGD são relativas ao total do empréstimo (cerca de €44,9m).

Capital em dívida

Fonte: Análise EY



Plano de internalização

Nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 62.º do RJAEI, aplicável diretamente em caso de dissolução obrigatória ou por analogia em caso de dissolução voluntária, a deliberação de dissolução que implique a integração ou internalização de quaisquer atividades deve ser acompanhada de um plano de internalização composto pelos seguintes elementos:

- Definição das atividades a integrar ou a internalizar;
- Listagem dos postos de trabalho indispensáveis para a prossecução das atividades a integrar ou a internalizar, identificando a carreira e as áreas funcional, habilitacional e geográfica, quando necessárias;
- Previsão das disponibilidades orçamentais necessárias, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que "aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas".

Postos de trabalho

Atualmente encontra-se em funções apenas um trabalhador na SGEB ao abrigo de um contrato de trabalho, que exerce funções no Edifício Central da SGEB.

Como consequência do processo de internalização previsto, será celebrado um acordo de cedência do trabalhador da empresa local para os quadros do Município.

A cedência do trabalhador para o Município ocorrerá após a deliberação que aprove a internalização da SGEB.

Endividamento municipal

O limite de endividamento municipal tem vindo a ser sucessivamente alterado, sendo que a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFAL) enquadra os limites de endividamento para autarquias.

Para o ano de 2016, dado que o município de Braga se posicionou abaixo do valor de dívida total a 31 de dezembro de 2015, a margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52 do RFAL, ou seja, "só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios".

Cálculo do limite de endividamento para 2016

Moeda: € 000

Dívida total a 31 de dezembro de 2015	58.209
Margem Disponível	52.777
Possibilidade de crescimento (20% da margem disponível)	10.555
Limite máximo da dívida a 31 dezembro 2016	110.986

Fonte: CMB

No entanto, o art.º 65-A do RJAEI aditado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, veio permitir a ultrapassagem dos limites de endividamento no caso da assunção de dívida de empresa local no âmbito do processo de internalização da atividade de empresas municipais no Município. Esta norma é aplicável diretamente (artigo 70.º, n.º 5 do RJAEI) ou por analogia à dissolução de empresas participadas.

Segundo o n.º 1 do art.º 65-A do RJAEI, "o limite da dívida total previsto no n.º 1 do art.º 52 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, não prejudica a assunção da dívida da empresa local, no caso de integração ou internalização da respetiva atividade ao abrigo dos artigos anteriores".

Dispõe ainda no n.º 2 do art.º 65-A que caso a internalização da atividade implique "ultrapassagem do limite de dívida referido no número anterior, o Município fica obrigado ao cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro", ou seja, fica obrigado a reduzir pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido.

Desta forma, a internalização no Município obriga a reduzir o seu nível de endividamento, de modo a cumprir o limite previsto no n.º 1, do art.º 52.º do RFAL (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores).

A CMB pretende dissolver a SGEB de forma a proceder à internalização da sua atividade nos serviços municipais

O limite de endividamento do universo autárquico a 31 de dezembro de 2016 é de €110,9m. Este montante é inferior ao valor esperado da dívida após o processo de internalização da SGEB nas contas da Câmara Municipal de Braga. O total da dívida do Município, com a inclusão dos empréstimos decorrentes do processo de internalização (€45m), totalizará os €94,2m, pelo que a internalização da SGEB não deverá conduzir a que o Município de Braga ultrapasse o limite de endividamento conforme se pode observar no quadro seguinte.

Limite de endividamento para 2016

Moeda: € 000	FY13A	FY14A	FY15A
Impostos diretos	34.736	34.527	36.412
Impostos indiretos	1.369	1.198	1.402
Taxas, multas e outras penalizações	1.267	1.367	1.159
Rendimentos de propriedades	6.843	2.712	3.883
Transferências correntes	30.830	29.778	29.247
Venda de bens e serviços correntes	1.403	1.335	1.262
Outras receitas correntes	255	320	666
Total da Receita Corrente	76.704	71.237	74.030
Média receita corrente líquida últimos 3 exercícios			73.990
Limite de dívida total 2016			110.986

Fonte: CMB

Apuramento do valor da dívida total do município

De acordo com a disposição legal do artigo 54º do RFAL, apresenta-se de seguida um quadro resumo do apuramento da dívida total, para o exercício económico de 2016:

Limite de endividamento do Município (pós-internalização)

Moeda: € 000	1Jan16	31Dez16
(1) Limite da dívida total	110.986	110.986
(2) Total de dívida a terceiros	58.924	49.467
(3) Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	5.046	5.072
(4) Dívida Total (2) + (3)	63.970	54.539
(5) Dívida Total excluindo não orçamentais, exceções Lei n.º 73/2013 e FAM	58.209	49.272
(6) Montante em excesso (5) - (1)	-	-
(7) Margem absoluta (1) - (5)	52.776	61.713
(8) Margem utilizável (7)*20%	11.642	9.854
(9) Passivo SGEB		44.974
(10) Dívida Total Município + Passivo SGEB (5) + (9)		94.246
(11) Margem Disponível (10) - (1)		16.740

Fonte: CMB

Assim e tendo em consideração todo o grupo municipal, podemos aferir que o valor total da dívida do grupo municipal será em 2016 de €94,3m, incluindo já os empréstimos decorrentes do processo de internalização (€45m). Tendo em consideração que nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 52 do RFAL, o limite máximo de dívida para o município de Braga é de €110,9m, a internalização não provoca qualquer ultrapassagem dos limites de endividamento do Município de Braga, contendo-se dentro da margem disponível:

Relativamente às entidades relevantes para efeitos do limite da dívida:

- ▶ As entidades intermunicipais e entidades associativas municipais relevam sempre para o endividamento na percentagem da sua quota para as despesas de funcionamento da entidade.
- ▶ Relativamente às cooperativas e fundações, relevam sempre na percentagem da sua quota, enquanto, as outras entidades, relevam pelo montante total, sempre que se verifique a disposição legal do n.º 4 do artigo 75º do RFAL, ou seja, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município.
- ▶ As entidades de natureza empresarial participadas pelo município, relevam para o cálculo da dívida sempre que não apresentarem resultados anuais equilibrados.
- ▶ Os valores estimados para a participação das entidades relevantes no cálculo da dívida do município tiveram por base a média aritmética dos dois exercícios económicos anteriores, uma vez que o município não detém a possibilidade de controlar, de forma direta, o equilíbrio das contas nem a possibilidade de realização de cobertura de prejuízos, como é o caso das empresas locais (e municipais) - art. 40.º do RJAEI.
- ▶ Neste sentido, contribuirão para o endividamento do município, todas as empresas que apresentarem resultados antes de impostos negativos, na proporção da participação financeira do município conforme apresentado no quadro acima.

Cumprimento do limite de endividamento

Tendo em conta o limite da dívida estima-se que o município de Braga, a 31 de dezembro de 2016, cumprirá com o limite estabelecido no n.º 1 do art.º 52 do RFAL, apresentando uma margem disponível de aproximadamente €16,7m face ao limite.

Relembramos mais uma vez que a fórmula de cálculo descrita dependerá ainda da verificação (ou não) do equilíbrio de contas das empresas participadas. Estes casos poderão influenciar fortemente a ultrapassagem ou não do limite de dívida legalmente estabelecido.

A CMB pretende dissolver a SGEB de forma a proceder à internalização da sua atividade nos serviços municipais

Fundos disponíveis

A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso introduziu mecanismos de diminuição dos prazos de pagamento, bem como de redução dívida municipal, o que tem originado alguns constrangimentos no que se refere à permanente existência de fundos disponíveis fundamentais para a assunção de novos compromissos.

Relativamente ao apuramento dos fundos disponíveis para o mês de dezembro de 2016, consideradas as receitas dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio, bem como os compromissos com as despesas certas e permanentes desses meses e os compromissos agendados para esses mesmos meses, estes atingem os €30,8m.

Apuramento dos fundos disponíveis

Moeda: € 000	Nov16	Dez16	Jan17	Fev17	Mar17	Abr17	Mai17	Total
Transferências ou subsídios com origem no OE	21.331	1.891	1.831	1.831	1.828	1.828	1.828	32.368
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	53.419	-	-	-	-	-	-	53.419
Previsão da receita efetiva própria	-	8.522	1.958	2.087	1.470	3.323	11.263	28.623
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei	4.000	750	-	-	-	-	-	4.750
Transferências do QREN ainda não efetuadas	1.009	23	-	-	-	-	-	1.032
Correções por recebimento efetivo	(992)	-	-	-	-	-	-	(992)
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º	10.000	-	-	-	-	-	-	10.000
De receitas gerais	-	-	-	-	-	-	-	-
De receitas próprias	-	-	-	-	-	-	-	-
De empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
De aplicação de saldos de gerência ou de activos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Correções de receitas gerais	(9.000)	(1.000)	-	-	-	-	-	(10.000)
Correções de receitas próprias	-	-	-	-	-	-	-	-
Correções de empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de saldos de gerência	1.422	-	-	-	-	-	-	1.422
Fundos Disponíveis - Sub Total	81.190	10.186	3.789	3.919	3.298	5.151	13.091	120.622
Compromissos assumidos	89.813	-	-	-	-	-	-	89.813
Compromissos assumidos - Pagamentos	78.119	-	-	-	-	-	-	78.119
Compromissos assumidos - Por pagar	-	-	-	-	-	-	-	11.694
Fundos Disponíveis	-	30.809	-	-	-	-	-	-

Fonte: CMB

As despesas correntes em 2017 diminuem €5,5m com a internalização da SGEB, estimando-se um agravamento nas despesas de capital de €3,7m

Impacto da internalização na execução orçamental de 2017

Receta			Despesa		
Moeda: € 000	CMB	CMB + SGEB	Moeda: € 000	CMB	CMB + SGEB
Impostos diretos	41.116	41.042	Pessoal	27.192	27.242
Impostos indiretos	1.923	1.923	Aquisição de bens e serviços	15.887	9.356
Taxas, multas e outras penalizações	1.553	1.553	Juros e outros encargos	154	1.021
Rendimentos de propriedades	7.870	7.870	Transferências correntes	19.202	19.202
Transferências correntes	31.391	31.391	Subsídios	500	500
Venda de bens e serviços correntes	1.862	1.862	Outras despesas correntes	1.486	1.639
Outras receitas correntes	711	711			
Recargas correntes	86.425	86.351	Despesas correntes	64.421	58.960
Venda de bens de investimento	56	56			
Transferência de capital da Administração Central	14.184	14.184			
Alienação de partes sociais de empresas	632	632			
Empréstimos (CP)	-	-	Aquisição de bens e capital	22.596	24.377
Outras receitas de capital	3	3	Transferências de capital	7.600	7.600
Reposições não abatidas nos pagamentos	5	5	Ativos financeiros	348	348
Saldo da gestão anterior	-	-	Passivos financeiros	6.340	8.224
Recargas de capital	14.880	14.880	Despesas de capital	36.884	40.550
			Varição dos fundos disponíveis		1.721
Recargas totais	101.305	101.231	Despesas totais	101.305	101.231

Fon: CMB

No cumprimento do regime financeiro das autarquias locais, a atividade autárquica é desenvolvida com respeito por princípios fundamentais, nomeadamente, o princípio da estabilidade orçamental.

No cumprimento do princípio de equilíbrio orçamental, o orçamento deve prever receitas para cobrir as despesas e as receitas correntes deverão ser, pelo menos, iguais às despesas correntes, permitindo alocar o excedente corrente aos investimentos municipais. De forma a poder observar de forma clara e inequívoca os efeitos decorrentes do processo de internalização da SGEB, no orçamento previsional do município, o excedente do saldo corrente não foi aplicado em despesas de capital. Porém, o valor excedentário que decorre do processo de internalização será posteriormente aplicado em investimentos municipais, mais concretamente, na rubrica de investimentos da secção "Aquisição e bens de capital".

Dessa forma e prosseguindo o processo de internalização da SGEB no município de Braga, torna-se imperativo analisar qual o efeito deste processo nos orçamentos futuros do Município de Braga.

Recordamos que o processo de internalização é expectável ocorrer no início de 2017, pelo que o efeito inicial deste processo deverá ser medido através do orçamento de 2017. No entanto, de acordo com os procedimentos *standard*, é apropriado estimar os impactos da internalização durante os 5 anos seguintes. A este respeito, é importante levantar uma limitação da análise que se prende com a inexistência de orçamentos para além de 2017. Dessa forma e de acordo com a informação recebida, a melhor estimativa para esses anos é o pressuposto de que o orçamento se mantém constante. A tabela infra compara a execução orçamental de 2017 com e sem internalização da SGEB.

Receitas

O impacto da internalização ao nível das receitas orçamentais é relativamente diminuto, traduzindo-se numa redução dos impostos diretos em FY17B de cerca de €74k. Esta redução ocorrerá devido a i) eliminação dos impostos relativos a IMI após a internalização da SGEB e ii) eliminação do imposto relativo a derrama municipal, igualmente no seguimento da internalização da SGEB. Embora, como frisado anteriormente, o impacto seja relativamente reduzido em FY17B, este segue uma tendência crescente, resultante do aumento que ocorreria no EBT da SGEB no caso de se manter como empresa maioritariamente privada, o que, por conseguinte, levaria ao incremento da derrama municipal.

Impostos diretos

Moeda: € 000	FY17B	FY18F	FY19F	FY20F	FY21F
CMB (pré internalização)	41.116	41.116	41.116	41.116	41.116
Impostos diretos SGEB	(74)	(74)	(83)	(86)	(88)
CMB (pós internalização)	41.042	41.042	41.033	41.030	41.028

Fon: CMB

As despesas correntes em 2017 diminuem €5,5m com a internalização da SGEB, estimando-se um agravamento nas despesas de capital de €3,7m

Despesas

Assumindo a internalização da SGEB, observamos que as despesas correntes decrescem €6,4m em FY17B, i.e. um decréscimo de 16,0%, passando de €64,4m para €59,0m. Por outro lado, assiste-se a um agravamento nas despesas de capital de €3,7m, para um total de €40,6m. De acordo com a análise efetuada, salientamos os seguintes pontos:

- Os **custos com pessoal** aumentam €51k em FY17B, o que resulta da integração dos quadros da SGEB na CMB. Recordamos que à data da internalização estes quadros consistem em apenas um colaborador, o qual executa tarefas administrativas no seio da entidade. De referir que, nos anos seguintes, o impacto da internalização nesta rubrica aumenta gradualmente, resultado do incremento dos gastos com pessoal em linha com a inflação, tal como observável na tabela abaixo.

Gastos com pessoal

Moeda: € 000	FY17B	FY18F	FY19F	FY20F	FY21F
CMB (pré internalização)	27.192	27.192	27.192	27.192	27.192
Gastos com pessoal SGEB	51	51	52	52	53
CMB (pós internalização)	27.242	27.242	27.243	27.244	27.245

Fonte: CMB

- No seguimento do processo de internalização da SGEB, a obrigação contratual que a CMB tem em pagar uma renda mensal à SGEB pelos espaços explorados deixa de ser aplicável. Relembramos que, de acordo com a análise anteriormente efetuada à SGEB, o valor destas rendas ascende a €5,4m até FY34F, decrescendo posteriormente. No entanto, na ótica orçamental da CMB, o impacto total inclui IVA à taxa em vigor (23%), ascendendo assim a €6,6m anuais.

O impacto líquido desta situação é verificado na rubrica de **aquisição de bens e serviços**, como demonstrado na tabela abaixo.

Aquisição de bens e serviços

Moeda: € 000	FY17B	FY18F	FY19F	FY20F	FY21F
CMB (pré internalização)	15.887	15.887	15.887	15.887	15.887
Rendas SGEB	(6.531)	(6.629)	(6.629)	(6.629)	(6.629)
CMB (pós internalização)	9.356	9.258	9.258	9.258	9.258

Fonte: CMB

- Como explicado anteriormente, o processo de internalização implica a assunção do pagamento de todas as dívidas a terceiros, especialmente dos empréstimos contraídos pela SGEB com a CGD e Novo Banco. Os custos da CMB com os juros do financiamento obtido junto da CGD têm um impacto negativo nas despesas correntes do orçamento, particularmente na rubrica de **juros e outros encargos**. De salientar que este impacto segue uma tendência decrescente, visto que a amortização do capital em dívida leva à redução dos custos financeiros inerentes, tal como representado abaixo.

Juros e outros encargos

Moeda: € 000	FY17B	FY18F	FY19F	FY20F	FY21F
CMB (pré internalização)	154	154	154	154	154
Custos financeiros SGEB	867	764	729	695	657
CMB (pós internalização)	1.021	918	883	849	811

Fonte: CMB

- A rubrica de **outras despesas correntes** sofre um aumento relativamente residual, cerca de €153k, após a internalização em FY17B. Este resulta da incorporação dos FSE da SGEB que se mantêm após a internalização. Aos FSE projetados para a SGEB são retiradas as despesas com a renda do espaço onde a entidade opera, mantendo-se basicamente os seguros e serviços diversos. De notar que, tal como acontece com os gastos com pessoal, estes custos crescem igualmente de acordo com a taxa de inflação.

Outras despesas correntes

Moeda: € 000	FY17B	FY18F	FY19F	FY20F	FY21F
CMB (pré internalização)	500	500	500	500	500
Despesas operacionais SGEB	153	64	65	67	68
CMB (pós internalização)	653	565	566	567	568

Fonte: CMB

- Para proceder à internalização da SGEB, o Município terá que pagar aos acionistas privados o valor da respetiva participação (artigo 148.º do CSC), sendo que o respetivo impacto se encontra refletido na rubrica de **aquisição de bens e capital**. De salientar que esse impacto apenas se reflete em FY17B.
- A rubrica de **passivos financeiros**, incluída nas despesas de capital, incorpora a amortização dos empréstimos contraídos no seguimento da internalização da SGEB. De notar que o impacto da internalização nesta rubrica segue uma tendência crescente, visto que ambos os empréstimos assumem prestações constantes, i.e. à medida que os custos financeiros decrescem as amortizações de capital aumentam.

Passivos financeiros

Moeda: € 000	FY17B	FY18F	FY19F	FY20F	FY21F
CMB (pré internalização)	6.340	6.340	6.340	6.340	6.340
Serviço de dívida SGEB	1.884	1.917	1.952	1.986	2.024
CMB (pós internalização)	8.224	8.257	8.292	8.326	8.364

Fonte: CMB

Impacto da internalização no saldo orçamental da CMB

No seguimento do que foi descrito anteriormente, podemos resumir os impactos da internalização no saldo corrente da seguinte forma:

- Redução das receitas com impostos diretos, uma vez que após a internalização a CMB deixará de receber o correspondente IMI e derrama municipal.
- Aumento das despesas com pessoal com inclusão dos quadros da SGEB na CMB.
- Redução das despesas com aquisição de bens e serviços, resultado da eliminação da obrigação por parte da CMB em pagar rendas de exploração à SGEB.
- Aumento dos encargos financeiros devido à incorporação dos empréstimos contraídos pela CMB junto da CGD.
- Aumento das outras despesas correntes por incorporação dos custos com FSE da SGEB, particularmente rendas, seguros e trabalhos especializados.

As despesas correntes em 2017 diminuem €5,5m com a internalização da SGEB, estimando-se um agravamento nas despesas de capital de €3,7m

Impacto da internalização no saldo corrente

A tabela seguinte demonstra a evolução do saldo corrente para os períodos provisionais após internalização da SGEB:

Moeda: € 000	FY17B	FY18F	FY19F	FY20F	FY21F
Saldo corrente (stand alone)	22.004	22.004	22.004	22.004	22.004
Saldo corrente (internalização)	27.391	27.680	27.704	27.733	27.767
Impacto internalização (saldo corrente)	5.387	5.676	5.700	5.729	5.763

Como se pode observar, estima-se que o Município de Braga apresente em 2017 um saldo corrente de €27,4m, um aumento de €5,4m face ao valor orçamentado sem internalização da SGEB.

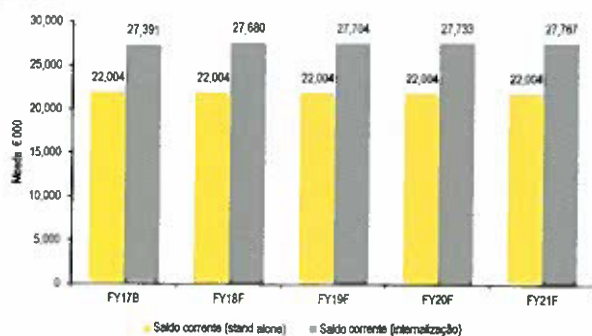
Evolução do saldo corrente

Fonte: CMB

Relativamente aos períodos previsionais, é esperado que esta diferença se acentue ligeiramente, aumentando o valor do saldo corrente. Esta variação deve-se ao facto de os empréstimos bancários assumirem prestações constantes, e consequentemente, os custos com juros e outros encargos decrescem ao longo do tempo, uma vez que o capital em dívida é menor, após serem efetuadas as amortizações de capital.

Evolução do saldo corrente

Fonte: CMB



Impacto da internalização no saldo global

O saldo global reflete a diferença entre as receitas efetivas – receitas totais subtraídas dos ativos e passivos financeiros – e as despesas efetivas – despesas totais menos os ativos e passivos financeiros.

A tabela seguinte demonstra a evolução do saldo global para os períodos provisionais após internalização da SGEB:

Evolução do saldo global

Moeda: € 000	FY17B	FY18F	FY19F	FY20F	FY21F
Receitas efetiva	100.665	100.665	100.665	100.665	100.665
Despesas efetiva	(94.617)	(94.617)	(94.617)	(94.617)	(94.617)
Saldo global (stand alone)	6.048	6.048	6.048	6.048	6.048
Receitas efetiva	100.591	100.591	100.582	100.579	100.577
Despesas efetiva	(90.938)	(88.717)	(88.684)	(88.652)	(88.616)
Saldo global (internalização)	9.653	11.874	11.898	11.928	11.961
Impacto internalização	3.605	5.826	5.850	5.879	5.913

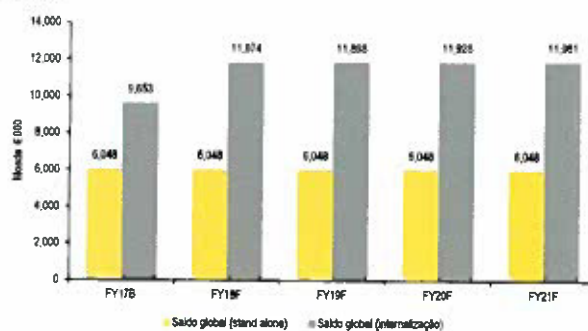
Fonte: CMB

Em 2017, após a internalização, o Município de Braga arrecadará uma receita efetiva total de €100,6m, dos quais €86,4m dizem respeito à receita corrente e os restantes €14,2m dizem respeito à receita de capital efetiva. Os valores da despesa efetiva totalizam os €90,9m, sendo que €59,0m dizem respeito a despesas correntes e €32,0m a despesas de capital efetivas.

O valor do saldo global em 2017, após a internalização da SGEB, totaliza os €9,7m, o que representa um aumento de cerca de €3,6m, face aos valores projetados sem o processo de internalização. De notar que nos anos seguintes o impacto da internalização aumenta, isto porque em FY17B está a ser considerado o valor pago aos acionistas privados.

Evolução do saldo global

Fonte: CMB



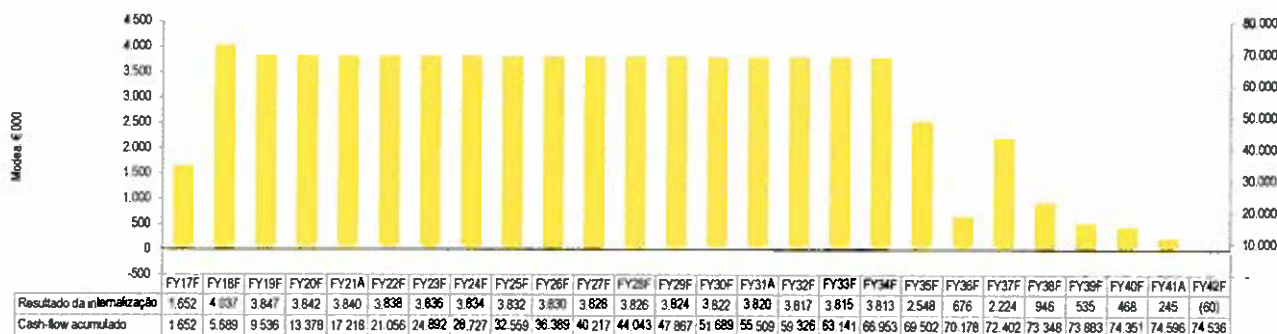
Com a internalização da SGEb, a poupança estimada para a CMB durante o período de contratualização é de aproximadamente €74,5m

Análise de cash-flow da SGEb após internalização

O gráfico abaixo apresenta o impacto direto do processo de internalização sobre o Município de Braga, sob uma perspetiva de *cash-flow*. Salientamos que sem a internalização, o Município de Braga terá que suportar os gastos com as rendas que se encontram contratualizadas, sendo que o resultado líquido da internalização é superior a €3,8m anuais, durante os primeiros dezasseis anos após internalização (até FY34F). A única exceção estimada será o período FY17B, onde se encontra incorporada a estimativa para o valor pago aos acionistas privados no âmbito do processo de liquidação.

Impacto anual do processo de internalização

Fonte: CMB, Informação de Gestão e Análise EY



De acordo com a análise efetuada, podemos dividir a análise do impacto da internalização da seguinte forma:

- Em FY17B o impacto é inferior devido à necessidade de pagar aos acionistas privados o valor da sua participação;
- Entre FY18F e FY34F o impacto positivo da internalização ronda os €3,8m. Ao longo deste período os encargos do Município de Braga no âmbito da internalização relacionam-se essencialmente com a amortização dos empréstimos contraídos. Em contrapartida, assumindo a não internalização, os custos para o Município de Braga estão integralmente relacionados com as rendas a pagar à SGEb;
- Em FY35F observa-se uma redução devido ao fim de alguns contratos de exploração, reduzindo o montante a pagar à SGEb no caso da não internalização.
- Em FY36F chega ao fim o período de amortização do empréstimo contraído junto da CGD. Dessa forma, os gastos para o Município de Braga passam a resumir-se aos custos operacionais, os quais são relativamente reduzidos. De notar que neste período o impacto anual ascende aos €2,2m devido às rendas da SGEb neste ano serem menores devido ao fim de alguns dos contratos acordados.
- Entre FY37F e FY42F, o impacto da internalização decresce significativamente. Tal como referido anteriormente, ao longo deste período os contratos estabelecidos para prestação de rendas começam a expirar, conduzindo a que os encargos da CMB decresçam significativamente, assumindo um cenário de não internalização.
- Em FY42F o impacto é negativo devido ao facto do montante a pagar à SGEb no caso da não internalização ser reduzido, considerando o fim da grande maioria dos contratos de exploração;

Em resumo, e como apresentando anteriormente, é estimado que o impacto total da internalização seja superior a €74,5m até FY42F. As tabelas abaixo permitem uma análise mais detalhada dos *cash-flows* da SGEb nos cinco anos pós-internalização.

Cash-flow da SGEb após internalização

Moeda: € 000	FY17B	FY18F	FY19F	FY20F	FY21F
EBIT	(2.398)	(2.362)	(2.364)	(2.366)	(2.368)
Amortizações	2.223	2.259	2.259	2.259	2.259
Variação de fundo de manio	(22)	(1)	3	0	0
Cash-Flow Operacional	(197)	(105)	(102)	(106)	(108)
CAPEX	-	194	-	-	-
Cash-flow de financiamento	(2.750)	(2.681)	(2.681)	(2.681)	(2.681)
Cash-flow do período	(2.947)	(2.592)	(2.783)	(2.787)	(2.789)

Fonte: Informação de Gestão e análise EY

Demonstração de resultados da SGEb após internalização

Moeda: € 000	FY17B	FY18F	FY19F	FY20F	FY21A
Prestação de serviços	-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(124)	(52)	(53)	(54)	(55)
Gastos com o pessoal	(51)	(51)	(52)	(52)	(53)
EBITDA	(175)	(103)	(105)	(106)	(108)
Depreciações e amortizações	(2.223)	(2.259)	(2.259)	(2.259)	(2.259)
EBIT	(2.398)	(2.362)	(2.364)	(2.366)	(2.368)
Juros e gastos similares	(867)	(764)	(729)	(695)	(657)
EBT	(3.265)	(3.127)	(3.093)	(3.061)	(3.024)
IRC	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	(3.265)	(3.127)	(3.093)	(3.061)	(3.024)

Fonte: Informação de Gestão e análise EY

6. Cronograma de implementação

1. Cronograma de implementação

A deliberação de dissolução da SGEB, após o visto do Tribunal de Contas, terá que ser acompanhada de uma deliberação simétrica da AG da SGEB

Nos termos acima expostos, o Município pretende promover a internalização da atividade da SGEB, nos termos do disposto no artigo 65.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (*«A atividade das empresas locais pode ser objeto de internalização nos serviços das respetivas entidades públicas participantes»*). A dissolução da SGEB encontra a sua base legal nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 70.º do RJAE, estabelecendo-se a devida remissão para o disposto nos artigos 61.º a 66.º, incluindo a internalização da respetiva atividade (artigos 65.º e 65.º-A).

Neste âmbito, deverá considerar-se que não foi cumprida pela SGEB a exigência de adaptação estatutária constante do n.º 1 do artigo 70.º do RJAE, nos termos do qual *«(...) as sociedades comerciais participadas já existentes, ficam obrigadas a adequar os seus estatutos em conformidade com a presente lei, no prazo de seis meses após a sua entrada em vigor»*. Em conformidade, contempla o presente Plano de Internalização, a dissolução da SGEB, nos termos dos n.ºs 2 e 5 do artigo 70.º do RJAE.

No plano societário, a dissolução é acompanhada da *liquidação por transmissão global do ativo e passivo da SGEB para o Município de Braga*. Deste modo, e nos termos do disposto no artigo 148.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), tal solução depende de acordo dos credores da sociedade e do pagamento aos sócios privados.

Como momento prévio à deliberação por parte da Assembleia Municipal, bem como antes do processo de dissolução por internalização ser enviado a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (devido ao seu impacto no aumento da dívida financeira municipal), terá que ser obtido o *acordo dos credores e dos acionistas*, procedendo-se à reestruturação do passivo bancário no âmbito da SGEB, previamente ao processo de internalização no Município. Quer isto dizer que se pretende transmitir ao Município o conjunto de ativos e passivos de forma reestruturada, para que o serviço da dívida possa ser assegurado em novas condições pelo Município.

O acordo dos credores e dos acionistas tem fundamentalmente como finalidades: a) permitir a cessão de créditos entre bancos, tendo em vista proceder à reestruturação do passivo bancário previamente à internalização (ainda que sob condição suspensiva da internalização); b) estabelecer o reembolso dos suprimentos e das entradas de capital; c) garantir a aprovação pelos acionistas da deliberação a tomar pela Assembleia Geral da SGEB relativa à sua dissolução e liquidação por transmissão global do património a favor do Município de Braga.

Deste modo, quando o processo for sujeito a deliberação da Assembleia Municipal, será acompanhado do (i) acordo de credores e de acionistas que garante a irreversibilidade do processo (incluindo a reestruturação do passivo bancário antes da internalização), (ii) do presente plano e do (iii) plano de liquidação. A deliberação de dissolução e liquidação, na medida em que pressupõe a liquidação da SGEB por transmissão global do ativo e passivo para o Município (internalização) e, consequentemente, um aumento da dívida financeira do Município fica dependente da concessão de visto pelo Tribunal de Contas.

Em suma, toda a operação de reestruturação de passivos ficará naturalmente sujeita à *condição suspensiva* da verificação da totalidade dos atos conducentes à aprovação pela Assembleia Geral da SGEB da deliberação de dissolução e liquidação. Em síntese, deverá seguir-se a seguinte sequência:

- 1 Acordo de credores e acionistas;
- 2 Deliberação da Assembleia Municipal do Município de Braga;
- 3 Visto do Tribunal de Contas devido ao aumento da dívida fundada (cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, doravante "LOPTC"³);
- 4 Deliberação da Assembleia Geral da SGEB relativa à sua dissolução e liquidação por transmissão global do património a favor do Município de Braga.

No caso da SGEB, por se tratar de uma empresa participada a 49% pelo Município de Braga, a deliberação de dissolução que vier a ser tomada pela Assembleia Municipal, e após o visto do Tribunal de Contas, terá que ser acompanhada de uma deliberação simétrica da Assembleia Geral da SGEB.

Nos termos do CSC, a deliberação de dissolução tem como consequência a entrada imediata da SGEB em liquidação (art.º 146.º do CSC) cabendo à deliberação da Assembleia Geral da SGEB determinar o destino do ativo e do passivo. Estando em causa uma liquidação por transmissão global do ativo e passivo por internalização no Município de Braga, tal depende, conforme referido, do acordo dos credores da sociedade e do pagamento aos sócios privados (artigo 148.º do CSC).

³ Lei n.º 98/97, de 26 de agosto na redação dada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de Março.

Anexos

1. Anexo 1 – Património Imobiliário
2. Anexo 2 - Abreviaturas

Património imobiliário

Table title

Moeda: € 000	Data início renda	Valor ativo fixo tangível	Direitos de superfície ¹	Rendas
Arcos São Paio	01-06-2010	1.104	38	116
Arentim	01-06-2010	1.129	81	124
Aveleda	01-06-2010	1.249	48	132
Cabreiros	01-10-2010	737	75	82
Celeirós	01-02-2012	1.334	70	137
Crespos	01-06-2011	788	71	82
Cunha	01-02-2011	981	49	119
Dume (Bairro Misericórdia)	01-06-2010	1.224	69	132
Figueiredo	01-10-2010	683	84	79
Frossos	01-06-2010	654	53	72
Frossos	01-10-2016	100	-	-
Gondizalves	01-02-2011	807	84	89
Guisande	01-06-2010	672	79	77
Lomar	01-06-2011	1.334	69	139
Mire Tibães	01-06-2011	1.108	53	130
Nogueira	01-10-2010	893	81	98
Palmeira (Póvoa)	01-10-2011	794	103	92
Panoias	01-06-2011	868	43	91
Parada de Tibães	01-06-2010	902	83	100
Pedralva	01-06-2010	586	65	66
São Lázaro (Camélias II)	01-06-2010	550	65	63
São Mamede Este	01-08-2012	1.812	50	159
São Paio Merelim - (Mire de Tibães)	01-06-2010	1.397	66	149
São Pedro Este	01-10-2011	1.172	57	127
Sequeira	01-06-2010	848	59	92
Tadim	01-06-2010	1.291	69	139
Trandeiros	01-06-2010	1.023	47	109
Dume	01-10-2010	1.659	32	169
Ferreiros	01-08-2012	2.240	22	195
Frossos	01-12-2011	1.795	17	176
Lamações	01-06-2010	1.950	32	202
Tebosa	01-02-2013	1.718	23	170
Espinho	01-04-2017	1.186	75	103
Fraião	n.a.	-	-	-
Gualtar (novo)	n.a.	-	-	-
Maximinos	01-11-2011	694	63	72
Morreira	01-04-2017	1.057	50	100
Navarra	01-07-2013	927	58	89
Padim da Graça	01-11-2011	675	59	70
Santa Lucrecia de Algeriz	01-02-2013	909	60	90
Semelhe	n.a.	-	-	-
Sobreposta (novo)	01-07-2013	1.501	84	134
Vilaça	01-10-2015	-	-	-
Vimieiro	01-04-2017	1.259	68	109
São Pedro Este	n.a.	-	-	-
Figueiredo	01-02-2013	1.890	26	166
São Paio Merelim	01-02-2013	2.112	26	186
Vilaça	01-02-2016	1.911	26	192
São Vicente	01-02-2013	1.707	16	159
São Vicente	01-11-2016	482	-	-
Sequeira	01-04-2014	2.236	7	209
Total		53.950	2.455²	5.389

Fonte: Informação de Gestão e análise EY

¹Os direitos de superfície aqui apresentados incluem o valor de aquisição dos mesmos acrescidos de encargos (IMT, impostos de selo e escritura).

²O valor bruto dos direitos de superfície a Dez15A, de acordo com o balanço de Gestão facultado, ascende a €2.590k. A diferença para os €2.455k acima apresentados resulta do facto da análise EY não considerar os direitos de superfície do complexo desportivo em Gualtar (€135k). O racional para os ajustamentos referidos é o de que a criação do complexo desportivo em Gualtar será cancelada.

Abreviaturas

€	Euro
€...k	Milhares de Euros
€...m	Milhões de Euros
9m1xA	Período terminado a 30 de setembro de 201x (Atual)
A	Atual
BES	Banco Espírito Santo (agora denominado Novo Banco)
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CMB	Câmara Municipal de Braga
CP	Curto-prazo
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DezxxA	Resultados atuais a 31 de dezembro de 20xx
DezxxB	Resultados orçamentados a 31 de dezembro de 20xx
DezxxF	Resultados projetados a 31 de dezembro de 20xx
CAPEX	Despesas de capital
EBIT	Resultados antes de juros e impostos
EBITDA	Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações
EBT	Resultados antes de impostos
EY	Ernst & Young, S.A.
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fornecimentos e serviços externos
FYxxA	Período terminado a 31 de dezembro de 20xx (Atual)
FYxxB	Período terminado a 31 de dezembro de 20xx (Orçamento)
FYxxF	Período terminado a 31 de dezembro de 20xx (Projeção)
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
L10mxxB	Período entre 01 de março de 20xx e 31 de dezembro de 20xx (Orçamento)
LOPTC	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
OE	Orçamento de Estado
QREN	Quadro de referência estratégica nacional
R&C	Relatório e contas
RFAL	Regime Financeiro das Autarquias Locais
RLE	Resultado Líquido do exercício
RJAEL	Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais
ROC	Revisor oficial de contas
S.A.	Sociedade anónima
SetxxA	Resultados atuais a 30 de setembro de 20xx
SGEB	Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A.
S.G.P.S.	Sociedade Gestora de Participações Sociais
TOC	Técnico oficial de contas
Yxx	Ano xx

EY | Assurance | Tax | Transactions | Advisory

About EY

EY is a global leader in assurance, tax, transaction and advisory services. The insights and quality services we deliver help build trust and confidence in the capital markets and in economies the world over. We develop outstanding leaders who team to deliver on our promises to all of our stakeholders. In so doing, we play a critical role in building a better working world for our people, for our clients and for our communities.

EY refers to the global organization, and may refer to one or more, of the member firms of Ernst & Young Global Limited, each of which is a separate legal entity. Ernst & Young Global Limited, a UK company limited by guarantee, does not provide services to clients. For more information about our organization, please visit ey.com.

© 2016 Ernst & Young, S.A.
All Rights Reserved.

Liquidação da SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A., por transmissão global do património e internalização no Município de Braga

PLANO DE LIQUIDAÇÃO

Por transmissão global do património e internalização no Município de Braga

I – Enquadramento

I.1. - A SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A., é uma sociedade participada pelo Município de Braga, cuja maioria do capital social pertence a sócios privados, escolhidos por concurso público internacional, no quadro do lançamento de uma parceria público-privado institucional para a construção, financiamento e conservação de equipamentos de interesse municipal.

A sociedade foi constituída em 11 de novembro de 2008 e, de acordo com os respetivos estatutos, tem por objeto *«a criação, construção, desenvolvimento, financiamento, instalação, requalificação, apetrechamento, manutenção e conservação dos seguintes equipamentos desportivos e de lazer e infraestruturas municipais:*

A – Instalação de pisos sintéticos e arranjo dos balneários nos recintos desportivos das seguintes freguesias: ARCOS S. PAIO, AVELEDA, CELEIRÓS, CUNHA, FRAIÃO, FROSSOS, GONDIZALVES, GUISANDE, LOMAR, MAXIMINOS, MERELIM S. PAIO, NAVARRA, NOGUEIRA, PADIM DA GRAÇA, PALMEIRA (Póvoa), PEDRALVA, SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ, SÃO LÁZARO (Camélias II), SÃO VICENTE (B. da Misericórdia), TADIM, ARENTIM, CABREIROS, CRESPOS, ESPINHO, ESTE SÃO MAMEDE, ESTE SÃO PEDRO, FIGUEIREDO, MIRE DE TIBÃES, MORREIRA, PANÓIAS, PARADA DE TIBÃES, SEMELHE, SEQUEIRA, TRANDEIRAS, VILAÇA, VIMIEIRO.

B – Construção de novos recintos desportivos nas freguesias de GUALTAR e SOBREPOSTA;

C – Construção de novos pavilhões gimnodesportivos nas seguintes freguesias: DUME, FERREIROS, FROSSOS, LAMAÇÃES, MERELIM S. PAIO, VILAÇA, ESTE SÃO PEDRO, FIGUEIREDO, TEBOSA;

D – Parque Urbano de MONTE PICOTO;

E – Conclusão da piscina olímpica – 2ª fase – Dume – Parque Norte;

F – Construção do Pavilhão Multiusos – Dume – Parque Norte;

G – Construção de Edifício Multifuncional (auditório, sede da junta e sala de informática) na freguesia de SEQUEIRA;

H – Construção de Equipamento polivalente (serviços e atividades culturais) na freguesia de SÃO VICENTE».

Em junho de 2011 os acionistas privados membros do consórcio ACF (Construções Europa Ar-Lindo, SA, com uma participação social de €30.600,00 [20,4%], Arlindo Correia & Filhos, SA, com uma participação social de €30.600,00 [20,4%]; Europa Ar-Lindo – Parques, SA com uma

participação social de €7.650,00 [5,1%], Europa Ar-Lindo II – Imobiliária, SA, com uma participação social de €7.650,00 [5,1%]) venderam as respetivas participações sociais às sociedades Europa Ar-Lindo – SGPS, SA, e Irmãos Borges – Imobiliária, SA, tendo estas duas sociedades passado a deter ações no valor nominal de €38.250,00 cada uma.

Atualmente, o capital social da SGEB encontra-se repartido da seguinte forma:

- Município de Braga – €73.500,00 (49%),
- Europa Ar-Lindo – SGPS, S.A. – €38.250,00 (25,5%), e
- Irmãos Borges – Imobiliária, S.A. – €38.250,00 (25,5%).

I.2. - Após oito anos de atividade, entre 2009 e 2016, inclusive, a SGEB deu execução ao programa em que assentou a parceria, tendo instalado 40 complexos desportivos, 9 pavilhões gimnodesportivos, 1 centro cívico e 1 edifício multifunções.

Portfólio imobiliário da SGEB agregado por tipologia

Moeda: € 000	#	Renda anual	Gastos construção (A)	Direitos de superfície (B)	Custo Total (A + B)	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Complexo desportivo	40	3.756	36.641	2.254	38.896	n.a.	n.a.
Pavilhão gimnodesportivo	9	1.264	13.365	178	13.543	n.a.	n.a.
Centro cívico	1	159	1.707	16	1.723	n.a.	n.a.
Edifício multifunções	1	209	2.236	7	2.244	n.a.	n.a.
Total	51	5.389	53.950	2.455	56.405	(12.203)	41.746

Fonte: informação de Gestão

No ano de 2016 foi concluído todo o processo de construção dos equipamentos que estiveram na base do lançamento da parceria, com exclusão dos seguintes, cuja **suspensão ou não execução** foi determinada pelo Município de Braga:

A – Instalação de pisos sintéticos e arranjo dos balneários nos recintos desportivos das freguesias de Fraião, Semelhe e Vilaça,

B – Construção de novo recinto desportivo na freguesia de Gualtar,

C – Construção de novo pavilhão gimnodesportivo na freguesia de Este São Pedro,

D – Parque Urbano de Monte Picoto,

E – Conclusão da piscina olímpica – 2ª fase – Dume – Parque Norte,

F – Construção do Pavilhão Multiusos – Dume – Parque Norte.

O quadro seguinte retrata a situação do património imobiliário da SGEB e os regimes contratuais (arrendamento e subarrendamento) a que se encontra sujeita a sua utilização, bem como os ónus que incidem sobre os imóveis.

N.º de Linha	N.º de Obra	Freguesia	Tipologia	Emp.	Direito de superfície / Data de constituição	Valor / Direito de superfície (c/encargos)	Oneração do Direito de Superfície (Hipoteca / Promessa de Constituição de Hipoteca)	Data início da renda / Contrato de arrendamento	Valor da Renda/anual	Contrato de subarrendamento	Valor do Subarrendamento/anual
Primeira fase											
1	1	Arcos São Paio	Complexo desportivo	CEA	07-04-2009	38	A favor da CGD	01-06-2010	116	Sim	3
2	2	Arentim	Complexo desportivo	ACF	20-04-2009	81	A favor da CGD	01-06-2010	124	Sim	3
3	3	Aveleda	Complexo desportivo	ACF	07-04-2009	48	A favor da CGD	01-06-2010	32	Sim	3
4	4	Cabreiros	Complexo desportivo	ACF	30-09-2010	75	A favor da CGD	01-10-2010	82	Sim	3
5	5	Celeirós	Complexo desportivo	ACF	09-04-2009	70	A favor da CGD	01-02-2012	137	Sim	3
6	6	Crespos	Complexo desportivo	ACF	09-04-2009	71	A favor da CGD	01-06-2011	82	Sim	3
7	7	Cunha	Complexo desportivo	ACF	02-02-2011	49	A favor da CGD	01-02-2011	119	Sim	3
8	8	Bairro da Misericórdia (Dume)	Complexo desportivo	ACF	20-04-2009	69	A favor da CGD	01-06-2010	132	Sim	3
9	10	Figueiredo	Complexo desportivo	CEA	30-09-2010	84	A favor da CGD	01-10-2010	79	Não	-
10	12	Frossos	Complexo desportivo	CEA	21-04-2009	53	A favor da CGD	01-06-2010	72	Não	-
11	13	Gondizalves	Complexo desportivo	ACF	02-02-2011	84	A favor da CGD	01-02-2011	89	Sim	3
12	15	Guisande	Complexo desportivo	ACF	07-04-2009	79	A favor da CGD	01-06-2010	77	Sim	3
13	16	Lomar	Complexo desportivo	CEA	24-03-2011	69	A favor da CGD	01-06-2011	139	Sim	3
14	18	Mire de Tibães	Complexo desportivo	CEA	24-03-2011	53	A favor da CGD	01-06-2011	130	Sim	3
15	21	Nogueira	Complexo desportivo	CEA	30-09-2010	81	A favor da CGD	01-10-2010	98	Sim	3
16	23	Palmeira (Póvoa)	Complexo desportivo	ACF	24-03-2011	103	A favor da CGD	01-10-2011	92	Sim	3
17	24	Panoias	Complexo desportivo	CEA	24-03-2011	43	A favor da CGD	01-06-2011	91	Sim	3
18	25	Parada de Tibães	Complexo desportivo	CEA	20-04-2009	83	A favor da CGD	01-06-2010	100	Sim	3
19	26	Pedralva	Complexo desportivo	CEA	09-04-2009	65	A favor da CGD	01-06-2010	66	Sim	3
20	28	São Lázaro (Camélias II)	Complexo desportivo	ACF	20-04-2009	65	A favor da CGD	01-06-2010	63	-	-
21	29	São Mamede Este	Complexo desportivo	CEA	24-03-2011	50	A favor da CGD	01-08-2012	159	Sim	3
22	30	São Paio Merelim - (Mire de Tibães)	Complexo desportivo	CEA	07-04-2009	66	A favor da CGD	01-06-2010	149	Sim	3
23	31	São Pedro Este	Complexo desportivo	CEA	24-03-2011	57	A favor da CGD	01-10-2011	127	Sim	3
24	33	Sequeira	Complexo desportivo	ACF	07-04-2009	59	A favor da CGD	01-06-2010	92	Sim	3
25	35	Tadim	Complexo desportivo	ACF	07-04-2009	69	A favor da CGD	01-06-2010	139	Sim	3
26	36	Trandeiras	Complexo desportivo	CEA	09-04-2009	47	A favor da CGD	01-06-2010	109	Sim	3
27	39	Dume	Pavilhão gimnodesportivo	CEA	30-09-2010	32	A favor da CGD	01-10-2010	169	Sim	3
28	41	Ferreiros	Pavilhão gimnodesportivo	ACF	20-04-2009	22	A favor da CGD	01-08-2012	195	Sim	3
29	43	Frossos	Pavilhão gimnodesportivo	CEA	21-04-2009	17	A favor da CGD	01-12-2011	176	Não	-
30	44	Lamações	Pavilhão gimnodesportivo	CEA	09-04-2009	32	A favor da CGD	01-06-2010	202	Não	-
31	46	Tebosa	Pavilhão gimnodesportivo	ACF	08-06-2009	23	A favor da CGD	01-02-2013	170	Sim	3

N.º de Linha	N.º de Obra				Direito de superfície / Data de constituição	Valor / Direito de superfície (c/encargos)	Oneração do Direito de Superfície (Hipoteca / Promessa de Constituição de Hipoteca)	Data início da renda / Contrato de arrendamento	Valor da Renda/anual	Contrato de subarrendamento	Valor do Subarrendamento/anual
		Freguesia	Tipologia	Emp.							
		Segunda Fase									
1	9	Espinho	Complexo desportivo	CEA	11-02-2014	75	A favor do empreiteiro	01-11-2016	105	Não	-
2	11	Fraião	Complexo desportivo	CEA	n/a	-	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
3	14	Gualtar (novo)	Complexo desportivo	ABB	09-04-2009	(135)	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
4	17	Maximinos	Complexo desportivo	ABB	03-10-2011	63	A favor do empreiteiro	01-11-2011	72	Sim	3
5	19	Morreira	Complexo desportivo	ABB	27-07-2016	50	A favor do empreiteiro	01-11-2016	102	Sim	3
6	20	Navarra	Complexo desportivo	ABB	20-06-2013	58	A favor do empreiteiro	01-07-2013	89	Não	-
7	22	Padim da Graça	Complexo desportivo	CEA	03-10-2011	59	A favor do empreiteiro	01-11-2011	70	Sim	3
8	27	Santa Lucrecia de Algeriz	Complexo desportivo	ABB	20-07-2012	60	A favor do empreiteiro	01-02-2013	90	Sim	3
9	32	Semelhe	Complexo desportivo	ABB	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
10	34	Sobreposta (novo)	Complexo desportivo	CEA	24-05-2012	84	A favor do empreiteiro	01-07-2013	134	Não	-
11	37	Vilaça	Complexo desportivo	ABB	n/a	-	n/a	n/a	n/a	n/a	-
12	38	Vimieiro	Complexo desportivo	CEA	21-01-2013	68	A favor do empreiteiro	01-11-2016	111	Não	-
13	40	Este São Pedro	Pavilhão gimnodesportivo	CEA	n/a	-	n/a	n/a	n/a	n/a	-
14	42	Figueiredo	Pavilhão gimnodesportivo	CEA	03-10-2011	26	A favor do empreiteiro	01-02-2013	166	Não	-
15	45	Merelim (São Paio)	Pavilhão gimnodesportivo	CEA	14-05-2012	26	A favor do empreiteiro	01-02-2013	186	Não	-
16	47	Vilaça	Pavilhão gimnodesportivo	ABB	26-01-2015	26	A favor do empreiteiro	01-10-2015	185	-	-
17	50	São Vicente	Centro Civico	ACF	03-10-2011	16	A favor do empreiteiro	01-02-2013	159	Sim	3
18	51	Sequeira	Edifício multifunções	ACF	07-04-2009	7	A favor do empreiteiro	01-04-2014	209	Sim	3
		Total	44		n/a	2.455		n/a	5.389	32	96

1.3. - A evolução da atividade da SGEB traduziu-se num aumento progressivo do seu nível de endividamento, primeiro face aos empreiteiros/fornecedores, depois face aos bancos e acionistas privados, estando a totalidade do seu ativo onerada por dívida bancária e por dívida a acionistas e a fornecedores, a amortizar progressivamente, ao longo dos 25 anos de duração da parceria, através das rendas pagas pelo Município de Braga.

Nos termos do estudo elaborado pela Ernst & Young a pedido do Município de Braga, se em lugar do pagamento de rendas à SGEB, o Município proceder à internalização da respetiva atividade, assumindo diretamente a amortização dos passivos acumulados pela empresa, no quadro da revisão das respetivas condições de financiamento, as poupanças realizadas podem ascender a **74,5 milhões de euros**, considerando o número de anos de duração dos contratos de arrendamento (o primeiro contrato de arrendamento respeitante a 31 estabelecimentos termina em **2036** e os restantes 16 contratos de arrendamento celebrados em novembro de 2011, fevereiro, junho e julho de 2013, abril de 2014, outubro e novembro de 2015, e novembro de 2016, só terminarão em **2036, 2038, 2039, 2040 e 2041**, respetivamente);

Nesta equação importa ainda ter em conta que ao valor das rendas anuais de €6,6m (incluindo IVA) acrescem os **custos de manutenção dos equipamentos** e da sua eventual renovação, os quais não foram transferidos para o parceiro privado e permanecem na esfera de responsabilidade financeira da autarquia.

De acordo com o plano de manutenção a 25 anos dos espaços desportivos, encontra-se projetado um investimento total de aproximadamente **€1m por complexo desportivo ao longo do seu período de vida útil**.

Tal como resulta do referido estudo, o total do passivo da SGEB ascende a €49,1m a Feb17A e €46,4m a Dez17B, sendo composto, no essencial, por dívidas com empréstimos bancários obtidos junto da CGD e do BES (agora Novo Banco), dívidas de suprimentos aos acionistas, dívidas de médio e longo prazo a fornecedores devido às obras efetuadas e ainda dívidas ao Município por diferimentos de rendas.

Passivo total

Moeda: € 000

	Fev17A	Dez17B
Caixa Geral de Depósitos	17.667	16.857
BES I	3.793	2.864
BES II	2.718	2.071
BES III	6.783	7.088
BES IV	2.291	1.745
Novo Banco	15.585	13.768
Suprimentos	6.611	6.611
Juros Suprimentos	980	980
Irmãos Borges, SA	7.591	7.591
Suprimentos	262	262
Juros Suprimentos	5	5
Europa Ar Lindo SGPS, SA	267	267
Fornecedores	277	277
Obras fechadas	3.686	3.686
Juros Obras Fechadas	689	689
Juros Obras em Curso	72	72
Alexandre Barbosa Borges SA	4.724	4.724
Obras Fechadas	483	483
Juros Obras Fechadas	28	28
Juros Obras em Curso	28	28
Construções Europa Ar-Lindo SA	540	540
Fornecedores	315	315
Arliz.co	315	315

CMB - Fomecedores Investimento	302	125
CMB - Diferimentos	1.710	1.816
Câmara Municipal de Braga	2.013	1.941
Estado e outros entes públicos	263	278
Outros	172	124
Passivo total	49.136	46.405

Fonte: Informação de gestão

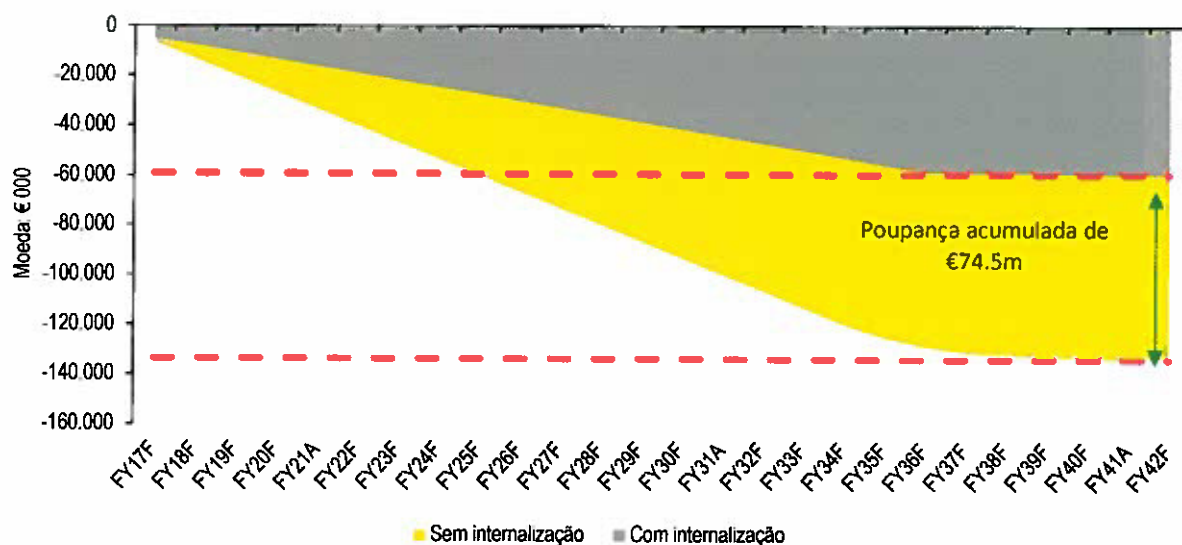
I.4. - Neste contexto, o Município de Braga entendeu proceder a uma reavaliação da parceria face aos respetivos custos e à racionalidade económica e financeira subjacente aos moldes atuais de atuação da SGEB, impondo-se definir um modelo de gestão menos oneroso para o Município, que salvaguarde da melhor forma os interesses patrimoniais da autarquia.

Segundo o referido estudo da Ernst & Young, o impacto do processo de internalização sobre o Município de Braga é superior a **€3,8m anuais** até FY34F, sendo a única exceção o período FY17B, visto que incorpora o valor a pagar pelas participações de capital dos sócios privados;

Este resultado advém do facto de as rendas estabelecidas contratualmente serem mais do que suficientes para cobrir todos os gastos da SGEB, pelo que a diferença constitui um ganho potencial para o Município de aproximadamente **€74,5m**.

Cash-flow acumulado suportado pela CMB

Fonte: CMB e análise EY



Face às poupanças inerentes à internalização, deixa de se justificar, numa ótica de interesse público municipal, a manutenção da parceria público-privada instituída na constituição da SGEB.

Com base nestes pressupostos, o Município de Braga apresentou em Assembleia Geral universal da SGEB, realizada em 18 de outubro de 2016, uma proposta de dissolução da sociedade seguida de liquidação por transmissão global do património (ativo e passivo) a seu favor, acautelando-se o pagamento dos créditos dos acionistas privados (capital investido e suprimentos), nos termos do artigo 148.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Esta proposta foi rejeitada pelos acionistas privados titulares da maioria do capital social por entenderem que a proposta apresentada era prejudicial aos seus interesses patrimoniais, quer

devido à perda de receitas com o pagamento de rendas, quer devido à expectativa da execução das obras em falta e aos lucros das empreitadas e rendas a elas inerentes.

Em Assembleia Geral universal da SGEB realizada em 30 de novembro de 2016 o Município de Braga apresentou nova proposta de dissolução e liquidação da sociedade, com base na antecipação dos capitais próprios da sociedade, calculados em 3.125.000€ de acordo com estudo realizado pela Ernst & Young, cabendo a cada acionista privado o valor de 797.000€, acrescido do reembolso dos suprimentos.

Esta proposta foi considerada insuficiente pelos acionistas privados que, no entanto, aceitaram abster-se na votação, desde que fosse constituído um Tribunal Arbitral, nos termos de cláusula compromissória constante do n.º VI.7 do Acordo Parassocial, tendo como objeto o apuramento do valor da indemnização devida aos acionistas privados pela dissolução antecipada da sociedade, devendo o “regulamento de arbitragem” ser aprovado pela Assembleia Geral.

Após as alterações ao “regulamento de arbitragem” propostas pelo Município de Braga, que os acionistas privados aceitaram, o Município de Braga votou favoravelmente a dissolução da sociedade, tendo a deliberação sido aprovada por unanimidade, embora com a abstenção dos acionistas privados, que não é considerada para efeitos deliberativos, nos termos do n.º 1 do artigo 386.º do CSC.

Apesar o MB ter proposto que a liquidação da SGEB tivesse lugar mediante transmissão global do património (ativo e passivo) a seu favor, nos termos do artigo 148.º do CSC, tal deliberação não chegou a ser tomada na Assembleia Geral de 30 de novembro de 2016, uma vez que, nos termos dessa disposição legal, a mesma deve ser precedida de acordo escrito de todos os credores da sociedade.

1.5. - Por não se verificarem os pressupostos legais da dissolução obrigatória ou da alienação obrigatória da participação social (minoritária) do Município de Braga na SGEB, a dissolução e liquidação da SGEB por transmissão global dos ativos e passivos para o Município de Braga tem lugar a título **voluntário**, nos termos dos artigos 141, n.º 1, alínea b) e 148.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), sem prejuízo de equivaler a uma **internalização** para efeitos do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAE)¹, pelo que se entende que as normas dos artigos 61.º, n.ºs 2 e 3, 62.º, n.ºs 5 a 14, 65.º e 65.º-A daquele diploma, devem ser aplicadas por **analogia** ou por **interpretação extensiva**.

Com efeito, a identidade do regime aplicável às “empresas locais” e às “empresas participadas” é tão intensa que se considera existir, em ambos os casos, uma situação de externalização impeditiva da prossecução das atividades pela entidade pública participante «na pendência da respetiva externalização e na sua exata medida» (artigo 6.º do RJAE), considerando-se «a atividade concretamente prosseguida pelas empresas locais ou pelas entidades participadas», e aplicando-se as mesmas regras tanto em matéria de constituição de empresas locais, como em matéria de aquisição de participações locais (cf. artigos 53.º, n.ºs 1 e 2 e 54.º do RJAE) e em matéria de equilíbrio financeiro (artigos 55.º, n.º 2, 61.º, n.º 1 e 66.º, n.º 1 do RJAE).

¹ Aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

Apesar de as disposições dos artigos 65.º e 65.º-A do RJAE se referirem apenas às “empresas locais”, são muito intensas as razões que devem conduzir o intérprete a entender que também estão em causa as “empresas participadas”, não só em virtude do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º daquele diploma, mas também devido ao regime de aquisição de participações locais (artigos 53.º, n.ºs 1 e 2 e 54.º do RJAE) e às exigências de equilíbrio financeiro (artigos 55.º, n.º 2, 61.º, n.º 1 e 66.º, n.º 1 do RJAE) que são idênticas em ambos os casos.

A circunstância de o legislador apenas prever expressamente a alienação obrigatória das participações locais (artigo 66.º do RJAE) não significa que as empresas participadas não possam ser objeto de dissolução e liquidação por internalização da respetiva atividade na entidade pública participante, como decorre do disposto no artigo 70.º, n.º 3, que equaciona a dissolução em alternativa à alienação obrigatória das participações, ou do disposto no artigo 70.º, n.º 5, que manda aplicar tanto às “empresas locais” como às “empresas participadas”, embora com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 61.º a 66.º do RJAE.

Tal identidade de regimes conduz necessariamente à conclusão – por interpretação extensiva ou por analogia – de que as disposições dos artigos 65.º e 65.º-A do RJAE também são aplicáveis, com as necessárias adaptações, às “empresas participadas”.

1.6. - Nos termos do disposto no artigo 148.º do CSC, a liquidação da SGEB por transmissão global do seu ativo e passivo para o Município de Braga depende de **acordo escrito de todos os credores da sociedade** e do pagamento aos sócios privados.

Por outro lado, nos termos da alínea b) da cláusula III do acordo parassocial, a dissolução da sociedade carece da **unanimidade dos acionistas** e nos termos dos contratos de financiamento, a dissolução da sociedade carece de **acordo escrito dos bancos financiadores** (CGD e Novo Banco).

Para além disso, os efeitos positivos da internalização, no plano económico-financeiro, pressupõem que os ativos e passivos possam ser transmitidos em novas condições para o Município de Braga.

Nesta conformidade, foi celebrado um Acordo de Credores e Acionistas que regula o processo de dissolução e liquidação por transmissão global do património da SGEB para o Município de Braga e sua subsequente internalização de modo a atingir os seguintes objetivos:

- Dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código das Sociedades Comerciais, consubstanciando o acordo dos “Bancos Credores” e dos “Fornecedores” quanto à liquidação da SGEB por transmissão global do respetivo património, ativo e passivo, a favor do Município de Braga;
- Assegurar o acordo dos “Acionistas” quanto à aprovação da deliberação a tomar pela Assembleia Geral da SGEB relativa à liquidação por transmissão global do património a favor do Município de Braga;
- Preparar a revisão das condições financeiras do passivo bancário e das garantias constituídas a favor dos “Bancos Credores” em momento anterior à internalização, de modo a assegurar o respeito pelo disposto alínea a) do n.º 7 do artigo 49.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL),² na parte em que impede a constituição de

² Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, 1 de novembro, e alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho,

garantias reais pelos Municípios, e de modo a concretizar os “Pressupostos económico-financeiros da internalização”;

- Estabelecer as condições de reembolso dos suprimentos, das entradas e das prestações suplementares de capital dos “Acionistas Privados”;
- Estabelecer as condições de pagamento aos “Fornecedores”;
- Determinar os demais termos em que terá lugar a liquidação, através da aprovação do “Plano de Liquidação”.

I.7. - Assim sendo, o presente “Plano de liquidação” insere-se no cumprimento daquele “Acordo de Credores e Acionistas” e visa detalhar os termos em que terá lugar a liquidação da SGEb, devendo o seu conteúdo ser aprovado por deliberação dos sócios, de modo a que o mesmo possa ter eficácia jurídica (artigo 146.º, n.º 5 do CSC).

II – Registo da deliberação de dissolução e aprovação do balanço final do exercício

II.1. - A deliberação de dissolução foi registada junto da conservatória do registo comercial de Braga em 12 de dezembro de 2016, através da AP. 26 de 30/11/2016.

Nos termos do n.º 1 do artigo 146.º do CSC a sociedade dissolvida entra imediatamente em liquidação e, nos termos do artigo 149.º, n.º 1 do CSC, cabe à administração, nos 60 dias seguintes à dissolução da sociedade, organizar e aprovar os documentos de prestação de contas da sociedade à data da dissolução (30 de novembro de 2016), documentos esses que são designados no “Acordo de Credores e Acionistas” por “Balanço de Abertura da Liquidação”.

II.2. - Os membros da Administração da SGEb mantêm-se em funções nos 60 dias posteriores à deliberação de dissolução para preparem e submeterem à aprovação os sócios o balanço final de exercício (artigo 149.º do CSC).

Foram organizados os documentos de prestação de contas reportados à data da dissolução, cuja aprovação foi relegada para a reunião da Assembleia Geral que vier a definir os termos em que terá lugar a liquidação da sociedade.

III – Designação dos liquidatários

Na deliberação de dissolução foram nomeados liquidatários os atuais administradores, tendo sido fixado o prazo de seis meses para a liquidação.

Os liquidatários iniciam funções logo após a aprovação dos documentos de prestação de contas a que se refere o ponto anterior (artigo 151.º, n.º 1 do CSC).

No entanto, nada impede que na deliberação de liquidação da sociedade – por transmissão global do ativo e passivo para o Município – seja alterada a deliberação de dissolução, sendo

pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

designado um único liquidatário a indicar pelo Município, o qual iniciará funções após a aprovação dos documentos de prestação de contas (artigo 151.º, n.º 1 do CSC).

A deliberação de dissolução deverá igualmente fixar o valor da remuneração do liquidatário, que constitui uma responsabilidade da sociedade em liquidação (artigo 151.º, n.º 9 do CSC).

IV – Poderes e atuação do(s) liquidatário(s)

Atendendo à modalidade de liquidação definida por deliberação dos sócios – que consistirá na *transmissão global de todo o ativo e passivo da SGEB para o Município de Braga* – e considerando que no decurso do processo de liquidação será necessário (i) contrair um empréstimo intercalar (*bridge loan*); (ii) continuar a atividade da sociedade; (iii) promover a eventual extinção de hipotecas sobre os direitos de superfície e sobre os equipamentos, constituídas a favor dos bancos e de outros credores e (iv) praticar todos os atos ou formalidades necessárias à transmissão e registo do património imobiliário da SGEB a favor do Município, importa que a deliberação de dissolução confira ao(s) liquidatário(s) a autorização a que se referem as alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 152.º do CSC, a saber:

- Autorização para continuar temporariamente a atividade da sociedade (até ao registo dos imóveis a favor do Município e à sua exploração direta por este no quadro da internalização da atividade da SGEB);
- Autorização para contrair os empréstimos necessários à efetivação da liquidação;
- Autorização para alienar o património da sociedade a favor do Município de Braga, praticando, na qualidade de representante da sociedade em liquidação (artigos 152.º e 159.º do CSC) todos os atos e formalidades necessárias à transmissão dos ativos para o Município, incluindo os relativos à extinção e cancelamento dos direitos de superfície constituídos a favor da SGEB (documentos escritos, escrituras públicas, comunicações ou notificações requeridas, etc.).

Nesta conformidade, deverá ser levado a registo a deliberação de liquidação, enunciando expressamente a modalidade de liquidação adotada (transmissão global) e os poderes conferidos ao(s) liquidatário(s) (artigo 151.º, n.º 7 do CSC).

V – Transmissão global dos ativos e passivos para o Município de Braga (artigos 148.º e 159.º do CSC)

Em cumprimento da deliberação dos sócios relativa à liquidação mediante transmissão global de todo o ativo e passivo da SGEB para o Município de Braga competirá ao(s) liquidatário(s):

- Celebrar o aditamento aos contratos de empréstimos já existentes e celebrados com a CGD, destinado ao pagamento das “Obras Fechadas” e dos “Suprimentos dos Acionistas Privados”, bem como do “Passivo Corrente”, excluindo o passivo corrente bancário, no valor de 14.673.556,25, atualizado em função dos valores apurados no Balanço de Fecho da Liquidação correspondente ao somatório das seguintes rubricas:

PASSIVO NÃO CORRENTE	
Financiamento Privados (1)	12.109.776,36
Suprimentos	6.873.061,62
IB, SA	6.610.934,15
SGPS, SA	262.127,47
Obras Fechadas	5.236.714,74
ABB SA	4.085.660,84
CEAL, SA	1.151.053,90
PASSIVO CORRENTE	
Fornecedores Conservação (2)	435.032,70
ABB	221.524,14
Arliz.co	213.508,56
Privados – Juros (3)	2.128.747,19
Juros Suprimentos	1.392.526,03
IB, SA	1.260.159,93
SGPS, SA	132.366,10
Juros Obras Fechadas	635.757,32
ABB SA	620.279,97
CEAL, SA	15.477,35
Juros Obras Curso	100.463,84
ABB SA	72.275,99
CEAL, SA	28.187,85
Total (1) + (2) + (3)	14.673.556,25

- Continuar a atividade da sociedade, recebendo as rendas até ao registo dos imóveis a favor do Município e à sua exploração direta por este no quadro da internalização da atividade da SGEB, com a extinção dos direitos de superfície, pela reunião na mesma pessoa do direito de superfície e do direito de propriedade, e com a extinção, por confusão, dos contratos de arrendamento celebrados entre a SGEB e o Município de Braga e consequente caducidade dos contratos de subarrendamento;
- Proceder à compensação dos créditos e débitos recíprocos existentes entre o Município de Braga e a SGEB, nomeadamente os relativos a rendas em atraso e a valores devidos pela constituição de direitos de superfície, apurando os saldos resultantes do encontro de contas entre a SGEB e o Município de Braga;
- Promover a eventual extinção de hipotecas sobre os direitos de superfície e sobre os equipamentos, constituídas a favor dos bancos e de outros credores;
- Proceder ao reembolso das entradas e prestações suplementares de capital ao valor nominal nos termos “Acordo de Credores e Acionistas”.

Competirá ainda ao(s) liquidatário(s), na qualidade de representante(s) da sociedade em liquidação (artigos 152.º e 159.º do CSC) a prática de todos os atos e formalidades necessárias à transmissão dos ativos e passivos para o Município de Braga (documentos escritos, escrituras públicas, comunicações ou notificações requeridas, etc.).

VI – Acordo de cedência de interesse público

Atualmente encontra-se em funções apenas um trabalhador na SGEB ao abrigo de um contrato de trabalho, que exerce funções no Edifício Central da SGEB.

Como consequência do processo de internalização previsto, será celebrado um acordo de cedência do trabalhador da empresa para os quadros do Município.

A cedência do trabalhador para o Município ocorrerá no prazo de 6 meses após a deliberação que aprove a dissolução da SGEB.

Competirá ao(s) liquidatário(s) celebrar com o MB o acordo de cedência de interesse público, prevendo a possibilidade de o trabalhador se poder candidatar aos procedimentos concursais que vierem a ser abertos pelo MB.

Nos termos legais (artigo 243.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) o acordo de cedência de interesse público tem a duração máxima de um ano.

VII – Duração da liquidação

A liquidação deve estar encerrada no **prazo de seis meses** a contar da data do registo da deliberação de dissolução, prorrogável, a título excecional e devidamente fundamentado, por mais seis meses, mediante deliberação dos sócios.

VIII – Relatório e contas finais do(s) liquidatário(s)

No termo da liquidação o(s) liquidatário(s) deverá(ão) apresentar as contas finais e um relatório completo da liquidação a aprovar pelos sócios (artigo 157.º do CSC).

IX – Registo do encerramento da liquidação e extinção da sociedade

Com a aprovação do relatório e contas finais da liquidação, o(s) liquidatário(s) deve(rão) requerer o registo do encerramento da liquidação, uma vez que a sociedade só se considera extinta, mesmo entre os sócios, com o registo do encerramento da liquidação (artigo 160.º do CSC).